

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
Graduação em Pedagogia - Licenciatura**

Campus Cerro Largo, agosto de 2022.

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro – CEP 89802-112 – Chapecó/SC.

Reitor: Marcelo Recktenvald

Vice-Reitor: Gismael Francisco Perin

Pró-Reitor de Graduação: Jeferson Saccol Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Clevison Luiz Giacobbo

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Patricia Romagnolli

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Rosangela Frassão Bonfanti

Pró-Reitor de Planejamento: Everton Miguel da Silva Loreto

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Rubens Fey

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Claunir Pavan

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor de *Campus*: Roberto Mauro Dallagnol

Coordenador Administrativo: Diego de Souza Boeno

Coordenadora Acadêmica: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno Munchen Wenzel

Coordenador Administrativo: Adenise Clerici

Coordenador Acadêmico: Márcio do Carmo Pinheiro

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenador Acadêmico: Sandra Simone Hopner Pierozan

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Julio Cesar Stobbe

Coordenador Administrativo: Bertil Levi Hammarstrom

Coordenadora Acadêmica: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Martinho Machado Junior

Coordenador Administrativo: Ronaldo José Seramim

Coordenadora Acadêmica: Thiago Bergler Bitencourt

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antonio Beal

Coordenador Administrativo: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo

SUMÁRIO

1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	5
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	8
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	15
4 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO.....	16
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-político, Epistemológicos, Didático-pedagógicos, Legais e Institucionais).....	24
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	38
7 PERFIL DO EGRESSO.....	40
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	44
9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	171
10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	174
11 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) e PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	175
12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	176
13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	183
14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	193
15 ANEXOS	194
ANEXO I – REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL.....	195
ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA.....	208
ANEXO III - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL.....	212
ANEXO IV: REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR	

1 DADOS GERAIS DO CURSO

- 1.1 Tipo de curso: Graduação**
- 1.2 Modalidade: Presencial**
- 1.3 Denominação do Curso: Graduação em Pedagogia - Licenciatura**
- 1.4 Titulação: Licenciado(a) em Pedagogia**
- 1.5 Local de oferta: Campus Cerro Largo**
- 1.6 Número de vagas: 30 vagas noturno**
- 1.7 Carga-horária total: 3. 285 horas (219 créditos)**
- 1.8 Turno de oferta: Noturno**
- 1.9 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 09 semestres**
- 1.10 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 18 semestres**
- 1.11 Carga horária mínima por semestre letivo: 12 créditos**
- 1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 26 créditos**
- 1.13 Coordenadora do curso: Prof.**
- 1.14. Coordenadora adjunta: Prof.**
- 1.15 Ato autorizativo: Resolução nº**
- 1.16 Formas de ingresso**

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário – CONSUNI e ainda, processos especiais.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em

escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;

Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;

Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;

Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;

Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

PRÓ HAITI (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes Haitianos), que, criado em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil e instituído pela Resolução 32/2013 – CONSUNI, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes haitianos à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante haitiano que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.

PIN (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.

2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior Público e gratuito, desde a década de 1980. As mobilizações da sociedade civil organizada têm como marco o processo de redemocratização e a definição das bases da Constituição Federal de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essas mobilizações iniciais não surtiram efeitos em termos de criação de Universidade Pública Federal, mas geraram um conjunto expressivo de Universidades Comunitárias e Estaduais que passaram a fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo que custeadas com recursos dos próprios cidadãos demandantes dos serviços. A tradição das comunidades locais e regionais de buscarem alternativas para seus problemas pode ter contribuído para que o Estado Brasileiro não respondesse de forma afirmativa a estas reivindicações, ainda mais em se tratando de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, de fronteira e marcadas por conflitos de disputa de territórios e de projetos societários.

A predominância do ideário neoliberal nas discussões a respeito do papel do Estado nas dinâmicas de desenvolvimento das regiões fez com que os movimentos em busca de ensino superior público e gratuito sofressem certo refluxo na década de 1990. Porém os movimentos permaneceram ativos, à espera de um cenário mais favorável, que se estabeleceu ao longo da primeira década do século XXI.

Neste novo contexto, vários acontecimentos geraram uma retomada da mobilização em busca de acesso ao ensino superior público e gratuito como condição essencial para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento destas regiões: a crise do ideário neoliberal na resolução dos históricos desafios enfrentados pelas políticas sociais; as discussões em torno da elaboração e da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior, mesmo que em instituições comunitárias; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a migração intensa da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Movimentos que estavam isolados em suas microrregiões passaram a dialogar de forma mais intensa e a constituir verdadeiras frentes no embate político em prol da mesma causa. A disposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para ampliar, de forma significativa, o acesso ao ensino superior, especialmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação e das Universidades Federais deu alento ao movimento. As mobilizações retornaram com muita força, embaladas por uma utopia cada vez mais próxima de ser realizada. Os movimentos sociais do campo, os sindicatos urbanos, as instituições públicas, privadas e comunitárias passaram a mobilizar verdadeiras “multidões” para as manifestações públicas, para a pressão política, para a publicização da ideia e para a criação das condições necessárias para a implantação de uma ou mais universidades públicas federais nesta grande região.

Esta mobilização foi potencializada pela existência histórica, no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e Centro do Paraná, de um denso tecido de organizações e movimentos sociais formados a partir da mobilização comunitária, das lutas pelo acesso à terra e pela criação de condições indispensáveis para nela permanecer, pelos direitos sociais fundamentais à vida dos cidadãos, mesmo que em regiões periféricas e pela criação de condições dignas de vida para os cidadãos do campo e da cidade. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região, destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Este grande território que se organizou e se mobilizou para a conquista da universidade pública federal é berço de grande parte dos movimentos sociais do país, especialmente os ligados ao campo; é palco de lutas históricas pelo acesso à terra; é referência nacional na organização comunitária; é terreno fértil para a emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular; é marcado pelas experiências das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria, que nascem da necessidade de organizar a vida em regiões periféricas e realizar a interação com “centros de médio e grande porte do país”; é palco das primeiras experiências de modernização da agricultura e da agroindústria, que geraram expansão dos processos produtivos, novas tecnologias e novas perspectivas de inclusão, mas também produziram o êxodo rural, as experiências de produção integrada, as grandes agroindústrias, a concentração da propriedade e da riqueza gerada, grande parte dos conflitos sociais e o próprio processo de

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

exclusão de parcelas significativas da população regional, que passou a viver em periferias urbanas ou espaços rurais completamente desassistidos; é espaço de constituição de uma economia diversificada que possibilita o desenvolvimento da agricultura (com ênfase para a produção de milho, soja, trigo, mandioca, batata...), da pecuária (bovinos de leite e de corte, suínos, ovinos, caprinos...), da fruticultura (cítricos, uva, pêssego, abacaxi...), da silvicultura (erva mate, reflorestamento...), da indústria (metal mecânica, moveleira, alimentícia, madeireira, têxtil...), do comércio e da prestação de serviços públicos e privados.

A partir do ano de 2006, houve a unificação dos movimentos em prol da Universidade Pública Federal nesta grande região visando constituir um interlocutor único junto ao Ministério da Educação (MEC). Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf–Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento era composto pelo Fórum da Mesorregião, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três estados, por Igrejas, pelo Movimento Estudantil, pelas Associações de Prefeitos, por Vereadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores. O Movimento ganhou força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Como resultado da mobilização deste Movimento unificado, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, realizada em junho de 2007, propôs-se ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

A partir das tratativas estabelecidas entre o Ministério da Educação e o Movimento

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. Esta comissão tinha três meses para concluir seus trabalhos, definindo o perfil de Universidade a ser criada. Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199/07, o ministro da Educação encaminhou o processo oficial de criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por intensa mobilização do Movimento Pró-Universidade no sentido de estabelecer o perfil da Universidade a ser criada, a localização de seus *campi* e a proposta dos primeiros cursos a serem implantados; pelo acompanhamento, no âmbito do governo federal, dos trâmites finais da elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso Nacional; pela negociação política a fim de garantir a aprovação do projeto da Universidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 15 de setembro de 2009, através da Lei 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e *Campi* em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ilvo Ristoff para o cargo de reitor *pro-tempore* da UFFS, com a incumbência de coordenar os trabalhos para a implantação da nova universidade, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda em 2009 foram realizados os primeiros concursos e posses de servidores, estruturados os projetos pedagógicos provisórios dos cursos a serem implantados, definido o processo seletivo para o ingresso dos primeiros acadêmicos, estabelecidos os locais provisórios de funcionamento é constituída parte da equipe dirigente que coordenaria os primeiros trabalhos na implantação da UFFS.

No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *Campi* da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com a aplicação da bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública. Em cada *campus* foi realizada programação de recepção aos acadêmicos com o envolvimento da

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

comunidade interna e externa, visando marcar o primeiro dia de aula na Universidade. Em um diagnóstico sobre os acadêmicos que ingressaram na UFFS neste primeiro processo seletivo constatou-se que mais de 90% deles eram oriundos da Escola Pública de Ensino Médio e que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior.

O início das aulas também ensejou o primeiro contato mais direto dos acadêmicos e dos docentes com os projetos pedagógicos dos cursos que haviam sido elaborados pela comissão de implantação da Universidade com base em três grandes eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os primeiros contatos foram evidenciando a necessidade de repensar os PPCs, tarefa que se realizou ao longo dos anos de 2010 e 2011, sob a coordenação dos respectivos colegiados de curso a fim de serem submetidos à Câmara de Graduação do Conselho Universitário para aprovação definitiva.

Nesta revisão consolidou-se uma concepção de currículo assentada em um corpo de conhecimentos organizado em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. O Domínio Comum visa proporcionar uma formação crítico-social e introduzir o acadêmico no ambiente universitário. O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*. O Domínio Específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Compreende-se que os respectivos domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundantes do projeto pedagógico institucional.

A organização dos *campi*, com a constituição de suas equipes dirigentes, a definição dos coordenadores de curso e a estruturação dos setores essenciais para garantir a funcionalidade do projeto da Universidade foi um desafio encarado ao longo do primeiro ano de funcionamento. Iniciava-se aí a trajetória em busca da constituição de uma identidade e de uma cultura institucional.

A preocupação em manter uma interação constante com a comunidade regional no sentido de projetar suas ações de ensino, pesquisa, extensão e administração fez com que a UFFS realizasse, ao longo do ano de 2010, a 1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Foram dezenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, as organizações e os movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os *campi* e concluído

com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

As primeiras ações da Universidade e a 1ª COEPE foram fundamentais para projetar o primeiro estatuto da UFFS. Através de um processo participativo, com o envolvimento de professores, de técnicos administrativos, de acadêmicos e de representação da comunidade externa, foi elaborado o Estatuto, que definiu os marcos referenciais básicos para a estruturação da nova Universidade. Compreendido em sua provisoriedade, a aprovação do primeiro estatuto permitiu que se avançasse para a estruturação das instâncias essenciais de funcionamento da Universidade, tais como o Conselho Universitário, os Conselhos de *Campus*, os Colegiados de Curso e a própria estrutura de gestão da UFFS.

A grande inovação da nova universidade, garantida em seu primeiro Estatuto, foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos *campi*, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação.

Estabelecidos os marcos iniciais deu-se a sequência na organização das diretrizes e políticas específicas de cada Pró-Reitoria, Secretaria Especial, Setor e área de atuação da UFFS. Movimento este que iniciou a partir de 2012 e avança gradativamente na medida em que a Universidade vai crescendo e respondendo aos desafios da inserção nos espaços acadêmicos e sociais.

A consolidação dos cursos de graduação, a estruturação de diversos grupos de pesquisa e a criação de programas e projetos de extensão possibilitaram que a Universidade avançasse para a criação de Programas de Pós-Graduação, iniciando pelo *lato sensu*, já em 2011, até alcançar o *stricto sensu*, em 2013.

Desde a sua criação, a UFFS trabalhou com a ideia de que a consolidação do seu projeto pedagógico se faria, de forma articulada, com a consolidação de sua estrutura física. A construção dos espaços de trabalho dar-se-ia, articuladamente, com a constituição de seu corpo docente e técnico-administrativo. A criação da cultura institucional dar-se-ia, também de forma integrada, com a constituição dos ambientes de trabalho e de relações estabelecidas nos mesmos. Pode-se falar, portanto, em um movimento permanente de “constituição da Universidade e da sua forma de ser”.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Ao mesmo tempo em que a UFFS caminha para a consolidação de seu projeto inicial, já se desenham os primeiros passos para a sua expansão. Os movimentos em torno da criação de novos *campi* emergem no cenário regional; a participação nos programas do Ministério da Educação enseja novos desafios (destaca-se a expansão da Medicina, que levou à criação do *Campus* Passo Fundo, em 2013); o ingresso da UFFS no SISU enseja sua projeção no cenário nacional, exigindo readequações na compreensão da regionalidade como espaço preponderante de referência; a consolidação dos 5 *campi* iniciais, com os seus cursos de graduação, faz com que se intensifiquem os debates pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação; a afirmação dos grupos de pesquisa, com seus programas e projetos, faz com que se projetem novos cursos de mestrado e se caminhe em direção aos primeiros doutorados. Entende-se que a consolidação e a expansão são processos complementares e articulados.

Criada a partir dos anseios da sociedade, a UFFS vem se afirmando como uma Universidade comprometida com a qualidade de seus cursos, de seus processos e das relações que estabelece. As avaliações realizadas pelas diferentes comissões constituídas pelo INEP/MEC para verificar, *in loco*, as condições de oferta dos cursos de graduação da UFFS atestam esta qualidade.

Os avanços conquistados ao longo desses primeiros anos de sua implantação tornam cada vez mais claros os desafios que se projetam para os próximos: a participação, cada vez mais efetiva, na comunidade acadêmica nacional e internacional, com cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos e programas de extensão e experiências de gestão universitária; a permanente sintonia com os anseios da região na qual está situada; o compromisso constante com os movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade; e o sonho de uma universidade pública, popular e de qualidade, focada no desenvolvimento regional includente e sustentável.

(Texto homologado pela Decisão nº 2/2014 – CONSUNI/CGRAD)

3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

3.2 Equipe de elaboração:

Professora Dra. Cleusa Inês Ziesmann
Professor Dr. Deniz Alcione Nicolay
Professora Dra. Judite Scherer Wenzel
Professora Dra. Neusete Machado Rigo
Professora Dra. Sandra Vidal Nogueira
Professor Dr. Lívio O. Arenhart

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

xxxxx - Diretora de Organização Pedagógica/DOP
xxxxx - Pedagogas/DOP
xxxxx - Técnicos em Assuntos Educacionais/DOP
xxxxx - DRA
Revisão das referências:
Revisão textual: *Será inserido pela DOP*

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia, conforme designado na Portaria nº xxx/PROGRAD/UFFS/xxxx, conta com os seguintes docentes:

Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso.

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
xxx	Doutorado	Específico
xxx	Mestrado	Específico
xxx	Doutorado	Específico
xxx	Mestrado	Comum
xxxx	Doutorado	Específico
xxx	Doutorado	Conexo
xxx	Doutorado	Específico
xxxx	Doutorado	Específico
xxx	Doutorado	Específico
xxxx	Doutorado	Específico
xxx	Doutorado	Conexo

4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

Não se pode educar sem ao mesmo tempo ensinar; uma educação sem aprendizagem é vazia e, portanto, degenera, com muita facilidade, em retórica moral e emocional. É muito fácil, porém, ensinar sem educar, e pode-se aprender durante o dia todo sem por isso ser educado. Tudo isso são detalhes particulares, contudo, que na verdade devem ser entregues aos especialistas e pedagogos. A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumir a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável, não fosse a renovação e a vinda dos pequenos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender algo novo e imprevisto para nós, preparando-as, em vez disso, com antecedência, para a tarefa de renovar um mundo comum.

Hannah Arendt (2011)

O Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura inscreve-se no cenário de consolidação da Universidade Federal da Fronteira Sul, cuja política orientadora visa à democratização do acesso à educação superior; interiorização das Universidades Federais e ampliação da presença da Universidade Pública. Atua, nesse sentido, como via democratizante, que oportuniza o acesso a um curso de qualidade, público e gratuito, coadunando-se ao perfil institucional, na condição de uma “(...) universidade multicampi, interestadual, pública, democrática, popular e socialmente comprometida com a realidade sócio-histórico, econômica, política, ambiental e cultural da sua região de inserção” (PPI/UFFS, 2019, p.18).

Mediante o quadro social examinado pela Comissão de Implantação da UFFS, o qual ainda persiste, uma década depois, a maior parte das microrregiões que compreendem a Mesorregião “Grande Fronteira do Mercosul” são formadas por municípios com população inferior a 20.000¹ habitantes, vivendo um processo recorrente de ausência do Estado em termos de investimentos e com enormes dificuldades de superar exclusões historicamente constituídas.

Geograficamente distante dos centros de decisão política dos Estados e da União, a Mesorregião apresenta, desde sua colonização, uma trajetória marcada por baixos investimentos estatais e pela ausência de equipamentos públicos essenciais ao seu processo de

¹ O que traduz o cenário da maioria dos municípios brasileiros, pois, conforme o IBGE (2017), o Brasil possui 5.570 municípios, dos quais 68,4% apresentam população de até 20 mil habitantes

desenvolvimento. Os investimentos em desenvolvimento na região seguiram a lógica da geração de empregos através da implantação de grandes empreendimentos econômicos privados, dando margem à aceleração de processos concentradores de riqueza e renda.

A Região Funcional 7², por sua vez, na qual situa-se a área prioritária de atuação do *Campus* Cerro Largo, da UFFS, é constituída por 4 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), abrangendo 77 municípios, dos quais 90,90% (70 municípios) deles apresentam população até 20 mil habitantes, de acordo com os dados do Censo de 2010.

Situada no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, em uma área de fronteira com a Argentina e com o estado de Santa Catarina, a Região Funcional 7 vive um processo de estagnação econômica e perda de representatividade na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado Fiscal (VAF) na relação com o restante da economia gaúcha. Trata-se de uma região que apresenta sua base produtiva assentada na produção agropecuária, na indústria metalmeccânica e de processamento de produtos derivados da agropecuária (suínos, leite, aves, soja e trigo), no comércio varejista e na prestação de serviços públicos e privados ligados a essas atividades (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

A estrutura social dessa Região, mesmo que não apresente índices expressivos de vulnerabilidade social, denota aspectos preocupantes no que concerne à pobreza relativa, ao processo de evasão da população jovem (entre 18 e 30 anos), ao envelhecimento rápido e expressivo da sua população e às condições de infraestrutura física e de capital humano para atrair investimentos ou para dinamizar, de forma própria seu desenvolvimento (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Os estudos sobre desenvolvimento têm apontado que essas situações históricas de exclusão somente podem ser rompidas com investimentos públicos e privados especialmente orientados para as políticas sociais, dadas as condições precárias de infraestrutura física e de capital humano para atrair investimentos produtivos. Nesses casos, a educação transforma-se em diferencial estratégico e em condição imprescindível para o desenvolvimento.

É nesta realidade socioeconômica que as ações do Estado se tornam essenciais, de forma especial pela orientação dos investimentos nas políticas sociais, pois elas mobilizam

² Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDES) foram agregados em nove Regiões Funcionais de Planejamento, com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e outras características similares, definidas pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAN). A Região Funcional 7 integra 4 COREDES: Ceilero, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial. Compreende 77 municípios situados no Noroeste do Rio Grande do Sul, na divisa com a Argentina. (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

grande parte do fundo público disponível e podem apresentar resultados expressivos em termos de garantia de direitos, qualificação das pessoas, ampliação das oportunidades e melhoria das condições de vida da população local (ROTTA, LAGO, ROSSINI, 2017).

Tomando como referência os aspectos relativos à educação, constata-se, na Região Funcional 7, uma estrutura bem organizada e constituída de acesso à Educação Básica, tanto pública quanto privada, e a presença dominante das Instituições Comunitárias no acesso ao Ensino Superior. Essa realidade garante o pleno acesso à Educação Básica e um acesso predominantemente pago ao Ensino Superior. Apenas na década de 2000 em diante que se ampliou o acesso à educação pública e gratuita ao Ensino Superior com a implantação dos Institutos Federais (Panambi, Santo Augusto, Santa Rosa e Santo Ângelo), da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS – Campi em Três Passos e São Luiz Gonzaga) e da Universidade Federal da Fronteira Sul (*Campus Cerro Largo*).

Apesar do movimento de expansão, ainda persistem alguns desafios importantes na área da Educação que são apontados nos diagnósticos e análises sobre essa Região. Entre os principais pode-se destacar os índices ainda elevados de população adulta analfabeta ou semianalfabeta, os baixos índices de escolarização formal da população adulta, a defasagem idade série e os percentuais de população adulta com Ensino Superior (RIO GRANDE DO SUL, 2015; ROTTA, LAGO, ROSSINI, 2017).

Os dados divulgados pelo Censo da Educação Básica, ano base 2020, para o Rio Grande do Sul, conforme demonstra o extrato abaixo, apresentam um pouco desse retrato, se analisados os aspectos do acesso. Olhando para os dados da matrícula inicial na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério) e Educação de Jovens e Adultos (Presencial – fundamental e Médio), no tocante às escolas rurais e urbanas, das redes municipal e estadual, evidencia-se uma ampla cobertura. Quando acrescidos os dados da Rede Privada, evidencia-se uma cobertura de acesso quase que plena à Educação Básica.

Quadro 2 - Matrículas na Educação Básica no Rio Grande do Sul

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Rio Grande do Sul	Matrícula inicial											
	Ensino Regular										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
Estadual Urbana	0	0	455	9	176.651	8.411	198.398	2.721	257.973	4.875	13.721	24.274
Estadual Rural	0	0	723	0	14.862	556	15.629	624	7.180	2.001	992	237
Municipal Urbana	24.338	94.130	131.215	28.665	296.981	22.608	206.572	3.883	2.493	210	26.361	271
Municipal Rural	624	1.984	16.748	2.378	43.752	6.407	29.419	3.157	228	119	723	76
Estadual e Municipal	24.962	96.114	149.141	31.052	532.246	37.982	450.018	10.385	267.874	7.205	41.797	24.858

Fonte: Censo da Educação Básica 2020.

Recorrendo, ainda, aos dados do Censo Escolar da Educação Básica, ano base de 2018, verifica-se que o número de professores em escolas estaduais no Rio Grande do Sul teve queda: em um ano, 1.379 docentes deixaram de dar aula. Em 2017, havia 45.061 professores vinculados à rede estadual gaúcha, somando-se aqueles que dão aulas nas áreas urbana e rural. No ano passado, o total caiu para 43.682.

Na rede privada do Estado, houve aumento no total de docentes: de 27.646 em 2017 para 28.106 em 2018 — acréscimo de 1,7%. Somadas todas as redes (federal, estadual, municipal e privada), porém, novamente nota-se uma queda: de 118.189 professores há dois anos para 117.520 no ano passado.

A maior queda, na rede pública, foi no número de professores concursados: o total passou de 75.583 em 2017 para 72.993 em 2018 — queda de 2.590 docentes, ou 3,42% daqueles com cargo efetivo na educação básica no Rio Grande do Sul. Só na rede estadual, a diminuição foi de 9,5% — 2,7 mil professores concursados a menos em um ano. Os contratos temporários caíram 1,67% (de 23.284 em 2017 para 22.893 em 2018), enquanto os terceirizados aumentaram 27,2% (de 544 para 692). Já os contratos CLT tiveram queda de 37,1% no Estado (de 973 para 612).

Fazendo uma breve retrospectiva na dimensão de uma série histórica, é possível constatar também a acentuada queda, ocorrida entre os anos de 2014 e 2018, conforme demonstra o Gráfico a seguir.

Gráfico 1- Número de professores na Educação Básica no Rio Grande do Sul



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica ano base 2018.

Nesse sentido, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e ampliando seus fundamentos, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) apresenta as diretrizes para a educação brasileira, a saber, dentre elas: universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade da educação (BRASIL, 2014). Há, pois, o reconhecimento da imprescindibilidade, para o alcance destas diretrizes, a formação dos profissionais da educação. A valorização profissional pode ser identificada ou relacionada com outros aspectos, e o PNE (2014-2024) destaca, nas metas de nº 15 a 18, a questão da “formação dos profissionais da educação” de que tratam os incisos I, II e II do caput do artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996 (BRASIL, 1996), ao indicar a formação dos professores da educação básica em nível superior.

O marco regulatório para a formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.

A defesa da escola pública e democrática, criadora de direitos, tornou-se prioridade, e o pedagogo é entendido como um docente capaz de pensar, articular e recriar a teoria e as práticas educativas. Compreende-se, assim, a importância da oferta do curso de Pedagogia - Licenciatura em uma Universidade Pública e gratuita desde Cerro Largo, Rio Grande do Sul, abrangendo demandas de formação da Região Funcional 7, como parte integrante das ações desenvolvidas na Mesorregião da Fronteira Sul, a partir de uma dupla perspectiva.

A primeira delas como parte integrante do fortalecimento das redes de Educação

Infantil e Ensino Fundamental e da integração às políticas do governo federal para a interiorização e expansão do Ensino Superior. A reversão do processo de esvaziamento populacional e profissional, com reflexos na educação, é um desafio desta instituição, e o Curso de Pedagogia tem papel decisivo no desenvolvimento socioeconômico regional. Isto significa dizer, no preparo de profissionais em condições efetivas de compreender o que vem ocorrendo com a educação brasileira, propor análises para reinvenção da escola e, também, ampliar a capilaridade de conhecimentos novos que possam instrumentalizar sujeitos e instituições, na direção de caminhos emancipatórios. Ressalta-se, com isso, o trabalho pedagógico, a formação e a atuação nas escolas, como algo individual e coletivo. Desse modo, parte-se do entendimento de que o processo formativo envolve a construção de saberes, habilidades e competências tanto individuais quanto organizacionais.

A segunda perspectiva em face da valorização das carreiras do magistério, com destaque para a dimensão de atuação de pedagogos e pedagogas. Em que pesem os avanços realizados, a universalização da educação básica ainda é uma meta a ser atingida, cuja concretização passa necessariamente pela valorização dos profissionais da educação, e, conseqüentemente, por condições adequadas de formação inicial e continuadas destes profissionais, o que pressupõe uma contínua articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Os dados indicam que todas as regiões do país apresentam carências na formação de professores na Educação Básica, o que remete a inúmeras explicações e fatores históricos. A esse respeito, Abrucio (2016, p. 15) mostra as estatísticas: “(...) até 1988, boa parte do professorado não tinha nível superior. Em 1991, 20% dos professores não eram graduados, segundo dados do Inep. Em 2006, o número de formados chegou a 60% e, em 2013, a 75%”. Somado a isso, constata-se a real situação da formação inicial dos professores para esses segmentos da educação escolar, que é, nas palavras de Abrucio,

[...] amplificada pelo baixo capital cultural e social da grande maioria dos estudantes de magistério. Isso faz com que a garantia de uma boa formação continuada ganhe ainda mais relevância. Atualmente, os futuros professores vêm, tipicamente, dos piores estratos da avaliação do Enem, e um pouco mais da metade deles constitui a primeira geração em suas famílias a chegar à Educação Superior. Na maioria das licenciaturas, tais características se repetem (ABRUCIO, 2016, p. 16).

Desde 2010, a UFFS possui 13 cursos de bacharelado (nos 5 *campi*) e 21 cursos de licenciatura: Letras - Português e Espanhol (Cerro Largo, Chapecó e Realeza), Filosofia, Geografia, História, Pedagogia e Ciências Sociais (Chapecó e Erechim), Ciências (Realeza), Ciências Biológicas, Química e Física (Realeza e Cerro Largo), Interdisciplinar em Educação

do Campo (Laranjeiras do Sul e Erechim) e Matemática (Chapecó). O *Campus* Cerro Largo integra a estrutura multicampi da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), localizada no Rio Grande do Sul e possui duas unidades no Município do mesmo nome. Sua área de abrangência compreende as Regiões: Missões, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Celeiro. De acordo com dados dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDES) e do Censo de 2010, integram essas quatro (4) Regiões um conjunto de 77 (noventa e sete) Municípios, com uma população estimada em 911.978 habitantes.

A partir da experiência acumulada e do perfil geopolítico da Região Sul do Brasil, fez-se a atualização da construção da Política Institucional para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (UFFS, 2017), redefinindo: os objetivos e os princípios da política institucional de formação de professores na UFFS; as diretrizes para o currículo, a organização pedagógica e a gestão acadêmica dos cursos de formação de professores; e as demandas institucionais vinculadas à implantação e ao desenvolvimento da política de formação de professores.

Merece destaque a relação entre universidade e sociedade, com base no diálogo investigativo e crítico, de superação da hegemonia acadêmica e do determinismo econômico e político, como perspectiva de construção de um projeto acadêmico socialmente referendado, ou seja, a instituição escolar, na realidade, tornou-se expressão social daquilo que entendemos e aspiramos ser um direito fundamental para criança e jovens.

Ao mesmo tempo em que se legitimou como depositária de conhecimentos acumulados e chancelados pela ciência, a escola, por meio de em seus processos e dinâmicas pedagógicas, por sua vez, manteve-se fortemente ativa e desestabilizadora de verdades constituídas em narrativas universalizantes, por intermédio de suas práticas cotidianas, aproximando práticas de ensino e de projetos de pesquisa, muito mais uma recriadora de saberes, do que uma simples modeladora de corpos e mentalidades.

Nessa direção, há pelo caminho a sinalização do reconhecimento de valor para a pesquisa na formação de professores e também pela frente se vislumbra o desafio de criar as condições necessárias para via de resolutividade, sem, contudo, comprometer o próprio estatuto de pesquisa. A instituição escolar é, portanto, o objeto do interesse e da formação acadêmica, profissional e científica do nosso sujeito, o(a) aluno(a) – futuro pedagogo(a).

Por isso, a UFFS assume o compromisso de permanente diálogo e interação com a sociedade, nas mais diversas práticas acadêmicas, sem deixar de manter sua autonomia

enquanto instituição à qual cabe o papel de pensar não apenas sobre a solução dos problemas da sociedade, mas sobre a própria forma como a sociedade delimita e compreende tais problemas, produzindo sobre eles não apenas alternativas de solução, mas conhecimento científico.

Considerando, portanto, os cenários de consolidação institucional no campo da formação de professores, há de se ampliar o atendimento e também potencializar a criação de novas demandas nas cidades, por isso, a UFFS, *Campus* de Cerro Largo, propõe o Curso de Pedagogia - Licenciatura, como forma de contemplar os profissionais que atuam ou que desejam atuar na docência da Educação Básica visando, sobretudo, a melhoria nos processos de ensinar e aprender de crianças, jovens e adultos. Reafirma-se, portanto, no Projeto Pedagógico de Curso, o desafio de revalorização da escola pública e formação dos professores, inicial (e continuada!), levando em conta sua complexidade para responder às exigências sociais de qualificação profissional, capaz de perceber a amplitude dos significados do atual estágio de democratização da Educação brasileira, em especial, no Rio Grande do Sul.

5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-político, Epistemológicos, Didático-pedagógicos, Legais e Institucionais)

Os referenciais que orientam esse PPC seguem a Política de Formação Inicial e Continuada de Professores (Resolução 2/CONSUNI/CGAE/UFFS/2017), inspirados nos princípios orientadores:

I - A docência como atividade profissional intencional e metódica;

II - O currículo como produto e como processo histórico;

III - O conhecimento como práxis social;

IV - A formação integral e a processualidade dialógica na organização pedagógica;

V - A gestão democrática e o planejamento participativo;

VI - A articulação com a educação básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares;

VII - O egresso como docente da educação básica pública

5.1 Referenciais ético-políticos

O curso de Pedagogia - Licenciatura (hab. Educação infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental) se pauta pelo princípio da valorização da pessoa humana. Compreendemos que as transformações históricas, sociais, culturais e econômicas da civilização geraram na sociedade inúmeras diferenças. Tais diferenças são de toda ordem e sentido, mas, talvez, a mais radical delas seja a exclusão do acesso aos bens culturais, uma vez que inviabiliza o crescimento pessoal em direção à emancipação do sujeito.

No entanto, em países onde a fome e a desagregação dos valores ganham margem e espaço nas disputas pela sobrevivência cotidiana, tratar do aspecto formacional pode significar utopia. Mas é justamente da utopia, do sonho e da alegria que vive a educação. Sem criarmos a projeção de um mundo novo, sem a perspectiva de que possamos melhorar a realidade em que vivemos, será muito difícil de partilhar a esperança. E isso porque “seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, primeiro, o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança” (FREIRE, 1998, p. 80).

Por isso, o caminho de um curso de Pedagogia - Licenciatura, que se pretende

progressista, público, popular e democrático (como almeja a missão institucional da UFFS por meio do PDI 2019-2023) nos direciona ao esforço de construção participativa, de abertura à educação inclusiva e de busca pela formação omnilateral da pessoa humana.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura está amparado nos princípios orientadores do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFFS, visando: ação de qualidade, que articula e integra formação acadêmica e profissional com as demandas sociais, regionais e nacionais, numa perspectiva emancipatória; formação de professores para atuar e qualificar a Educação Básica como uma de suas prioridades; compromisso com a superação das desigualdades regionais e com a transformação das relações excludentes; promover a democratização do acesso e da produção do conhecimento como perspectiva de democratização da sociedade, mediante integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão; inclusão social como forma de contribuir para a superação de todas as formas de preconceito e discriminação.

Nessa busca, pautamos ainda nossos esforços em direção a intencionalidade do ato pedagógico. Ou seja, é a ação exercida por meio da atividade curricular e da mediação docente que proporciona a constituição subjetiva do saber. Entretanto, essa ação não atinge a forma plena se, por parte do sujeito, não existe a aceitação e a abertura em direção àquilo que Paulo Freire (1998) chama de “Ser mais”. É a vocação ontológica do ser humano em querer aprender e se relacionar com o outro que proporciona o desenvolvimento do afeto e da humanidade possível no homem. Por isso, contra a desumanização, contra a desvalorização do ofício de professor, contra o sucateamento da escola básica pública, contra a lógica perversa da concentração de renda, elencamos nossa escala de valores, que prioriza o valor da vida acima de tudo, e erige os saberes considerados essenciais para a formação do pedagogo ou pedagoga. Esses saberes corroboram com o que Morin (2013) apresenta como uma outra ética do gênero humano, uma Antropo-Ética.

Ou seja, além do cuidado de si, sentido clássico do termo Ética, desenvolver uma forma de consciência em relação às responsabilidades sociais de cada indivíduo. E para esse exercício de cidadania, torna-se fundamental acalentar laços de democracia, porque é o regime de organização do Estado em que o poder se alterna e o direito ao voto exige patamar de igualdade entre classes sociais distintas. Portanto, para além dos fundamentos teóricos deste curso, investimos na capacidade de articulação social, na cooperação, no respeito pela dignidade humana, na compreensão crítica da realidade social onde a escola está inserida.

5.2 Referenciais Epistemológicos

A palavra Pedagogia oriunda do grego (*paidagogia*), é a teoria e ciência da Educação que tem por objeto de estudo a educação enquanto práxis social humana situada histórica e culturalmente. Ela está relacionada ao ato de condução de saber, preocupando-se com os meios, com as formas e maneiras de como levar o indivíduo a constituir (ou construir) o conhecimento (GUIRALDELLI, 1987). Como ciência, a Pedagogia possui um objeto, um método e uma intencionalidade. O estatuto epistemológico da Pedagogia, como assevera Pimenta (2021), está voltado para as análises teóricas (críticas) das práticas educativas para evidenciar as condições que contrariam a formação humana como direito humano, por isso “ela tem um compromisso que é o de transformação das das condições que geram a desigualdade” (PIMENTA, 2021, p. 929).

Estudar, pesquisar, analisar sobre a prática do pedagogo na atualidade, significa, necessariamente, refletir sobre a identidade deste profissional. Assim, compreende-se a identidade como sendo um processo que, simultaneamente, pode diferenciar cada sujeito em relação aos outros, mas pode também, caracterizar o pertencimento a diferentes grupos em diferentes lugares. Dessa forma, podemos considerar que o processo identitário é permanente, em constante (re) construção e transformação, pois nunca estará pronto e acabado (FREIRE, 2003). Nesse sentido, Romanowski (2013, p. 308) complementa, dizendo que: “[...] a identidade profissional se constrói socialmente a partir do processo de formação, atuação profissional, organização da categoria profissional e do reconhecimento social.”

No viés do senso comum, ainda acredita-se que a identidade do pedagogo está relacionada somente ao ensino e às técnicas de ensinar. Podemos afirmar que esta é uma visão simplista e reducionista da função do pedagogo e da própria Pedagogia. Libâneo (2001) discorre sobre esta questão dizendo que:

A Pedagogia se ocupa, de fato, com a formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas, antes disso, ele tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimento sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa (LIBÂNEO, 2001, p.6).

Desde a criação do curso de Pedagogia no Brasil, em 1939, há muitas discussões em torno da identidade do pedagogo. Assim, foram atribuídas várias identidades ao curso, devido a vários conflitos teóricos e epistemológicos da Pedagogia e do próprio curso. A indefinição

epistemológica tem produzido, por vezes, dificuldades para a definição e compreensão da identidade profissional e para a formação do pedagogo.

Nessa linha de pensamento, compreendemos que a complexidade do campo de atuação dos profissionais pedagogos e as bases epistemológicas do curso precisam ter o alicerce na abordagem dialética, dialógica e holística, em que se compreende que é necessário o processo reflexivo entre a teoria e prática, por ser uma ação que estimula mudanças necessárias para a nossa sociedade.

Nesse sentido, Houssaye (2004) afirma que

Se a pedagogia é a reunião mútua e dialética da teoria e da prática educativas pela mesma pessoa, em uma mesma pessoa, o pedagogo é antes de mais nada um prático-teórico da ação educativa. O pedagogo é aquele que procura conjugar a teoria e a prática a partir de sua própria ação. É nessa produção específica da relação teoria-prática em educação que se origina, se cria, se inventa e se renova a pedagogia. [...] o pedagogo não pode ser um puro e simples prático nem um puro e simples teórico (HOUSSAYE, 2004, p.10).

Nesse ínterim, o curso de Pedagogia - Licenciatura que ora propomos, busca em seu conjunto, promover a formação dos futuros pedagogos, pautada nas contribuições de todos os campos de conhecimentos (o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural). Em relação a formação do nosso estudante pedagogo, procuraremos que o mesmo tenha uma formação investigativa, de forma que venha a potencializar a sua reflexão crítica para que consiga, de forma incessante planejar, executar e avaliar as atividades educativas no ambiente escolar em que estiver inserido.

5.3 Referenciais Metodológicos

Os referenciais metodológicos que orientam a proposta formativa do curso em Pedagogia - Licenciatura indicam uma perspectiva de ação pedagógica que se afasta da visão pragmatista orientada por uma razão instrumental, a qual envidou um modelo de educação e de formação docente que ignorou as condições históricas, sociais e culturais em que se dão os processos de ensino. Sob outra perspectiva, acredita-se que a ação coletiva e colaborativa dos sujeitos que participam no desenvolvimento do curso, pode se constituir em uma prática pedagógica que construa uma tessitura do conhecimento em rede. Tecido como uma rede, o conhecimento deixa de ser tratado de modo linear e hierarquizado, porque se reconhece que

há inúmeros e diferentes caminhos que podem ser traçados, entrelaçados, de maneira que a ‘ordem’ “só pode ser percebida e representada pelo pensamento *a posteriori* da própria criação” (ALVES; GARCIA, 2008, p. 94). O paradigma da ordem, ao banir a desordem, a instituiu como essência e verdadeira natureza, impedindo a coexistência da ordem e da desordem (MORIN, 2008). Esse pensamento tornou-se estruturante na organização escolar, por meio dos currículos, pelos modos como o conhecimento é tratado - fragmentado e verticalizado -, pelas metodologias e processos avaliativos que sustentaram (e sustentam) as práticas pedagógicas focadas nas partes e, por isso, desconsiderando o todo. No entanto, a tarefa da “ciência não é mais banir a desordem de suas teorias, mas de tratar dela. Não é mais anular a ideia de organização, mas de compreendê-la e de introduzi-la para reunir disciplinas parceladas” (MORIN, 2008, p. 62). Nessa direção, a Pedagogia como uma ciência “do coletivo dos educadores” (MARQUES, 1992), investida de um contínuo processo crítico-reflexivo, pode contribuir para um entendimento sobre a atuação dos sistemas de ensino, das instituições escolares e das suas práticas educativas que supere a visão reducionista, protagonizando a complexidade do conhecimento.

Para isso, o estudante de Pedagogia deverá envolver-se em uma pluralidade de conhecimentos teórico-práticos fundamentados em princípios, tais como: interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (BRASIL, 2006). Estes conhecimentos constituirão um núcleo de estudos básicos que articulam princípios e concepções do campo da Pedagogia, em espaços escolares e não escolares; no planejamento, implementação e avaliação de processos educativos; no estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente; no trabalho didático relativos às áreas de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares pertinente aos primeiros anos de escolarização; na atenção e proposição de inferências às problemáticas contemporâneas relacionadas ao trabalho, à cidadania, à diversidade cultural, à sustentabilidade, etc. Além destes, o curso deverá estar voltado para as áreas de atuação profissional do pedagogo, que envolvem investigação e avaliação de processos educativos; criação de materiais, procedimentos pedagógicos e propostas educacionais inovadoras; e estudo e análise de teorias da educação, com a finalidade de aperfeiçoar propostas educacionais. Ainda, integram o currículo do curso, atividades práticas que propiciam vivências em diferentes áreas de atuação do pedagogo, como também, estudos e seminários, iniciação científica, monitorias, participação em programas de iniciação à docência e extensão universitária (BRASIL, 2006).

Sob essa perspectiva, os pressupostos metodológicos que fundamentam a formação preconizada neste curso orientam-se pelo desenvolvimento de práticas integradoras e interdisciplinares, corroborando para que nas relações entre

[...] aqueles que ensinam e aqueles que aprendem e no diálogo que se estabelece entre as disciplinas é possível integrar o objeto de conhecimento a um todo complexo, sem reduzi-lo à sua especificidade, buscando construir-se um caminho de aprendizagem à medida em que se caminha e em que o sentido se faz emergir (COSTA, 2003, p. 267).

Consoante a esse propósito, a pesquisa, além de ser concebida como um princípio pedagógico, é também, para o currículo do curso em Pedagogia - Licenciatura, um princípio metodológico, capaz de constituir uma formação docente que envolva os acadêmicos na produção do conhecimento científico, familiarizando-os com as práticas teóricas e empíricas da pesquisa. Os vínculos entre pesquisar e ensinar são fundamentais, por isso os processos didático-metodológicos voltados para a pesquisa, para os trabalhos investigativos nas áreas e campos de atuação do pedagogo, constituem-se como exigência ao longo do curso, e não apenas em algumas determinadas disciplinas. Há que se destacar que o conhecimento é resultado de processos coletivos, e que o fundamental não é sua condição de produto, mas o seu processo (SEVERINO, 2009), por isso o entrecruzamento das dimensões epistemológica, pedagógica e social da pesquisa transformam uma intervenção didática em uma pedagogia de investigação.

Nesse sentido, a pesquisa torna-se uma espécie de proa nas ações pedagógicas do curso, embora tenhamos o ensino e a extensão como metas presentes no currículo, procuraremos praticar a inovação e a atualização constantes que a pesquisa proporciona. Jamais na condição enrijecida e cristalizada do paradigma cartesiano-newtoniano, mas aberta para a tecitura do mundo, para a complexidade dos saberes.

Por isso, balizamos eixos formativos com a intenção de canalizar conhecimentos afins, blocos cadenciados de conceitos capazes de conduzir o futuro pedagogo ou pedagoga pelas veredas da prática profissional. Assim, pontuamos os seguintes eixos: 1. Educação, sociedade e pedagogia, 2. Escola, currículo, conhecimento e cultura; 3. Docência: infâncias e fundamentos teóricos-metodológicos nos processos de ensinar e aprender, 4. Docência e escola inclusiva, 5. Docência e pesquisa. Cada eixo agrega componentes formativos que poem em evidência desafios constantes do campo pedagógico.

Da mesma forma, a extensão exerce papel metodológico-formativo nas dimensões do currículo, associando saberes à realidade da escola básica no Brasil, proporcionando inserção

articulada com os problemas emergentes da sociedade contemporânea. Além disso, pontuando a articulação didático-metodológica-curricular, existe um rol de disciplinas optativas que temporizam o saber, as áreas temáticas, atualizam conceitos que, eventualmente, cruzam a dinâmica formativa. Portanto, em relação aos referenciais metodológicos, frisamos que este é um campo aberto, multifacetado pela pesquisa e pela transformação permanente dos saberes.

5.4 Referenciais legais e institucionais

Os referenciais legais e institucionais para o curso de Pedagogia - Licenciatura, de maneira geral contemplam a legislação Brasileira vinculada à formação de professores, tendo como base a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.394/1996, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) (PNE) por meio da Lei 13.005/2014, e com mais especificidade, a Resolução CNE/CP/2006 que indica as diretrizes para os Cursos de Pedagogia-Licenciatura.

Ainda, consideramos os referenciais que versam sobre questões mais específicas relacionadas à Educação, como o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino e para isso o curso prevê diversas temáticas que perpassam nos diferentes componentes curriculares; a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais; o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 o qual dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais, Libras para todos os cursos de Licenciatura; a Lei nº 11.465, de 10 de março de 2008, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira; a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio de estudantes; a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 a qual normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior; a Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas); os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (MEC/2013).

Com esse enfoque formativo o curso proporciona uma formação que atende a dimensão da pluralidade cultural, numa perspectiva de uma educação inclusiva. Nessa perspectiva inclusiva, integram à matriz curricular Componentes Curriculares que abordam a

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

questão da inclusão. Ao licenciando que possui alguma deficiência, seja de ordem física, intelectual ou sensorial, o curso atende à Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, e à Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, proporcionando acolhimento e acompanhamento intermediado pelo Setor de Acessibilidade em funcionamento no *Campus Cerro Largo/RS*, o qual está instituído pela Resolução nº 6/2015/CGRAD, que aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na UFFS. Também, junto ao Setor de acessibilidade que apresenta proporcionar apoio didático-pedagógico aos docentes e discente nos processos de ensino e aprendizagem apontamos a importância do apoio didático e pedagógico ao professor da UFFS por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) instituído pela Resolução nº 13/2013/CGRAD.

Ainda, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais e à política institucional de formação inicial e continuada (Resolução CONSUNI/CGAE 2/2017) que prevê formação para a inclusão e diversidade, o curso oferece espaços formativos que contemplem: Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação Quilombola, Educação Popular, Educação do Campo e Educação Especial, entre outros. Ainda, destacamos a inserção e a permanência de alunos indígenas e haitianos, nos diferentes cursos ofertados pela instituição (Resolução nº 33/2013/CONSUNI), que institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) e a Resolução nº 32/2013/CONSUNI, que institui em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil, com o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos (PROHAITI), com o objetivo de contribuir para integrar os imigrantes haitianos à sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS, e qualificar profissionais que ao retornar, possam contribuir com o desenvolvimento do Haiti.

De forma mais específica, tendo em vista a formação em Pedagogia - Licenciatura, o curso contempla os Pareceres CNE/CP nº 5/2005 e 3/2006 instituídos pela Resolução CNE/CP/2006 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, as quais segundo seu artigo segundo “aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”, tais aspectos são referendados no perfil do egresso.

Institucionalmente, marca-se a importância de documentos como o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que aponta dez princípios norteadores da UFFS: 1. Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento simultâneo do ensino, da pesquisa e da extensão; 2. Integração orgânica das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a origem da instituição; 3. Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a educação básica em número suficiente e com qualidade adequada; 4. Qualidade comprometida com a formação de cidadãos conscientes e compromissados com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País; 5. Democracia e autonomia, que respeitem a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais; 6. Combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; 7. Confiança na agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento; 8. Valorização e superação da matriz produtiva existente como premissa; 9. Garantia de uma universidade pública e popular. 10. Comprometimento com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos.; o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver; a Resolução nº 4/2019/CONSUNI/CGAE/UFFS que regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS, a Resolução nº 10/2017 – CONSUNI/CGRAD que regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS e a Resolução do CONSUNI/CGAE 2/2018 que altera a Resolução do CONSUNI/CGAE 2/2017 que aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica e a Resolução 93/CONSUNI/UFFS/2021 que trata sobre a Curricularização da Extensão na UFFS.

O PPC de Pedagogia - Licenciatura orienta-se pela legislação educacional, geral e específica da área, bem como pelas normativas e orientações institucionais da UFFS elencados na sequência:

5.4.1 Referenciais Legais e Institucionais

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamentou a Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – trata sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – implantou as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamentou a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 – trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação no Sistema Federal de Ensino.

Lei nº 11.465, de 10 de março de 2008 – modifica a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a

obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – trata sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – institui o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012– regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2016.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024 “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – autoriza as instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – trata sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

5.4.2 Âmbito institucional:

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, no qual se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 01/2011/CONSUNI/CGRAD – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.

Resolução nº 11/2012/CONSUNI - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 13/2013/CGRAD – institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS, sendo que o Núcleo de Apoio Pedagógico está vinculado à Coordenação Acadêmica através da Diretoria de Organização Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico às (aos) professoras (es) da UFFS e de articulação para a formação docente.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Resolução nº 32/2013/CONSUNI – institui em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil, o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianas (os) – PROHAITI, com o objetivo contribuir para integrar as (os) imigrantes haitianas (os) à sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS, e qualificar profissionais que ao retornar possam contribuir com o desenvolvimento do Haiti.

Resolução nº 33/2013/CONSUNI – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 04/2014/CONSUNI/CGRAD – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

Resolução nº 05/2014/CONSUNI/CGRAD – versa sobre a possibilidade de oferta de componentes curriculares no formato semipresencial nos cursos de graduação presenciais da UFFS, desde que previamente descrito e fundamentado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Resolução nº 08/2014/CONSUNI/CGRAD – regulamenta os procedimentos para a validação de componente curricular nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

Resolução nº 04/2015/CONSUNI - estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 06/2015/CGRAD – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidoras (es) e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 07/2015/CONSUNI/CGRAD – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 10/2017/CONSUNI/CGRAD – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.

Resolução nº 04/2018/CONSUNI/CGAE - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas às (aos) docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

5.4.3 Específicas das licenciaturas:

Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 – Dispõe sobre a Política Nacional de Formação das (os) Profissionais da Educação Básica.

Parecer CNE/CP 2/2015 – subsidia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada das (os) profissionais do magistério da Educação Básica

Resolução CNE/CP 2/2015 – define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduadas (os) e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **(Resolução CNE/CP 2/2019)**.

Resolução 2/2017 /UFFS – aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professoras (es) da Educação Básica, indicando princípios e diretrizes que orientem o currículo das licenciaturas da UFFS.

5.4.4 Legislações específicas da área do Curso:

Parecer CNE 05/2005 – subsidia as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

Resolução CNE/CP 01, de 15 de maio de 2006 – institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura.

6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral:

Formar profissionais docentes para a atuação na Educação Infantil, nos Anos Iniciais, nos cursos de formação inicial nível médio, no apoio e na gestão educacional e áreas afins, com base teórico-metodológica na pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, fundamentada nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, constituída pela indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

6.2 Objetivos específicos:

6.2.1 Proporcionar a construção de conhecimentos filosóficos, históricos, antropológicos, ambiental-ecológicos, psicológicos, linguísticos, sociológicos, políticos, econômicos e culturais sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar.

6.2.2. Desenvolver fundamentos teóricos e metodológicos das ciências que envolvem os currículos escolares, qualificando a formação profissional para proposição, acompanhamento ou execução de processos didático-pedagógicos.

6.2.3 Capacitar para a proposição, planejamento, execução, avaliação e coordenação de processos de construção de conhecimento de crianças, jovens e adultos e de processos de gestão democrática das instituições e dos sistemas de ensino.

6.2.4 Promover a produção acadêmico-científica enquanto construção reflexiva, crítica e propositiva frente aos problemas pedagógicos e político-educacionais, mediante engajamento no contexto de estudos científicos/educacionais e nas práticas pedagógicas.

6.2.5 Oportunizar a vivência de práticas investigativas e interventivas nos diferentes níveis e espaços educacionais de abrangência do curso, para fortalecer a formação docente sob pressupostos teórico-práticos que considerem a complexidade do mundo material e suas problemáticas sociais, políticas e culturais;

6.2.6 Oportunizar uma formação crítica e reflexiva em uma perspectiva inclusiva para novos patamares de desenvolvimento educacional, cultural, político e social em âmbito local

e regional.

6.2.7 Promover uma formação para a atuação profissional nos diferentes níveis e modalidades da educação básica, em espaços escolares e não escolares e áreas afins com o compromisso de construir uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

6.2.8 Compreender a escola como instituição social complexa, historicamente situada, e posicionar-se diante dos tensionamentos que se estabelecem em torno de sua organização e funcionamento;

6.2.9 Promover o estudo teórico-prático de distintas concepções de currículo, de docência, de ensino e aprendizagem com suas interfaces pedagógicas, didáticas e de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem;

6.2.10 Proporcionar a iniciação à pesquisa educacional e o desenvolvimento de investigações que produzam conhecimentos na área de educação para qualificar a docência e a difusão de conhecimento no âmbito da atuação profissional;

6.2.11 Integrar a formação inicial e continuada em relação à Educação Básica e a estudos posteriores em nível de Pós-Graduação, no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura;

6.2.12 Promover a constante articulação teórico-prática entre estudos acadêmicos e os contextos escolares da Educação Básica, tanto em relação aquelas promovidas pelo currículo do curso quanto por Programas oficiais de Iniciação à Docência.

6.2.13 Oportunizar estudos que articulem conhecimento e cultura para produzir reflexões sobre a formação social e cultural brasileira por diferentes povos denominados como indígenas, quilombolas e afrodescendentes;

7 PERFIL DO EGRESSO

A Resolução nº 2/CGAE/2017, Art. 10, preconiza que o egresso “dos cursos das licenciaturas da UFFS é dotado de um repertório de saberes que o qualificam para atuar como docente na Educação Básica pública, no âmbito do ensino, da gestão educacional e da coordenação pedagógica e dos processos de produção e difusão do conhecimento. Tais saberes são constituídos por conhecimentos teórico-conceituais (gerais, específicos e pedagógicos) e por habilidades práticas, articulados entre si, que lhe possibilitam propor, desenvolver e avaliar suas ações, de forma intencional e metódica e em cooperação com o coletivo escolar.”

O curso de Pedagogia - Licenciatura assume como característica fundamental do egresso a atuação docente ética e o compromisso com a construção de uma sociedade pautada na justiça social, na democracia e na ciência, como elementos centrais para a realização de uma sociedade humana mais solidária e inclusiva. A formação do egresso qualifica para atuar como docente na Educação Básica, no âmbito do ensino, da gestão educacional e da coordenação pedagógica e dos processos de produção e difusão do conhecimento (Resolução nº 2/2017). Portanto, o perfil almejado para os egressos do curso é constituído três dimensões de atuação, nas quais o egresso estará apto a:

I- Atuação profissional ampla:

- a) atuar profissionalmente em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, situados nos níveis e modalidades da educação básica;
- b) atuar ética e politicamente em diferentes contextos educativos e pedagógicos, tendo por base o reconhecimento da dignidade humana, da alteridade, da diversidade das experiências culturais, da sensibilidade ambiental e da formação humana integral;
- c) identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- d) desenvolver práticas que promovam a diversidade, respeitando as diferenças de natureza linguística, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes

- sociais, religiões, pessoas com deficiências ou síndromes, dificuldades de aprendizagem ou transtornos de desenvolvimento, orientação sexual, entre outras;
- e) demonstrar conhecimento sobre a instituição educativa como uma organização complexa com a função de promover o direito à educação e à aprendizagem para/pela cidadania;
 - f) realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
 - g) analisar e interpretar criticamente as diretrizes curriculares, as políticas de avaliação da educação e a legislação educacional e outras determinações legais que direcionam políticas públicas em educação ou políticas curriculares;
 - h) atuar na formulação, execução e avaliação de políticas públicas em educação visando contribuir para a qualidade da educação e o acesso e permanência das crianças, adolescentes e jovens e adultos na escola;
 - i) atuar de forma comprometida no fortalecimento e consolidação da Educação Básica sob princípios democráticos e de qualidade social para todos, propondo possibilidades curriculares que trabalhem fundamentadas no conhecimento e na cultura, respeitando a experiência humana e suas dimensões éticas, estéticas e cognitivas;
 - j) produzir e divulgar conhecimentos científicos no campo da educação aprofundando estudos e propondo alternativas para as problemáticas educacionais;
 - k) apropriar-se e utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos de produção de conhecimento e de ensino e de aprendizagem e compreender os impactos dessas tecnologias na cultura, nas relações sociais e na constituição da subjetividade e das identidades infanto-juvenis;

II- Atuação profissional no ensino:

- l) atuar na Educação Infantil compreendendo a indissociabilidade dos processos

de cuidar e educar da infância, de zero a cinco anos, considerando a diversidade sociocultural-afetiva para contribuir com desenvolvimento integral infantil;

- m) atuar nos anos iniciais promovendo o ensino nas áreas do conhecimento - Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Ensino Religioso e Matemática - e outras áreas, de forma interdisciplinar, contextualizada, histórica e social, tendo em vista o desenvolvimento humano;
- n) atuar em cursos de nível médio - Curso Normal - promovendo a formação inicial para a docência na Educação Infantil e anos iniciais.
- o) atuar nas diferentes modalidades da Educação Básica (Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos) reconhecendo as diferenças curriculares necessárias para o desenvolvimento de um processo pedagógico que não exclua, inferiorize ou diminua os sujeitos, respeitando suas trajetórias e formas de vida;
- p) relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação (TICs e TDICs) adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens presenciais e não presenciais;
- q) desenvolver o trabalho pedagógico de forma coletiva, dialógica, contextualizada, crítica e criativa para compreender e propor alternativas frente às transformações vivenciadas nos processos de ensino e de aprendizagem.

III- Atuação Gestão Educacional, na Coordenação Pedagógica e outros espaços de apoio pedagógico:

- r) promover a participação e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade, garantindo e consolidando a gestão democrática;
- s) participar e/ou coordenar trabalhos em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- t) participar e/ou coordenar a gestão das instituições propondo e contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico construído pela instituição, fortalecendo princípios democráticos;

- u) participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares, fortalecendo relações democráticas entre os sujeitos participantes;
- v) promover e coordenar ações, programas e propostas de formação continuada dos professores e comunidade escolar em geral, no âmbito escolar ou dos sistemas de ensino;
- w) acompanhar, executar, coordenar e avaliar políticas públicas que perpassam a educação básica e que afetam a escola, sejam elas de acesso e de permanência dos alunos, ou articulações celebradas entre universidade e escola, a exemplo de programas de formação pedagógica que visam proporcionar a experiência de licenciandos no espaço escolar.
- x) atuar como apoio pedagógico em espaços sociais e institucionais que exigem formação pedagógica, promovendo a interdisciplinaridade e a inclusão social, com vistas à formação humana integral;
- y) coordenar e acompanhar o trabalho pedagógico no âmbito escolar propondo espaços e mecanismos avaliativos que possibilitem a participação da comunidade escolar;
- z) Propor e/ou coordenar a elaboração e a execução de projetos educacionais no âmbito escolar vinculados às especificidades locais e para a formação integral, envolvendo a cultura, a diversidade étnico-racial, a inclusão social, a educação ambiental, entre outros.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Graduação em Pedagogia- Licenciatura está organizado em **nove** semestres, com o regime de funcionamento regular. A organização curricular contempla as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia e atende aos dispositivos legais vigentes que determinam a carga horária mínima para integralização do curso, além, também, de atender à Resolução 4/CONSUNI/CGRAD/2014, que aprova o Regulamento dos cursos de graduação da UFFS e à Resolução 02/CONSUNI/CGAE/UFFS/2017, que versa sobre a Política Institucional para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

O curso totaliza 3.285 horas distribuídas em:

3.105 horas para os conteúdos curriculares organizados em componentes obrigatórios;

410 horas de prática como componente curricular;

405 horas de estágio curricular supervisionado;

245 horas na modalidade semipresencial (à distância)

330 horas de extensão;

250 horas de pesquisa;

180 horas de CCRs Optativos;

120h horas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

210 horas de Atividades Curriculares Complementares (ACC).

8.1 Concepção de currículo

O currículo do curso em Pedagogia - Licenciatura tem como foco a formação de professores para a atuação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, e também, em cursos de nível médio – Curso Normal e Cursos Profissionalizantes (em área que exija formação pedagógica) – e espaços de gestão educacional. A proposta curricular do curso contempla a Educação Básica em suas diferentes modalidades conforme prevê a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, a saber: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Indígena e Educação do Campo. Além disso, o curso proporciona enfoque na atuação do/a pedagogo/a em espaços escolares e não-escolares, reconhecendo que processos educativos e

aprendizagens ocorrem em múltiplos espaços, que incluem a escola, mas não só.

O currículo é uma construção social. Inicialmente pode manifestar-se como prescrição, mas é inevitável que se constitua “em nível de processo e prática” (GOODSON, 2008, p. 67). Aquilo que se prevê como proposta curricular vai tomando forma a partir das práticas construídas, mobilizadas pela ação docente e pelo protagonismo dos estudantes nos processos coletivos de sala de aula e em outros espaços, no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, na universidade ou fora dela. Esta interação social é marcada pela cultura e por relações sociais de poder que produzem processos de significação, e por meio destes “construímos nossa posição de sujeito e nossa posição social, a identidade cultural e social de nosso grupo, e procuramos constituir as posições e as identidades de outros indivíduos e de outros grupos” (SILVA, 2001, p. 21). O currículo não visto como acabado, concluído e prescrito, mas “sobretudo como atividade, como prática de produção, de criação” (SILVA, 2001, p. 19) produz efeitos sobre os sujeitos, tanto aos estudantes, em processo de formação docente inicial quanto aos professores, em constante movimento de formação permanente. O currículo não pode ser focalizado em si, mas:

[...] como fator de produção de sujeitos dotados de classe, raça, gênero. [...] o currículo deve ser visto não apenas como a *expressão* ou a *representação* ou o *reflexo* de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas. O currículo não apenas *representa*, ele *faz*. É preciso reconhecer que a inclusão ou exclusão *no currículo* tem conexões com a inclusão ou exclusão *na sociedade* (SILVA, 2008, p.10. Grifos do autor).

Assim, se o currículo é “[...] algo que se constrói, seus conteúdos e suas formas últimas não podem ser indiferentes aos contextos nos quais se configura (SACRISTÁN, 2008, p. 21), o curso de Pedagogia - Licenciatura *Campus* Cerro Largo/RS, não poderá desconsiderar as condições sociais e as culturas que configuram o contexto educacional regional.

A organização curricular do curso de Pedagogia - Licenciatura segue a legislação vigente quanto à formação de professores e em específico à Resolução CNE 1/2006, que trata da especificidade dos cursos de Pedagogia, contemplando os diferentes espaços e atividades de atuação profissional, sejam estas, na docência; na gestão; na coordenação, proposição, análise e avaliação de políticas e projetos pedagógicos.

Em consonância com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica da UFFS (Resolução 2/2017/CONSUNI/CGAE/UFFS), o currículo do curso de Pedagogia - Licenciatura *Campus* Cerro Largo/RS incorpora um

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

conjunto de diretrizes que orientam a organização das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, os processos de organização pedagógica e de gestão da educação. O artigo 5º desta Resolução assegura “o currículo como produto e processo histórico” que compreende:

I - O reconhecimento da historicidade e da complexidade da organização curricular, envolvendo seus conflitos e contradições;

II - A constituição de um percurso de formação docente a partir da definição de conhecimentos, sua contextualização conceitual e pedagógica, tendo por base um repertório amplo de possibilidades que integram o universo da experiência humana, em que se consideram a cultura e as relações sociais como espaço de produção de significados, subjetividades e/ou identidades sociais;

III - A organização de um percurso formativo voltado para a construção de um sujeito criativo, propositivo, solidário e sensível às causas sociais identificadas com a construção de uma sociedade socialmente justa, democrática e inclusiva;

IV - Um movimento e diálogo permanente com os processos sociais, seus padrões éticos, estéticos, cognitivos, de trabalho e produção, efetivando-se através da interação entre as áreas que integram a estrutura do currículo, do respeito à diversidade cultural linguística e cognitiva, das relações de ensino e aprendizagem, entre teoria e prática e com a comunidade regional, e entre ensino, pesquisa e extensão, que se desenvolvem no tempo-espaço de um currículo orientado criticamente;

V - A integração dos domínios formativos (Comum, Conexo e Específico) na organização dos projetos formativos, em consonância com as orientações institucionais e com as diretrizes curriculares nacionais;

VI – A oportunidade de os estudantes definirem parte de seu percurso formativo através da flexibilidade curricular, em consonância com suas trajetórias pessoais e os processos de inserção social, cultural e profissional, a ser incorporado na estrutura curricular dos projetos pedagógicos dos cursos;

VII - O compromisso com a inclusão na definição, organização e desenvolvimento do currículo, abarcando as dimensões ética, estética e epistemológica, em que se concebe o ser humano como capaz de aprender, de ser e de conviver em diferentes situações de ensino e aprendizagem.

A concepção de currículo que perpassa o curso de Pedagogia - Licenciatura não se reduz a um rol de CCRs, ementas e objetivos definidos em uma matriz curricular. A proposta contempla um conjunto de estudos pedagógicos, sociológicos, filosóficos, políticos e psicológicos que visam a reflexão e a crítica sobre a Educação, desde a sala de aula e espaço comunitário até o contexto macro de gestão e das políticas educacionais responsáveis pela garantia do direito à educação e pela proposição de mudanças à Educação. Tomando estes estudos como históricos e culturais, vinculados às configurações da sociedade e suas

problemáticas, o curso articula a prática pedagógica no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, focando a docência e os processos de ensino e de aprendizagem nos diferentes níveis e modalidades de educação.

Sob a compreensão da necessidade de uma formação abrangente sobre a educação, a escola e a docência, o curso reconhece a necessidade de construir uma processualidade dialógica na organização pedagógica. Por isso, contempla uma proposta que integra e promove a interdisciplinaridade nas fases e nos semestres do curso, constituindo *focos formativos* e *seminários de estudos integradores e práticas interdisciplinares*. Os focos formativos terão a função de integrar as ações que perpassam o ensino e suas práticas, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura, segundo uma lógica interdisciplinar entre os CCRs de uma ou duas fases do curso. Os Seminários constituir-se-ão como um campo aberto para o atravessamento de estudos e práticas emergentes dos CCRs que compõem a/s fase/s do curso. Os Seminários (são cinco Seminários) possuem um ementário próprio, partindo de uma proposta introdutória (Seminário I), seguindo para um nível intermediário (Seminário II), de aprofundamento (Seminário III e IV), e caráter avançado (Seminário V). Eles compõem a matriz curricular como CCRs (2c) e são responsáveis por estudos, discussões, sistematização e socialização das experiências formativas ocorridas no ensino, na pesquisa, na extensão, na prática como componente curricular e nos Estágios Curriculares Supervisionados, na/s respectiva/s fase/s do curso; são construídos com o protagonismo dos professores e dos estudantes e são ofertados ao longo da fase.

8.1.1 Foco Formativo 1:

Foco Formativo: Educação, Sociedade e Pedagogia		
Seminário I: <i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: introdutório</i>		
Fases envolvidas: 1ª fase		
Componentes curriculares da 1ª fase:		
CCR	Carga Horária	Créditos
Pedagogia e formação de professores	60h	4
Informática Básica	60h	4
Introdução ao Pensamento Social	60h	4
História da Educação Brasileira	30h	2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Organização do trabalho pedagógico escolar: gestão, coordenação, orientação educacional	60h	4
<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: introdutório</i>	30h	2

A primeira fase é a entrada do/a estudante no curso de Pedagogia - Licenciatura. É o momento de introdução no curso para conhecer e aproximar-se da perspectiva de formação que o campo da Pedagogia contempla. Para isso, o conjunto dos CCRs insere o estudante em estudos e reflexões que partem da história da Pedagogia e da educação brasileira para pensar a educação atual no contexto escolar. O CCR *Organização do trabalho pedagógico escolar: gestão, coordenação, orientação educacional*, trata de uma Prática como Componente Curricular, que tem como propósito fazer a primeira inserção do estudante na escola de educação infantil ou de educação básica, articulando o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura. Como a escola - como um espaço social micro - organiza suas práticas de gestão, de coordenação da ação pedagógica visando atingir objetivos pedagógicos e sociopolíticos? O *Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: introdutório* assume uma perspectiva introdutória, como espaço/tempo que objetiva conhecer, interrogar, problematizar e refletir sobre a Pedagogia, o desenvolvimento da teoria educacional e a investigação pedagógica, e as problemáticas educativas que perpassam a instituição escolar contemporânea.

8.1.2 Foco Formativo 2:

Foco Formativo: Escola, Currículo, Conhecimento e Cultura		
Seminário II: <i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: intermediário</i>		
Fases envolvidas: 2ª fase e 3ª fase		
Componentes curriculares da 2ª fase:		
CCR	Carga Horária	Créditos
Temas Contemporâneos e Educação	60h	4
Teoria do currículo: conhecimento e cultura	60h	4
Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação	60h	4

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Produção Textual Acadêmica	60h	4
Iniciação à Prática Científica	60h	4
Componentes curriculares da 3ª fase:		
Fundamentos do Ensino e da Aprendizagem	60h	4
Educação Inclusiva	30h	2
Psicologia do Desenvolvimento Infantil	60h	4
Fundamentos Pedagógicos da Educação	60h	4
Organização pedagógica na educação infantil	30h	2
Optativa I	30h	2
Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar	90h	6
<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: intermediário</i>	30h	2

Neste foco formativo, a ênfase se dá na Escola e no currículo escolar e suas relações com o conhecimento e a cultura visando um processo educativo inclusivo. Os/as estudantes realizarão, na 3ª fase, o primeiro estágio na escola - Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar -, considerando que já vivenciaram na 1ª fase uma inserção na instituição escolar sob o ponto de vista político-pedagógico. Assim, espera-se dar continuidade ao conhecimento e à reflexão sobre a escola em uma perspectiva a inclusiva, e por isso, democrática.

Os estudos que o *Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: intermediário* pretende operar partem do contexto contemporâneo, marcado pela diversidade, pela interculturalidade e pela desigualdade para refletir sobre os seus efeitos na infância e na juventude, vistas como plurais - infâncias e juventudes -. Assim, se pergunta sobre os sujeitos da educação, tanto alunos quanto professores, que, no processo de escolarização, tomado como um fenômeno cultural, são impactados e questionados sobre os modos como pensam e organizam a escola, produzindo conhecimento e cultura. Para sustentar os estudos propostos no Seminário, os CCRs que tratam dos Fundamentos da Educação introduzem elementos históricos, filosóficos, sociológicos, psicológicos e pedagógicos que potencializam a reflexão e a crítica necessária à escola e à educação, as quais podem ser articuladas à iniciação científica.

8.1.3 Foco Formativo 3

Foco Formativo: Docência: infâncias e fundamentos teórico-metodológicos nos processos de ensinar e aprender		
<i>Seminário III: Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento I</i>		
Fases envolvidas: 4ª fase e 5ª fase		
Componentes curriculares da 4ª fase:		
CCR	Carga Horária	Créditos
Educação em Ciências da Natureza I	60h	4
Educação em Ciências Humanas I	60h	4
Educação em Linguagem I	60h	4
Educação em Matemática I	60h	4
Fundamentos Teórico-Metodológicos do ensino de Língua Portuguesa	30h	2
Psicolinguística	30h	2
Componentes curriculares da 5ª fase:		
Prática de Ensino: Pesquisa em educação	60h	4
Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil I	60h	4
Educação em Linguagens II	60h	4
Educação em Ciências Humanas II	60h	4
Filosofia da educação	30h	2
Educação em Matemática II	60h	4
<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento I</i>	30h	2

Os estudos propostos na 4ª e na 5ª fase estão relacionados à docência na infância, ao ensinar e ao aprender constituído na relação com o outro, nas áreas do conhecimento que compõem o currículo escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e que, sob diferentes

formas, também abrangem a Educação Infantil. O foco formativo acentua estudos nos processos de ensinar/aprender, a partir de fundamentos teórico-metodológicos que qualificam a atuação docente por meio do *Estágio Supervisionado: educação infantil I* e das *Práticas como Componente Curricular* articuladas às atividades de extensão. O *Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento I* integra as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão e objetiva socializar os estudos de aprofundamento.

8.1.4 Foco Formativo

Foco Formativo: Docência e escola inclusiva		
Seminário IV: <i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento II</i>		
Fases envolvidas: 6ª fase e 7ª fase		
Componentes curriculares da 6ª fase:		
CCR	Carga Horária	Créditos
Educação Especial na perspectiva da Inclusão	60h	4
Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil II	75h	5
Educação em Ciências da Natureza II	60h	4
Optativa II	30h	2
Sociologia da Educação	30h	2
Educação em Linguagens III	60h	4
Currículo e Didática: processos de planejamento e avaliativos	60h	4
Componentes curriculares da 7ª fase:		
Estudos sobre Infâncias e Juventudes	30h	2
Literatura Infantil e Juvenil	30h	2
Optativa III	30h	2
Língua Brasileira de Sinais (Libras)	60h	4
Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I	90h	6
Direitos e Cidadania	60h	4

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Diversidade, diferença e Educação	30h	2
Jogos, Brinquedos e Brincadeiras	30h	2
<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento II</i>	30h	2

O foco formativo que agrega a 6ª e a 7ª fase refere-se aos estágios realizados com crianças pequenas (4-5 anos) e com crianças que iniciam a primeira etapa dos Anos Iniciais (1º ao 3º ano). Em sequência às experiências de estágio realizadas em fases anteriores do curso, o *Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento II* objetiva o aprofundamento dos estudos sobre a docência às infâncias e suas diferentes condições de existência. Essas infâncias que adentram as escolas de educação infantil e as escolas de educação básica são também forjadas por um currículo que é produzido a partir das relações e das práticas que se efetivam no cotidiano da escola. Por isso, uma das ênfases desse foco formativo está relacionada à construção de escolas inclusivas, que, além de adotarem posturas de acolhimento e respeito à diversidade e à pluralidade, também revisam suas práticas pedagógicas para democratizar o acesso e a permanência de todos, na tentativa de criar outras formas de viver com o outro. Com este foco formativo espera-se construir práticas que levem os estudantes a vivenciarem temáticas e problemáticas de aprofundamento sobre a docência e a infância, integrando ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura como prática social inclusiva.

8.1.5 Foco Formativo

Foco Formativo: Docência e pesquisa		
Seminário V: <i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: avançado</i>		
Fases envolvidas: 8ª fase e 9ª fase		
Componentes curriculares da 8ª fase:		
CCR	Carga Horária	Créditos
Educação: mídias e tecnologias digitais	60h	4
Educação Popular e ação pedagógica na Educação de Jovens e Adultos	60h	4
Políticas Educacionais	30h	2
Pesquisa em Educação I	60h	4

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Optativa IV	30h	2
Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II	90h	6
Políticas educacionais e curriculares para educação infantil e anos iniciais	60h	4
Componentes curriculares da 9ª fase:		
Pesquisa em Educação II	60h	4
História da Fronteira Sul	60h	4
Meio Ambiente, Economia e Sociedade	60h	4
Optativa V	30h	2
Optativa VI	30h	2
<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: avançado</i>	30h	2

Neste último foco formativo, a ser sistematizado pelo *Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: avançado*, objetiva-se que a pesquisa e a produção do Trabalho de Conclusão de Curso assumam a condição de indicar a sistematização da formação docente que o curso de Pedagogia - Licenciatura possibilitou aos seus estudantes. Com a característica de estudos avançados, as fases 8ª e 9ª, além da realização de estágio nos Anos Iniciais e práticas de Ensino e de Extensão, acrescentam estudos voltados para diferentes perspectivas e modalidade de educação, a exemplo da educação popular e da educação de jovens e adultos; e da análise de políticas educacionais e curriculares e processos avaliativos da educação e da aprendizagem. Com isso, espera-se que a formação inicial de pedagogos/as atinja níveis significativos de qualificação docente e profissional.

8.2. As práticas no curso de Pedagogia - Licenciatura

Em cumprimento às legislações nacionais e às normativas institucionais, a organização curricular do Curso prevê o desenvolvimento de um conjunto de práticas, expressas em três categorias: a) a prática como momento complementar à formação teórica; b) a Prática como Componente Curricular (PCCr); e c) o Estágio Curricular Supervisionado (ECS).

8.2.1 A prática complementar à formação teórica

Em conformidade com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica (Resolução 02/2017/CONSUNI/CGAE) e o Regulamento de Graduação da UFFS (Resolução 04/2014/CONSUNI/CGRAD), o Curso concebe as aulas práticas como sendo “aquelas em que os estudantes, sob orientação e supervisão de docente, realizam ou observam a realização de ensaios, experimentos e procedimentos descritos no protocolo de aula prática, em laboratório, em campo, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal”.

Diferenciam-se da PCCr e são projetadas e planejadas segundo o ementário e objetivos dos CCRs. Assumem uma variedade de possibilidades que dependem do desenvolvimento do CCR. Tais atividades podem envolver: a) práticas em laboratórios de ensino nas diferentes áreas de conhecimento e na brinquedoteca; b) atividades de jogos, teatros, danças, cantigas, contação de histórias, etc. em espaços diversos, no âmbito da universidade e/ou espaços públicos e comunitários (praças, entidades, museu); c) visitas e viagens de estudos; d) atividades culturais que envolvem dinâmicas pedagógicas com filmes, fotografias, teatro, danças, música e literatura; e) produção de material didático-pedagógico com ou sem o uso de tecnologias; f) atividades de leitura e escrita voltadas para a investigação e reflexão sobre a educação básica e a docência; g) outras.

Essas práticas estarão integradas às aulas teóricas, previstas na matriz curricular (item 8.14), totalizando 410 horas, sendo contempladas nos Planos de Ensino dos CCRs.

8.2.2 A Prática como Componente Curricular (PCCr):

A Prática como Componente Curricular (PCCr) no curso de Pedagogia - Licenciatura segue aos pressupostos definidos na Resolução CNE N° 2/2015 e na Resolução 02/2017/CONSUNI/CGAE, compreendendo-a como um conjunto de atividades voltadas para a compreensão da prática educativa da Educação Básica que integram conhecimentos conceituais e pedagógicos para construção da docência e conhecimento do contexto educacional de modo geral. Conforme a Resolução CNE 15/2005, as PCCr “podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de atividades formativas”. Já, a Resolução n° 93/CONSUNI/UFFS/2021 as define como “Atividades focadas na formação para a docência, em que se articulam, de forma explícita, dimensões conceituais, contextuais e

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

pedagógicas para o desenvolvimento de trabalho docente, com carga horária específica prevista para este fim” (Art. 3º).

Assim, o curso de Pedagogia - Licenciatura apresenta a PCCr na matriz curricular na forma de 09 (nove) CCRs que fazem a articulação entre a teoria e a prática em uma relação dialética que se constitui em *práxis*, rompendo com a visão de que a prática é a aplicação da teoria, e tornando a prática docente a teoria vivida em um constante movimento reflexivo.

As PCCr no Curso de Pedagogia - Licenciatura assumem a curricularização da extensão de modo articulado entre ensino e extensão, constituindo-se em componentes curriculares mistos (Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021) que totalizam 410 horas de prática como CCR, das quais, 105 horas são caracterizadas como extensão, conforme o Quadro 3. As PCCr são desenvolvidas ao longo do curso, desde a 1ª fase. Estas práticas são sustentadas por estudos teórico-metodológicos a partir de pesquisas que discutem as realidades pedagógicas e culturais que se manifestam nos diferentes contextos, os quais oportunizam maior compreensão sobre as realidades vividas pelas comunidades escolares, potencializando a intervenção pedagógica e a reflexão na/para/sobre a prática (ALARCÃO, 2018).

Cabe destacar que as PCCr estão integradas aos processos teórico-metodológicos e prático-reflexivos envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura, possibilitando ao estudante a vivência e o exercício da ação pedagógica no âmbito da gestão, da Educação Infantil, dos Anos Iniciais e em modalidades de educação (educação especial, educação de jovens e adultos, educação no campo) contextualizadas em ambientes escolares e não escolares.

No Quadro 3 constam as PCCr definidas como Componente Curricular, prevendo carga horária total do CCR e está descrito o modo de articulação com a Educação Básica.

Quadro 3 - A Prática como Componente Curricular

Eixos temáticos (contemplar as dimensões da atuação profissional)	Componente(s) articulador(s)	Carga Horária do CCR	Fase(s) do curso	Forma de interação com a Educação Básica (natureza da atividade)
Gestão educacional e gestão escolar	Organização do trabalho pedagógico escolar: Gestão, coordenação e orientação educacional	60h		Vivências escolares com vista à análise sobre o contexto e as práticas da gestão, da coordenação pedagógica e orientação educacional
Formação docente	Prática de ensino: pesquisa em educação	60h		Análise de pesquisas e proposição de pesquisa relacionada à

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

				Educação Básica.
Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino em Ciências da Natureza	Educação em Ciências da Natureza II	60h		Estudo, planejamento e desenvolvimento de proposições didáticas e/ou formativas em diferentes contextos
Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino em Matemática	Educação em Matemática II	60h		Estudo, planejamento e desenvolvimento de proposições didáticas e/ou formativas em diferentes contextos
Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino em Linguagens	Educação em Linguagens II	60h		Estudo, planejamento e desenvolvimento de proposições didáticas e/ou formativas em diferentes contextos
Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino em Linguagens	Fundamentos teórico-metodológicos da Língua Portuguesa	25		Estudo, planejamento e desenvolvimento de proposições didáticas e/ou formativas em diferentes contextos
Literatura	Literatura Infantil e Juvenil	25		Estudo, planejamento e desenvolvimento de proposições didáticas e/ou formativas em diferentes contextos
Fundamentos teórico-metodológicos de Educação de Jovens e Adultos e inclusão social	Educação Popular e ação pedagógica na Educação de Jovens e Adultos	60h		Estudo, planejamento e desenvolvimento de proposições didáticas e/ou formativas em diferentes contextos
Total		410 horas		

8.3 Os Estágios Curriculares Supervisionados (ECS)

Os Estágios Curriculares Supervisionados (ECS) previstos no Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura do *Campus* Cerro Largo/RS, seguem ao disposto na legislação vigente para organização do curso e no Regulamento de Estágio da UFFS (Resolução 07/2017/CONSUNI/CGRAD/UFFS), compreendendo-os como:

[...] um tempo-espço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação (UFFS, 2017).

Os ECS do curso em Pedagogia - Licenciatura contemplam espaços formativos vinculados à Gestão Escolar, à Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, contemplando as diferentes modalidades de educação sejam elas: educação do campo, educação especial, educação indígena e quilombola. Segundo o Parecer CNE/CES N° 15, de 2 de fevereiro de 2005, os estágios se constituem em inserções em escolas de Educação Básica, sendo entendidos como:

[...] um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático (BRASIL, 2005).

Porém, para o curso de Pedagogia-Licenciatura do *Campus* Cerro Largo-RS, os estágios não se resumem a estes propósitos e, por isso, são compreendidos como um espaço/tempo de formação inicial que se articula com a pesquisa e a extensão, constituindo-se em um movimento teórico-prático-formativo que possibilita o “desenvolvimento da autonomia intelectual, profissional e da identidade docente, tendo em vista a formação de um professor-pesquisador crítico-reflexivo” (GHEDIN; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 18).

Os ECS contemplam o ensino, a pesquisa e a extensão visando articular o currículo da formação inicial sob os princípios formativos que caracterizam a universidade; preveem tempo teórico, de estudo e de planejamento e de estágio profissional em escolas da Educação Básica, preferencialmente, públicas. São orientados, acompanhados e avaliados por docentes do curso em articulação com um docente/supervisor da Unidade Concedente de Estágio. Possuem como objetivo geral proporcionar uma compreensão crítica e reflexiva sobre as propostas pedagógicas de escolas de Educação Básica e sobre a organização das práticas pedagógicas desenvolvidas na docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e na Gestão Escolar.

As atividades dos ECS compreendem: a) inserção no contexto escolar em espaços administrativos e pedagógicos para reconhecer a escola nos aspectos organizacionais e curriculares; b) aproximação com o contexto escolar e comunidade escolar; c) planejamento de ações pedagógicas (docentes e de extensão) voltadas aos sujeitos da comunidade escolar e geral; d) desenvolvimento de intervenções pedagógicas que envolvam o ensino na Educação Infantil e nos Anos iniciais; e) desenvolvimento de ações que envolvam a pesquisa e a

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

extensão; f) desenvolvimento de pesquisa sobre o contexto escolar e os processos de gestão escolar; g) produção de relatórios crítico-reflexivos e socialização dos mesmos. Estas atividades estão detalhadas no Regulamento de Estágio (Anexo I).

No quadro 4 a seguir, constam os 5 (cinco) estágios previstos na matriz curricular nas respectivas fases, constando a carga horária e créditos individuais e total:

Quadro 4 - Estágios Curriculares Supervisionados

Fase	Código	Componente Curricular	Créditos	Horas
3 ^a	CH817	Estágio Curricular Supervisionado: gestão educacional	6	90
5 ^a		Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil I	4	60
6 ^a		Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil II	5	75
7 ^a		Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I	6	90
8 ^a		Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II	6	90
Total			27c	405h

O **Estágio Curricular Supervisionado: gestão educacional**, com carga horária de 90h (6 créditos), é destinado ao conhecimento da instituição escolar pela perspectiva da gestão. Seu objetivo é proporcionar a vivência no espaço escolar para conhecer a instituição e reconhecê-la como uma organização complexa que articula os sujeitos da escola para o desenvolvimento de processos educativos democráticos. É um estágio que proporciona o conhecimento e sobre a organização institucional e suas relações com os sistemas de ensino municipais, estaduais e nacional, segundo seus princípios, diretrizes e normativas, para construir a crítica permanente sobre as possibilidades da escola tornar-se um espaço público e republicano. Para tal reflexão faz-se necessário conhecer os desafios da comunidade escolar para a organicidade dos colegiados como espaços de participação coletiva e democrática, envolvendo processos administrativos e pedagógicos da escola. Por isso, o estágio consiste na prática de pesquisa, análise, reflexão e proposição de ações que visem fortalecer os processos de gestão democrática que envolvem a comunidade escolar.

O **Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil I**, com carga horária de

60h (4 créditos), é destinado ao pedagogo para inserir-se no campo de estágio da Educação Infantil com bebês e crianças bem pequenas (0 a 3 anos), observando, conhecendo e participando da dinâmica institucional, das especificidades do cotidiano pedagógico (cuidar e educar) e da docência com as crianças desta faixa etária. Além disso, este estágio se articula com ações de extensão protagonizadas pelo/a estagiário/a e direcionadas à comunidade escolar e/ou geral. Historicamente vimos uma educação infantil marcada por rotinas e práticas de intervenção voltadas a gestos naturalizados de uma infância também vista desta forma. Diferentemente a esta visão, a concepção de infância que orienta este curso em Pedagogia, a compreende como uma construção social que não é natural e semelhante em todos os locais, por isso é imprescindível considerar o contexto e suas variáveis sociais relacionadas à classe social, gênero, raça, religião, as quais oferecem elementos para que as crianças se constituam como sujeitos. Além disso, “as culturas locais, as culturas familiares, as culturas elaboradas pelas crianças e as culturas infantis são elementos fundamentais na educação das crianças” (BARBOSA; HORN, 2019, p. 19). Por isso, as atividades que envolvem a educação infantil não podem ser consideradas como meras atividades rotineiras, mas possibilidades de constantes e novas ressignificações pela criança. O desafio ao educador é justamente “transformar o dia a dia da vida na escola com crianças pequenas em desafio pedagógico” (BARBOSA; HORN, 2019, p. 26), ou seja, cabe a ele criar alternativas ao modo convencional de ensinar-aprender na escola e fazer com que a rotina crie encontros com o inesperado.

A educação infantil com bebês e crianças bem pequenas possui uma particularidade que a diferencia das demais faixas etárias, pois a professora não ministra aulas para estas crianças e seus planejamentos não estão voltados para o ensino de conteúdos. Tratando-se da educação em creche o que deve estar em evidência é o protagonismo da criança para a construção de uma pedagogia “centrada nas crianças, nas suas interações, nos seus coletivos, nas brincadeiras” (VARGAS; GOBBATO; BARBOSA, 2018, p. 17). Por isso, a proposta do **Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil I** consiste em estudos e pesquisas que ampliam a concepção de educação infantil e a vivência da experiência pedagógica com crianças bem pequenas, para reconhecê-la como um processo que promove reflexões sobre concepções de escola de educação infantil e da própria educação infantil na faixa etária de 0 a 3 anos. Os saberes tratados neste CCR devem contemplar especificidades das crianças bem pequenas e levar o estudante a pensar outras pedagogias para a infância, sendo estas voltadas para a escuta e para o acolhimento às diferentes manifestações das crianças.

Desta forma, a proposta de estágio apresentada o entende como um contexto formador

que produz uma relação entre teoria e prática, que não está separada de uma intencionalidade pedagógica, mas o estágio é “a condição para promover o saber e o fazer sobre a educação das crianças pequenas” (VARGAS; GOBBATO; BARBOSA, 2018, p. 18), porque ele é uma possibilidade para que os estudantes entrem em contato com os bebês e crianças bem pequenas e conheçam suas formas de ser e de estar nos espaços de vida coletiva.

O Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil II, com carga horária de 75 h (5 créditos), é destinado ao pedagogo para inserir-se no campo de estágio da Educação Infantil com crianças pequenas (4 e 5 anos), observando, conhecendo e participando da dinâmica escolar e das suas relações com as famílias, das especificidades do cotidiano pedagógico e da docência com as crianças desta faixa etária, além de protagonizar ações de extensão com a comunidade escolar e/ou geral.

As dimensões do *cuidar* e do *educar* aludidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE Nº 7/2010) para toda a Educação Básica são inseparáveis também na Educação infantil e reafirmam o direito constitucional à educação, tomando o cuidado no seu sentido de acolhimento de todos e de desenvolvimento da sensibilidade humana na relação consigo e com o outro. Isso porque “educar e cuidar são, ao mesmo tempo, princípios e atos que orientam e dão sentido aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões” (BRASIL, 2010).

Partindo do pressuposto que a educação infantil constitui-se como uma política social para a infância e que o espaço coletivo escolar tem como finalidade promover experiências enriquecedoras para sua educação, este estágio reconhece a criança como um sujeito histórico e cultural, pertencente a uma família, com vivências e lógicas de vida inerentes às suas condições de existência. Ao estudante em Pedagogia cabe estar preparado para lidar com as diferentes infâncias compreendendo-as como condições e possibilidades de aprendizagem e do desenvolvimento do pensamento. Muito além da formação disciplinar dos corpos infantis e da produção de subjetividades adaptadas à contemporaneidade, a educação infantil é um espaço/tempo de virtualidades que pode produzir outras lógicas e formas de pensar o mundo e a vida coletiva orientadas por atividades lúdicas de aprendizagem. Por isso, o **Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil II** estabelecerá conexões e relações com as famílias das crianças com a finalidade de ampliar compreensões sobre a infância e suas constituições culturais.

O Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I, com carga horária de 90h (6

créditos), é destinado à docência com crianças do 1º ao 3º ano dos anos iniciais. Este bloco pedagógico está voltado à “alfabetização e ao letramento, demandando uma ação pedagógica que assegure o desenvolvimento das diversas expressões e o aprendizado das áreas de conhecimento” (BRASIL, 2008). As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB Nº 7/2010) recomendam que os três primeiros anos do ensino fundamental não devam ser passíveis de interrupção por se constituírem em um bloco pedagógico que possibilita à criança desenvolver seus processos de letramento e de alfabetização, seguindo seus ritmos em um contínuo processo de aprendizagem.

Pedagogicamente este bloco deve estar atento ao desenvolvimento integral da criança, contemplando suas experiências, sua cultura e sua condição de existência. As ações pedagógicas são de respeito às formas da criança inserir-se na materialidade do mundo, e a partir dela, ampliar suas compreensões conceituais sobre a natureza, a língua, a arte, a escrita, a leitura, a compreensão lógico-matemática e a vida social. Nesse sentido, o/a estagiário/a será desafiado/a a protagonizar ações de extensão com a comunidade escolar e/ou geral.

A prática de estágio com estas crianças não desconsidera a etapa anterior da Educação Infantil, ao contrário, articula vivências, prevendo sistematizações de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades, novas hipóteses, novas conclusões, em uma atitude contínua na construção do conhecimento. Os processos da literacia e da numeracia iniciados na Educação Infantil prosseguem nesta etapa. Na literacia, estes processos estão presentes no uso social da leitura e da escrita e nas habilidades da criança relacionadas ao conhecimento alfabético, ao desenvolvimento da consciência fonológica e outras habilidades linguísticas, indicando um processo mais amplo do que o letramento, que acaba se reduzindo, muitas vezes, à práticas de leitura e escrita, simplesmente. Já, na numeracia, pode ser observada a capacidade das crianças de aplicar conceitos numéricos simples nas relações de vida.

Para além da compreensão dos processos de literacia e numeracia que levam à alfabetização e ao desenvolvimento do pensamento matemático, as áreas do conhecimento que compõem o currículo escolar, já previstas nos anos iniciais, são campos de investigação no estágio. Assim, o **Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I** estará focado na compreensão do processo de construção de conhecimento das crianças no campo das Linguagens e da Matemática e também deverá ocorrer em relação às Ciências Humanas e Ciências da Natureza, abordando noções de tempo, espaço, sociedade, território, natureza, religiosidade, arte e movimento corporal, entre outros, conduzido por uma prática integrada

entre as diferentes áreas do conhecimento.

O **Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II**, com carga horária de 90h (6 créditos) é destinado à docência no 4º ou 5º ano do Ensino Fundamental. Estes anos de escolarização da criança finalizam sua passagem pelo primeiro ciclo do Ensino Fundamental composto por 5 anos (1º ao 5º ano), desenvolvido sob uma forma interdisciplinar e conduzido por um único docente, salvo em casos em que há complementaridade com outros professores em áreas específicas.

A prática docente nestes anos de ensino exigem do/a licenciando/a em Pedagogia conhecimentos conceituais e metodológicos mais aprofundados para desenvolver uma prática pedagógica que assegure qualidade ao ensino das crianças. No entanto, é a sua trajetória de estágio que lhe possibilitará construir um conhecimento acerca desta docência. O **Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II** marca a complexidade da prática pedagógica que não trabalha com a fragmentação do conhecimento em disciplinas fechadas e isoladas, mas em processos teórico-metodológicos de ensino e de aprendizagem nas áreas do conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Cabe também, neste estágio, o desenvolvimento de ações de extensão voltadas para a comunidade escolar e/ou geral, protagonizadas pelo/as estagiário/a

A regulamentação dos Estágios Curriculares Supervisionados encontra-se descrita no Anexo I o qual está de acordo com o regulamento institucional da UFFS (Resolução 07/2015/CONSUNI/CGRAD). Ainda, em conformidade com esta resolução, é permitida a realização de estágios não obrigatórios desenvolvidos como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do Curso como Atividades Curriculares Complementares (ACCs).

8.4 A organização da pesquisa, da extensão e da cultura integrada ao ensino

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e cultura é um princípio orientador para a qualidade da produção universitária e se constitui como eixo da ação e da reflexão universitária (MOITA; ANDRADE, 2009). A UFFS possui compromisso com a democratização do conhecimento e busca de excelência na realização de suas atividades. Por isso, sustenta suas ações em princípios éticos e epistemológicos³ que reconhecem a

³ Princípios definidos na I COEPE (2010) que seguem orientando as políticas da UFFS: Humanismo; Pluralidade; Justiça cognitiva; Autonomia intelectual; Cooperação; Sustentabilidade; Transformação social; Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e Interdisciplinaridade

indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura para a construção de um fazer acadêmico socialmente relevante, contrapondo-se à mercantilização da pesquisa e a funcionalização da extensão (UFFS, 2019). O curso de Pedagogia - Licenciatura, reafirma estes princípios, reconhecendo:

- a) ensino, como um processo dialógico, investigativo e interdisciplinar que produz aprendizagens de conhecimentos científicos vinculados a objetivos sociopolíticos comprometidos com princípios democráticos e emancipatórios.
- b) pesquisa, como responsável pela produção do conhecimento científico e pela atitude crítico-reflexiva sobre a materialidade do mundo, das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, e da constituição dos processos educativos.
- c) extensão, como o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A UFFS tem a extensão como um canal de diálogo e interação com as comunidades e “promove o desenvolvimento de programas e projetos comprometidos com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a formação do profissional cidadão” (UFFS, 2019, p. 84-85). A Resolução CNE/CES n. 7/218 (BRASIL, 2018) define que a Extensão se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade. As ações que integram a universidade com a comunidade passam pela produção e aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.
- d) cultura, como direito às manifestações diversas, à desconstituição da noção de cultura como universal e única, assegurando a multiculturalidade, para reconhecer a complexidade e abrangência das atividades e valores culturais que podem ser articuladas à educação e ao processo formativo de pedagogos/as.

Nessa direção, os cinco *Seminários de estudos integradores e práticas interdisciplinares* que integram o currículo do curso possibilitam a transversalidade da formação do/a pedagogo/a e constituem linhas de pesquisa para orientar a proposição de projetos de pesquisa e/ou de extensão pelo curso. Estas linhas de pesquisa se orientam pelos focos formativos previstos na organização dos *Seminários de estudos integradores e práticas interdisciplinares* e são possibilidades para a projeção da formação continuada pelo curso,

seja voltada para a educação básica pública, seja para a pós-graduação.

8.5. A curricularização da extensão e da cultura

A inserção da extensão e da cultura no currículo do curso em Pedagogia - Licenciatura atende a legislação vigente (Resolução CNE/CES nº 7/2018) que regimenta o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), a qual preconiza, no mínimo, 10% do total da carga horária do curso para a extensão e a cultura. As atividades de extensão e de cultura previstas no curso em Pedagogia - Licenciatura seguem também os parâmetros da Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021.

Os objetivos da curricularização da extensão/cultura atentam para a promoção da interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade e o protagonismo estudantil na sua formação acadêmica, profissional e cidadã, comprometida com o desenvolvimento e a transformação social. Além disso, a curricularização da extensão incentiva iniciativas da Universidade que contribuam para o debate com a sociedade sobre diversas questões, colaborando no enfrentamento de problemáticas sociais urgentes da sociedade; contribui para a produção e democratização do conhecimento e na formação científica, humana e social do estudante; insere atividades de extensão e extensão de forma articulada e indissociada do ensino e da pesquisa; contempla flexibilidade ao currículo; incentiva a promoção e o fortalecimento de ações que respondam às diretrizes voltadas para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos, questões de gênero e diversidade; potencializa o projeto pedagógico do curso.

As atividades de extensão/cultura vinculadas ao currículo do curso em Pedagogia - Licenciatura poderão ser cumpridas pelo estudantes por meio de:

a) componente curricular misto, com parte da carga horária prevista como ensino e/ou pesquisa e parte como extensão/cultura, conforme inciso II, do Art. 10 da Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021;

b) atuação em ações externas de extensão ou de cultura, em projetos e/ou programas, como protagonista das atividades, e sob a coordenação ou orientação de um professor.

O curso em Pedagogia - Licenciatura atende à curricularização da extensão/cultura ofertando a PPC e o ECS como CCRs mistos, prevendo-a no ementário, no Plano de Ensino e nos registros do Diário de Classe. Segundo o Art. 10, da Resolução nº

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

93/CONSUNI/UFFS/2021, a PCCr e o ECS são concebidos como espaços/tempos para potencializar a curricularização da extensão/cultura, por compreendê-los, por um lado, como desencadeadores de atividades de extensão que extrapolam a docência, e por outro, como precedentes a estas práticas, podendo ser realizadas no próprio espaço escolar ou fora dele, envolvendo a comunidade escolar ou geral.

A proposta do curso em trabalhar estes CCRs (como mistos), articulando-os à extensão e à cultura, consiste em significativo potencial formativo, porque nestes pode emergir a necessidade de dar continuidade à ação pedagógica (prática ou estágio) com os sujeitos da comunidade escolar ou geral, sob outras oportunidades educacionais e formativas, quais sejam: oficinas, palestras, atividades culturais, artísticas, recreativas, apoio a projetos escolares ou comunitários, etc. Também, estes CCRs podem articular o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura, considerando que a PCCr e o ECS são projetados como núcleo da formação teórico-prática docente articulando a extensão como uma atividade formativa que corrobora e/ou complementa as práticas. Atendendo ao Art. 9º da Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, o curso prevê a curricularização da extensão e da cultura em ações que:

- a) São realizadas sob a coordenação e orientação do docente que ministra o CCR;
- b) promovem o envolvimento da comunidade escolar e/ou geral em ações de inclusão social, relacionadas à problemáticas sociais e educativas relevantes;
- c) atendem às exigências do perfil do egresso e aos objetivos da formação prevista no PPC;
- d) tem o/a estudante como protagonista das ações pautadas pela perspectiva de investigação/ação e em métodos de análise inovadores;
- e) desenvolvem metodologias participativas que proporcionam participação democrática, inclusão social e diálogo entre os atores que compõem a universidade e a sociedade em relação às problemáticas sociais e educacionais relevantes;

Tanto a PCCr quanto o ECS são compreendidos como “o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência” (BRASIL, 2005), fazendo da experiência reflexão, e assim, teoria e prática não estão isoladas, mas imbricadas, de maneira a constituir reciprocidade entre ambas. Da relação entre teoria e prática se abrem

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

infinitamente novas perspectivas para ações e intervenções que se nutrem da reflexão constante derivada de novas abordagens sobre o conhecimento. Para que esse propósito se concretize, em especial nos estágios, será necessário que os estudantes estabeleçam propostas de estágios contemplando a extensão.

Por meio destas atividades de extensão/cultura são colocados em movimento prático e reflexivo os conhecimentos que perpassam nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. A curricularização da extensão/cultura nos componentes CCRs representa um espaço/tempo de muitas aprendizagens em contextos diversos e multiculturais, possibilitando ao estudante novas leituras e diálogos com a diversidade de sujeitos e suas culturas que se manifestam em contexto local e regional.

Além dos CCRs mistos para contemplar a extensão no currículo, o curso reconhece a atuação protagonista dos estudantes em ações de extensão (programas, projetos, cursos, evento), que venham a ser propostas sob a orientação de professores, de modo a oportunizar ao estudante a integralização da carga de extensão prevista no curso.

A curricularização da extensão/cultura presente nas PCCr, nos ECS e em CCRs contempla 335 horas atendendo à exigência de 10% da carga horária total do curso (3.285horas) (Resolução CNE/CES nº7/2018), e está prevista nas respectivas ementas dos CCRs no PPC. Também deverá estar explicitada nos Planos de Ensino e será registrada no Histórico dos estudantes.

A seguir, apresentamos a inserção da extensão/cultura na PPC e no ECS.

Quadro 5 - A curricularização da extensão no Estágio Curricular Supervisionado como CCR misto

Componente Curricular articulador	Carga Horária do CCR	Carga Horária de Extensão/cultura	Extensão/cultura com a comunidade escolar e/ou comunidade em geral
Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar	90h	30h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Estágio Curricular Supervisionado: Educação Infantil I	60h	30h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Estágio Curricular Supervisionado: Educação Infantil II	75h	30h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Estágio Curricular Supervisionado: Anos Iniciais I	90h	35h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Estágio Curricular Supervisionado: Anos Iniciais II	90h	40h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Total		165h	

Quadro 6 - A curricularização da extensão na Prática como Componente Curricular como CCR misto

Componente Curricular articulador	Carga Horária do CCR	Carga Horária de Extensão/cultura	Extensão/cultura com a comunidade escolar e/ou comunidade em geral
Organização do trabalho pedagógico escolar: Gestão, coordenação e orientação educacional	60h	15h	Vivências escolares com vista à análise sobre o contexto e as práticas da gestão, da coordenação pedagógica e orientação educacional e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar.
Educação em Ciências da Natureza II	60h	15h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Educação em Matemática II	60h	15h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Educação em Linguagens II	60h	15h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Educação Popular e ação pedagógica na Educação de Jovens e Adultos	60h	15h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Prática de ensino: pesquisa em educação	60h	15h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Total		90h	
--------------	--	------------	--

Quadro 7 - A curricularização da extensão em CCR misto

Componente Curricular articulador	Carga Horária do CCR	Carga Horária de Extensão/cultura	Extensão/cultura com a comunidade escolar e/ou comunidade em geral
Educação Especial na perspectiva da Inclusão	60h	15h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Temas Contemporâneos e Educação	60h	30h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Educação em Ciências da Humanas II	60h	15h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Libras	60h	15h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Total		75h	

Quadro 8 - A curricularização da extensão em CCR mistos

Campo formativo	Carga Horária do CCR	Domínio formativo
PCCr	90h	Domínio Conexo e Domínio Específico
ECS	165h	Domínio Conexo e Domínio Específico
CCR	75h	Domínio Conexo e Domínio Específico
Total	330h	Obs: Após as definições sobre a curricularização da extensão, esta carga horária será revisada.

8.6 O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação em Pedagogia – Licenciatura é o resultado de um processo de investigação individual que o estudante desenvolve a partir da identificação de um problema de pesquisa, sob a orientação de uma (um) professora (or)orientadora (or) designado (o) pelo Colegiado de Curso, expresso na forma de trabalho monográfico ou de artigo científico, compreendido como atividade culminante do percurso formativo. A avaliação deverá ser processual, ocorrendo sistemática e continuamente ao longo dos semestres que os componentes foram cursados.

O TCC é parte integrante do percurso curricular obrigatório, desenvolvido nos componentes de Pesquisa em Educação I e II, dedicados à elaboração de projeto de pesquisa, execução da pesquisa, elaboração de relatório e apresentação pública. São objetivos do TCC:

I – Aprofundar estudos, observações e discussões desenvolvidas ao longo do percurso formativo a partir da problematização de uma temática específica;

II - Potencializar a capacidade investigativa, a autonomia intelectual e a responsabilidade ético-política;

III – Avaliar os conhecimentos teóricos e práticos essenciais às condições de qualificação do estudante, para o seu acesso ao exercício profissional;

IV - Oportunizar o exercício da escrita de um texto sistemático, crítico e reflexivo articulado com o percurso formativo desenvolvido ao longo do curso;

V - Estimular a produção de material didático-pedagógico;

VI – Estimular a formação continuada das (os) estudantes.

O projeto de pesquisa é desenvolvido no CCR Pesquisa em Educação I, na oitava fase, em conformidade com as normas éticas da pesquisa, as regras de formatação do Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS e as orientações definidas pelo Colegiado. Priorizará o aprofundamento de temas-problemas emergentes nos Seminários de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, vinculados aos respectivos eixos formativos.

O CCR Pesquisa em Educação II é componente curricular obrigatório oferecido na nona fase do Curso, dedicado à execução do projeto de pesquisa aprovado previamente e à sua defesa pública. O resultado da pesquisa deverá ser apresentado em formato de texto

monográfico ou de artigo científico e defendido em seminário público, com banca de avaliação, planejado semestralmente pelo Colegiado de Curso.

Quadro 9 - Carga horária dos CCR de Trabalho de Conclusão de Curso

Código	Componente Curricular	Fase do curso	Créditos	Carga horária
	Pesquisa em Educação I	8ª	4c	60h
	Pesquisa em Educação II	9ª	4c	60h
Carga horária total			8c	120h

A organização e funcionamento das atividades relacionadas à elaboração do projeto de pesquisa, seu desenvolvimento, as atribuições dos envolvidos, a defesa pública e os encaminhamentos de finalização do texto encontram-se explicitados no Regulamento de TCC (Anexo III) de acordo com as normas da UFFS.

8.7 Os domínios formativos e sua articulação

O Regimento Geral da UFFS, no Art. 50, afirma que “o currículo dos cursos de graduação constitui-se de um corpo de conhecimentos organizados em três Domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento”. O Art. 13, inciso X, da Resolução nº 02/2016-CONSUNI/CGAE orienta que o currículo dos cursos de licenciatura da UFFS devem promover a articulação entre os domínios curriculares, abarcando o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura.

8.7.1 O Domínio Comum

A organização curricular do Curso em Pedagogia - Licenciatura do Campus Cerro Largo/RS segue entre outras referências normativas, o PPI, Regulamento de Graduação da UFFS (Resolução 4/2014 – CONSUNI/CGRAD) e a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, constante da Resolução 2/2017 – CONSUNI/CGAE. A matriz curricular do curso atende ao § 1º do Art. 12 do Regulamento da Graduação que determina aos cursos de graduação da UFFS a adoção de, no mínimo de 420 horas e no máximo 660 horas de componentes curriculares integrantes do

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Domínio Comum definido pela instituição. O Domínio Comum é definido no Art. 14 da Resolução 2/2017 – CONSUNI/CGAE como “o processo de formação voltado para a inserção acadêmica dos estudantes no contexto da universidade e da produção do conhecimento”. Os documentos normativos citados preveem que essa inserção seja feita pelos “eixos formativos, complementares entre si”, os quais propõem uma formação articulada entre a especificidade do curso e a contextualização acadêmica e a formação crítico-social.

Os componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do curso de Pedagogia - Licenciatura é o seguinte:

Quadro 10 - Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum

DOMÍNIO COMUM			
Código	Componente Curricular	Créditos	Carga Horária
	EIXO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA		
GLA104	Produção Textual Acadêmica	4	60h
GEX208	Informática Básica	4	60h
GCH290	Iniciação à Prática Científica	4	60h
	EIXO 2 - FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL		
GCH291	Introdução ao Pensamento Social	4	60h
GCH292	História da Fronteira Sul	4	60h
GCS238	Direitos e Cidadania	4	60h
GCH293	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	4	60h
Total		28	420h

8.7.2 Domínio Conexo

O Domínio Conexo é compreendido como o conjunto de componentes curriculares que articulam áreas de conhecimento, e tem como objetivo a formação e o diálogo interdisciplinar entre os diferentes cursos do campus. Definido pelo *campus*, após amplo processo de discussão institucional, caracteriza-se, segundo a Política de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica/UFFS, como um conjunto de saberes que conectam os cursos de licenciaturas e que devem envolver a compreensão e a interação com a instituição escolar, os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação e de inclusão, o conhecimento dos sujeitos da aprendizagem, as didáticas e metodologias de ensino, as atividades de estágio e a pesquisa educacional.

O Domínio Conexo entre as licenciaturas organiza-se na forma de eixos formativos, que compreendem: I - Fundamentos da educação, abrangendo os aspectos filosóficos, históricos, sociológicos, antropológicos, pedagógicos, psicológicos e políticos da formação docente; II - Políticas, financiamento e a gestão da educação como objetos de abordagem teórico-prática, abrangendo os aspectos conceituais e sua contextualização escolar, bem como a análise de currículos, programas e processos de avaliação; III - Diversidade e inclusão, abrangendo as concepções históricas, psicológicas e pedagógicas referentes à diversidade e à inclusão, as formas organizativas do trabalho pedagógico, as políticas e práticas de atendimento educacional aos deficientes, bem como a reflexão teórico-metodológica acerca dos desafios da educação inclusiva; IV - Didáticas e metodologias de ensino, em seus aspectos gerais, compreendendo as concepções de currículo, processos pedagógicos e avaliação; V - Estudos e pesquisas em educação, compreendendo a apropriação teórica e epistemológica dos processos de pesquisa e investigação no campo da educação e do estado da arte da produção do conhecimento na área educacional e escolar; VI - Práticas de ensino e os estágios, comuns, que contemplam as dimensões da atuação docente, o conhecimento da instituição escolar e de sua organização e funcionamento, os processos de gestão da educação e de coordenação pedagógica, a organização do trabalho pedagógico, os processos de ensino e aprendizagem e de inclusão escolar e a formação continuada.

Os componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo são obrigatórios para todos os estudantes do curso, conforme constam no quadro a seguir:

Quadro 11 - Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo

DOMÍNIO CONEXO			
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Carga Horária
EIXO I - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO			
GCH813	Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação	4	60h
GCH816	Fundamentos do Ensino e da Aprendizagem	4	60h
EIXO II - POLÍTICAS, FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

GCH812	Políticas Educacionais	4	60h
EIXO III - DIVERSIDADE E INCLUSÃO			
GCH810	Educação Inclusiva	2	30h
GCH811	Temas Contemporâneos e Educação	4	60h
GLA212	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	4	60h
EIXO IV - DIDÁTICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO			
GCH814	Fundamentos Pedagógicos da Educação	4	60h
EIXO V - ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO			
GCH815	Prática de Ensino: Pesquisa em Educação	4	60h
EIXO VI - PRÁTICAS DE ENSINO E ESTÁGIOS			
GCH817	Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar	6	90h
Total		34	540h

8.7.3 O Domínio Específico

O Domínio Específico do Curso de Pedagogia - Licenciatura, *Campus* Cerro Largo/RS, compreende os CCRs que contemplam conhecimentos necessários à formação do/a Pedagogo/a segundo uma pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos ao exercício da profissão. Esses conhecimentos perpassam a Educação Básica pelo campo da gestão educacional e escolar, pela docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e nos cursos de formação de professores (Curso Normal-Nível Médio).

O conjunto dos CCRs do Domínio Específico objetivam oferecer conhecimentos que atinjam uma formação abrangente do/a Pedagogo/a em nível de conhecimentos pedagógicos, filosóficos, sociológicos e psicológicos, e também conhecimentos relacionados aos diferentes contextos e modalidades da educação no ensino aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e à ação didático-pedagógica na Educação Infantil. Desta forma, o egresso do curso obtém um perfil que possibilita a ação profissional do Pedagogo em diferentes níveis e modalidade de educação ofertada em espaços educacionais, seja em instituições regulares de ensino ou outros espaços e instituições que exijam a atuação do Pedagogo.

Os CCRs possuem ementas organizadas de modo a estabelecer coerência e diálogo com o currículo da Educação Básica contemplando: a) a gestão escolar e de sistemas de

ensino; b) a organização pedagógica da escola; c) os fundamentos teórico-metodológicos que integram as áreas do conhecimento no processo de ensino nos Anos Iniciais e na Educação Infantil; d) os fundamentos da educação; e) a diversidade cultural e os processos inclusivos; as práticas como componente curricular e os estágios como práxis da ação pedagógica; f) princípios voltados para a construção de uma sociedade democrática; g) inovações pedagógicas associadas ao uso de mídias e tecnologias; h) articulação do ensino, pesquisa e extensão.

O curso de Pedagogia - Licenciatura articula o Domínio Específico com outras licenciaturas, a exemplo do Curso de Letras: português e espanhol, incluindo CCRs deste curso no rol de CCRs específicos ofertados. São CCRs que abordam os fundamentos teórico-metodológicos da Língua Portuguesa, a Psicolinguística e a Literatura infantil e juvenil, os quais contribuem para uma sólida formação do pedagogo no campo da linguagem, do estudo da língua e da literatura.

O Domínio Específico atende às Diretrizes que orientam o curso (BRASIL, 2006) organizando em sua matriz curricular estudos voltados para princípios e concepções de diferentes áreas do conhecimento pertinentes à Pedagogia, para desenvolver tanto as pessoas quanto a sociedade sob uma perspectiva ética, democrática e sustentável; também proporciona investigações sobre os processos educativos que possibilitem ao egresso a análise, a crítica e a proposição de propostas educacionais inovadoras. Além disso, a proposta curricular do curso propõe um enriquecimento formativo a ser proporcionado por meio dos Seminários integradores (especificados no item 8.1) desenvolvidos ao longo do curso, os quais objetivam articular os CCRs em atividades e práticas interdisciplinares. Estes Seminários são uma possibilidade para integrar os Domínios formativos - Conexo, Comum e Específico - em torno de focos formativos que estão definidos para cada Seminário.

8.8 A flexibilidade na organização curricular

A flexibilização curricular é um dos princípios norteadores da Política de Formação de Professores da UFFS (Resolução nº 02/2017 – CONSUNI/CGAE), que a compreende como princípio estruturante do currículo da UFFS e assegura a flexibilidade da organização curricular dos cursos de licenciatura para oportunizar aos estudantes que definam parte de seu percurso formativo. Ela se aplica à oferta de componentes curriculares optativos, e às Atividades Complementares Curriculares (ACC) que integram o currículo das licenciaturas.

Quanto à flexibilização curricular, a política de formação de professores da UFFS define que no mínimo 5% da carga horária total do curso deve ser flexibilizada na forma de componentes curriculares optativos à escolha dos estudantes e ofertada ao longo do curso. Assim, o curso de Pedagogia - Licenciatura oferta 180 horas vinculadas a 6 (seis) CCR optativos de 30 horas cada, em observância à carga horária total do curso, que corresponde a 3.285 horas.

Os componentes curriculares optativos cumprem o papel de complementar conhecimentos por parte do estudante, fortalecendo seu protagonismo na construção da sua formação acadêmica. Cabe destacar que estes CCRs podem estar identificados tanto com o Domínio Específico, quanto com os Domínios Comum e Conexo. Também estão contemplados no rol de componentes curriculares optativos CCRs que são ofertados nos demais cursos de Licenciatura do *Campus* e que coadunam com a formação pretendida no curso de Pedagogia - Licenciatura.

Quanto às ACCs, a política de formação de professores da UFFS define no Art. 32 da Resolução nº 02/2017 – CONSUNI/CGAE, que a carga correspondente a esse requisito deve ser de 200 horas em atividades de participação em eventos, cursos, seminários, ministração de oficinas, palestras e outras atividades. O curso exige 14 créditos em ACCs, ou seja, 210 horas. Para o cumprimento destas horas pelo estudante o curso também promove eventos, atividades, ações e projetos que possam ser aproveitados, a fim de atingir a carga horária exigida para a integralização do curso.

As ACCs são atividades registradas e aprovadas como atividade de complementação curricular, de acordo com a política institucional e com regulamentação específica (Anexo II).

8.9 Oferta de componentes curriculares no formato semipresencial

Ao longo de sua história, a modalidade Educação a Distância (EaD) desenvolveu diferentes e interessantes ferramentas que podem, certamente, ser adotadas pela educação presencial. Em vista disso, o MEC editou a Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que prevê a oferta de carga horária na modalidade de EaD dos cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso⁴. De forma complementar, no âmbito institucional, a Resolução Nº 5/CONSUNI-CGRAD/UFFS/2014 define a possibilidade de

⁴ A Portaria Nº 2.177/2019 estabeleceu mudanças no regramento das atividades a distância, estendendo a possibilidade de oferta de atividades nessa modalidade, até o limite de 40% da carga horária total, para todos os cursos de graduação, ficando assim dispensada a obrigatoriedade do credenciamento prévio da IES para oferta EAD e demais requisitos definidos pela normativa precedente.

ofertar até 20% da carga horária total do curso em atividades semipresenciais.

No PPC do curso de Pedagogia - Licenciatura é assegurada uma carga horária para as atividades na modalidade semipresencial, que, nos termos da Resolução 05/2014 do CONSUNI/CGRAD, são concebidas como aquelas que incluem atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem. Nesta modalidade, a mediação didático-pedagógica é realizada com o uso de meios e tecnologias de informação e comunicação, envolvendo estudantes e professores no desenvolvimento de atividades educativas, em lugares e/ou tempos diversos.

Para o desenvolvimento das atividades não presenciais, serão utilizados os recursos institucionais disponíveis. Dentre os já disponíveis, menciona-se a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle-UFFS, que comporta diversas ferramentas como fórum de debates, chat, wiki, tarefas, entrega de trabalhos, avaliações etc.) o sistema institucional de videoconferência e aulas (atualmente o Cisco® Webex), - assim como a biblioteca digital recentemente adquirida pela UFFS.

Dentre os 61 componentes curriculares ofertados pelo curso de Pedagogia - Licenciatura, 20 serão no formato semipresencial com carga horária parcial - até 2 créditos - perfazendo um total de 245 horas, ou seja, 7,4% da carga horária total dos CCRs. Esses componentes serão ofertados regularmente, conforme a Matriz Curricular, estando distribuídos da primeira à nona fase, como forma de flexibilizar a proposta pedagógica do curso e o planejamento dos CCRs, oportunizando experiências formativas diversificadas, tanto em termos pedagógicos, quanto da formação do perfil profissional dos/as pedagogos/as. Teremos, assim, momentos de interação estudante-docente presenciais e a distância, integrando o uso das tecnologias de informação e comunicação e a ação autônoma do/a estudante, contribuindo com a autoaprendizagem.

O componente semipresencial realizará as avaliações de modo presencial. O professor responsável prestará atendimento coletivo ou individualizado de forma presencial ou no ambiente virtual, pela plataforma Moodle e/ou outros ambientes virtuais disponíveis.

8.10 Articulações com outras licenciaturas

A Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, institui as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura* e no Art. 4º, pode ser lido:

“O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”. O Art. 5º da Resolução CNE nº1/2006 estabelece as aptidões a serem adquiridas no curso de Pedagogia. A aptidão constante do Inciso VI manifestou enfaticamente a necessidade de o curso de Pedagogia dialogar com os outros cursos de Licenciatura, posto que os/as egressos/as de Pedagogia devem ser aptos/as, entre outras coisas, a “ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano”. Este inciso remete aos relevantes estudos dos/as estudantes de Pedagogia em Fundamentos teóricos e metodológicos de Língua Portuguesa, de Matemática, de Ciências (Biologia, Química, Física e outras), História, de Geografia, de Artes e Educação Física, na interface com os cursos correspondentes a essas disciplinas.

Quanto a isso, é notório que o curso de Pedagogia - Licenciatura necessita de permanente e orgânico diálogo com as outras licenciaturas. A aptidão do Inciso XI do Art. 5 mencionado anteriormente, exige a capacidade de “desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento”. Na formação dos/as estudantes em Pedagogia, seria altamente censurável uma aprendizagem deficitária em qualquer uma das disciplinas citadas e respectivas metodologias de ensino, voltadas especialmente para a educação das crianças de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Além desse diálogo interdisciplinar, os Incisos IX, X e XIV (Resolução CNE nº1/2006) se referem às capacidades de diálogo intercultural, o que remete à problemática da desigualdade social e da diferença sociocultural. O trabalho educativo com pessoas imersas em mundos socioculturais de territórios, idiomas, dialetos, vocabulários e, em especial, sintaxes diferentes é algo extremamente exigente para os profissionais da educação. Em razão desta complexidade teórico-prático, parece razoável que o curso de Pedagogia dê importância ao campo temático das *linguagens* e suas interfaces com o trabalho pedagógico. Isso parece justificar uma aproximação ao curso de Pedagogia-Licenciatura do Campus Cerro Largo dos cursos de Pedagogia e de Letras. Aderindo a essa composição, propõe-se que a oferta do Domínio Conexo e Domínio Comum a estes cursos ocorra de modo combinado, quando for possível, de acordo com os PPCs em suas respectivas fases da matriz curricular.

Além disso, as aproximações com os demais cursos de licenciatura podem ocorrer pela ação colaborativa e integrada em diversas situações, tais como:

- a) grupos de estudos, que proporcionem estudos complementares à formação inicial em diferentes áreas do conhecimento;
- b) programas de incentivo à formação docente (PIBID, PET, RP, e outros), em relação aos processos formativos e atuação nas escolas de Educação Básica;
- c) seminários, congressos, palestras e outros eventos planejados de forma conjunta;
- d) programas e projetos de extensão de formação continuada;
- e) oferta de CCRs Optativos de forma conjunta entre as licenciaturas;
- f) inclusão de CCRs ofertados em outros cursos na matriz curricular do curso em Pedagogia - Licenciatura.;
- g) integração com o Centro de Línguas coordenado pelo Curso de Letras: português e espanhol/UFFS/*Campus* Cerro Largo.

8.11 Articulações do currículo do curso com a docência na Educação Básica

A formação inicial proporcionada pelo curso Pedagogia - Licenciatura perpassa pelo desenvolvimento profissional nas diversas etapas e modalidades da educação, respectivamente: a educação infantil, os anos iniciais e ensino médio; educação de jovens e adultos, educação especial, educação escolar indígena, educação no campo e educação escolar quilombola. Essa compreensão ampla da educação visa assegurar a atuação do/a pedagogo/a tanto no ensino, quanto na gestão e na formulação e avaliação de políticas e programas destinados à Educação Básica. Além disso, a formação inicial se articula com a formação continuada realizada no campo da educação básica devendo constituir-se como um processo dinâmico direcionado à melhoria da qualidade social da educação e à valorização profissional.

Nesse sentido, o curso de Pedagogia - Licenciatura mantém permanente e sólida relação com a educação básica, com o propósito de fortalecer a práxis pedagógica, seja pelos estudos teóricos de conhecimento e investigação do contexto da Educação Básica, seja pelas práticas realizadas nos espaços escolares públicos, no que tange ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Os programas institucionais criados pelo MEC (PIBID, PET, RP), desde 2007, para constituir uma amplo aprimoramento da formação de professores para a Educação Básica, coordenados pelas instituições de ensino superior, são importantes articulações com a

Educação Básica, mantendo a formação inicial imbricada com a formação continuada.

Além destes programas que possibilitam o constante diálogo com a educação básica visando um currículo contextualizado e coerente com a realidade das escolas públicas, também pode-se mencionar outras possibilidades para que o currículo do curso esteja voltado para a docência e à construção de escolas inclusivas e democráticas na Educação Básica. São elas:

a) o desenvolvimento de diferentes Componentes Curriculares que contemplem relações com a Educação Básica e com a docência por meio de práticas de pesquisa e de extensão;

b) a organização da Prática como Componente Curricular estruturada em eixos temáticos que atendem ao caráter teórico-metodológico e prático-reflexivo que articulam também o ensino à extensão;

c) o desenvolvimento dos Estágios Supervisionados Curriculares que oportunizam a práxis pedagógica além do conhecimento da instituição educativa como uma organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;

d) a realização de atividades de extensão com a comunidade escolar como constituintes do currículo do curso, protagonizadas pelos estudantes e docentes do curso;

e) a permanente discussão crítica acerca das políticas educacionais e curriculares que afetam a Educação Básica, mantendo desta forma, o currículo do curso atualizado e contextualizado em relação aos currículos das escolas públicas.

8.12 Atendimento às legislações específicas

1- O Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – e dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores. Desta forma, o curso atende à legislação, desenvolvendo estudos e ações de educação ambiental que promovam a formação acadêmica sustentada pela pesquisa, por estudos e por práticas voltadas para a sustentabilidade.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

<p>Meio Ambiente, Economia e Sociedade (4c - obrigatório)</p>	<p>A ementa apresenta a proposta de estudo sobre modelos produtivos e sustentabilidade e o objetivo do CCR propõe estudos sobre conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações econômicas e do meio ambiente.</p>	<p>MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003. LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.</p>
<p>Educação em Ciências da Natureza I e II (8c - obrigatório)</p>	<p>O ensino na área de ciências da natureza contempla conceitos estruturantes do conhecimento biológico e fundamentos teórico-epistemológicos e históricos sobre a natureza.</p>	<p>CAPRA, Fritjof; STONE, Michel K.; BARLOW, Zenobia. Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006. MOLON, Susana Inês; DIAS, Cleuza Maria Sobral (org). Alfabetização e educação ambiental: contextos e sujeitos em questão. Rio Grande: FURG, 2009.</p>
<p>Educação ambiental (2c - Optativa)</p>	<p>Princípios, diretrizes e alguns marcos históricos da Educação Ambiental (EA). A prática da EA em diferentes contextos intra e extraescolares. Trilhas ecológicas como instrumento de EA no ensino de Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Causas e consequências dos problemas ambientais. Benefício da sustentabilidade ecológica. Consumo consciente. Metodologias de Pesquisa em Educação Ambiental. Situações de ensino com uso de diferentes instrumentos culturais como a fala, a escrita e a leitura, relacionados aos conteúdos em questão.</p>	<p>BOFF, L. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. BRASIL. Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 de abril de 1999. Disponível em: . DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: Princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: GAIA, 2004. GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente de (Org.). Metodologias Emergentes de Pesquisa em Educação Ambiental. Ijuí: UNIJUÍ, 2005. LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental no Brasil, pesquisa e Ensino. São Paulo: Cortez, 2006. MORIN, E. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007. (Tradução Sandra Trabucco Valenzuela)</p>
<p>Responsabilidade socioambiental (2c - Optativa)</p>	<p>Sustentabilidade. Gestão Social. O meio ambiente. Poluição. Gestão de resíduos. Reciclagem. Sustentabilidade. O CCR se propõe a desenvolver no estudante a capacidade de reflexão sobre as diferentes formas de perceber a responsabilidade social e ambiental de um ponto de vista crítico e problematizador</p>	<p>ALMEIDA, J. R. de et al. Gestão Ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2000. PAULI, G. Emissão zero. Porto Alegre: Edipuc, 1996. JACOBI, P. R. Ciência ambiental os desafios da interdisciplinariedade. São Paulo: Annblame, 1999.</p>
<p>Fundamentos teórico-metodológicos do ensino</p>	<p>Abordagem de temas transversais: pluralidade cultural, direitos humanos, educação ambiental, relações</p>	<p>BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

de Língua portuguesa (2c- obrigatório)	étnico-raciais	portuguesa. Brasília, MEC/SEF, 1998. ROCCO, M. T. F. Literatura/ensino: uma problemática. São Paulo: Ática, 1981.
--	----------------	--

2- A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004. Assim, para atender esta normativa, o curso contempla componentes curriculares que realizam estes estudos.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Temas Contemporâneos e Educação (4 créditos - obrigatório)	Diversidade étnico-racial, cultura e história afro-brasileira e indígena. Diretrizes Curriculares Nacionais e políticas públicas relacionadas aos respectivos temas.	BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica . Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília, 2013. CANDAU, Vera M. (org). Didática crítica intercultural : aproximações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. MATTOS, Regiane A. de. História e cultura afro-brasileira . São Paulo: Contexto, 2007. MOREIRA, Antônio F. B.; CANDAU, Vera M. Multiculturalismo : diferenças culturais e práticas pedagógicas. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
Literatura infantil e juvenil (2c obrigatório)	Literatura infantil e juvenil na escola: ações práticas. A importância da Lei nº 10.639/2003 e 11.645/2008 na Educação Básica.	AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
Educação em Ciências Humanas I (4 créditos - obrigatório)	A história, a cultura e a religiosidade afro-brasileira e indígena. Educação étnico-racial a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais e da legislação.	COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da (ORGS.). África da e pela diáspora: pontos para a Educação das relações étnico-raciais . Curitiba, PR: NEAB-UFPR, 2013. BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica . Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília, 2013.
Diversidade, diferença e Educação (4 créditos - obrigatório)	Relações étnico-raciais. Multiculturalismo e suas implicações na educação. Políticas afirmativas em Educação.	MOURA, Glória. O Direito à Diferença. In: MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola . SECAD/MEC, Brasília, 2005, p.69-82.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

História da Fronteira Sul (4 créditos - obrigatório)	Noções de Identidade e de Fronteira. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.	ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Língua portuguesa (2c- obrigatório)	Abordagem de temas transversais: pluralidade cultural, direitos humanos, educação ambiental, relações étnico-raciais	BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, MEC/SEF, 1998. ROCCO, M. T. F. Literatura/ensino: uma problemática. São Paulo: Ática, 1981.

3- A Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012. Para atender a esta Diretriz, o curso contempla estudos transversais que contemplam o currículo do curso:

Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Temas Contemporâneos e Educação (4 créditos - obrigatório)	Temas emergentes em Educação: Gênero e Sexualidade, Educação e Saúde, Direitos Humanos.	BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. ANTUNES-ROCHA, I.; HAGE, S. M. (Org.). Escola de Direito: reinventando a escola multisseriada . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. HADDAH, Sérgio; GRACIANO, M. A educação entre os direitos humanos . São Paulo: Cortez, 2006. SILVA, Enio W. da. Estado, sociedade civil e cidadania no Brasil: bases para uma cultura de direitos humanos . Ijuí: UNIJUÍ, 2014. (Coleção Direito, política e sociedade; 36)
Direitos e Cidadania (4 créditos - obrigatório)	Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil	BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 2004. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel , 1843. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

		<p>constitucional. 10. ed., rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.</p> <p>TORRES, Ricardo Lobo (org.). Teoria dos Direitos Fundamentais. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001</p> <p>TOURAINÉ, Alain. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático. Bauru, SP: Edusc, 1998.</p>
<p>Educação Especial na perspectiva da Inclusão (4 créditos - obrigatório)</p>	<p>Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar.</p>	<p>MAZZOTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. C. Educação especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.</p> <p>BAPTISTA, C. R.; CAIADO, Katia R. M.; JESUS, Denise M. Educação Especial: diálogo e pluralidade. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p> <p>BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p> <p>SCHMIDT, C. Autismo, Educação e Transdisciplinaridade. SP: Campinas. Papyrus, 2013.</p> <p>JANNUZZI, Gilberta de M. A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI. São Paulo: Autores Associados, 2002.</p> <p>WINNER, Ellen. Crianças superdotadas: mitos e realidades. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 11-20; 113-144; 187-220.</p>
<p>Educação Inclusiva (4 créditos - obrigatório)</p>	<p>Educação Especial e Educação Inclusiva. A construção da normalidade e da anormalidade. Estudos acerca das condições e possibilidades para a educação do público da educação especial (pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades). Análises a partir de pesquisas em educação sobre a questão da inclusão escolar.</p>	<p>AQUINO, J. G. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 9 ed. São Paulo: Summus, 1998.</p> <p>GÓES, M. C. R. de; LAPLANE, Adriana Lia F. de (orgs). Políticas e práticas de educação inclusiva. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.</p> <p>MANTOAN, M. T. E. (org). O desafio das diferenças nas escolas. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.</p> <p>CARVALHO, R. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.</p> <p>JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>RAMOS, R. Passos para a inclusão: algumas orientações em classe regulares com crianças com necessidades especiais. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>ROZEK, M.; VIEGAS, L. T. (orgs). Educação Inclusiva: políticas, pesquisa e</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

		formação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
Diversidade, diferença e Educação (2 créditos - obrigatório)		BRASIL. O enfoque da educação inclusiva. In: DUK, Cyntia (Org.). Educar na diversidade : material de formação docente. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 58-73.
Libras (4 créditos - obrigatório)	Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais.	QUADROS, R. M. de. Língua de sinais brasileira : estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. (Biblioteca Artmed) QUADROS, R. M. de. Educação de surdos : a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 1997. FERREIRA, L. Por uma gramática de língua de sinais . Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2010. GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. LOPES, M. C. Surdez & educação. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007. 102 p. (Temas & educação) MOURA, M. C. de. Língua de Sinais e Educação do Surdo. Série neuropsicológica. São Paulo: TECART, 1993. v. 3.

4. Lei nº 12.764 de 27 de Dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (4c- obrigatório)	A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos.	BRASIL. O enfoque da educação inclusiva. In: DUK, Cyntia (Org.). Educar na diversidade : material de formação docente. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. ZIESMANN, C. I.; BATISTA, J. F. (Org.) ; DANTAS, N. M. R. (Org.) . Educação inclusiva e formação docente : olhares e perspectivas que se entrelaçam. 1. ed. Campinas- SP: Pontes Editores, 2020. v. 1. 378p .
Educação Inclusiva (2c- obrigatório)	Educação Especial e Educação Inclusiva. A construção da normalidade e da anormalidade. Estudos acerca das condições e possibilidades para a educação do público da educação especial (pessoas	ROZEK, M.; VIEGAS, L. T. (orgs). Educação Inclusiva : políticas, pesquisa e formação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. SCHMIDT, C. Autismo, Educação e Transdisciplinaridade . SP: Campinas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

	com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades)	Papirus, 2013.
--	--	----------------

8.12 Matriz curricular

A matriz curricular estrutura a organização das atividades dos diferentes Domínios Formativos articulados entre si, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, distribuindo-os ao longo do período de formação, envolvendo a definição de carga horária teórica e prática, a identificação dos estágios, da prática como componente curricular, da flexibilidade, incluindo os componentes optativos, a indicação dos pré-requisitos e a carga horária referente às atividades complementares.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

8.14 Matriz curricular

Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo						Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão			Pesquisa
						Teórica	Prática							
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos									
1ª fase	01	ES		Pedagogia e formação de professores	4	30		20			10	60		
	02	CM		Informática Básica	4	60						60		
	03	CM		Introdução ao Pensamento Social	4	60						60		
	04	ES		História da Educação Brasileira	2	30						30		
	05	ES		Organização do trabalho pedagógico escolar: gestão, coordenação, orientação educacional	4		60	20		15*		60		
	06	ES		<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: introdutório</i>	2	20					10	30		
Subtotal					20									
2ª fase	07	CX		Temas Contemporâneos e Educação	4	60				30*		30		
	08	ES		Teorias do currículo: conhecimento e cultura	4	30		20			10	60		
	09	CX		Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação	4	60						60		
	10	CM		Produção Textual Acadêmica	4	60						60		
	11	CM		Iniciação à Prática Científica	4	60						30		
Subtotal					20									
3ª fase	12	CX		Fundamentos do Ensino e da Aprendizagem	4	60						60		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo						Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão			Pesquisa
						Teórica	Prática							
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos									
	13	CX		Educação Inclusiva	2	30						30		
	14	ES		Psicologia do Desenvolvimento Infantil	4	30		20			10	60		
	15	CX		Fundamentos Pedagógicos da Educação	4	50					10	60		
	16	ES		Organização pedagógica na educação infantil	2	30						30		
	17	ES		Optativa I	2	30						30		
	18	CX		Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar	6				90	30*		90		
	19	ES		<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: intermediário</i>	2	20					10	30	31	
Subtotal					26									
4ª fase	20	ES		Educação em Ciências da Natureza I	4	50					10	60		
	21	ES		Educação em Ciências Humanas I	4	50		10			10	60		
	22	ES		Educação em Linguagem I	4	50		05			10	60		
	23	ES		Educação em Matemática I	4	50		10			10	60		
	24	ES		Fundamentos Teórico- Metodológicos do ensino de Língua Portuguesa	2	30		25	05			30		
	25	ES		Psicolinguística	2	20	5	5				30		
Subtotal					20									

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo						Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão			Pesquisa
						Teórica	Prática							
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos									
5ª fase	26	CX		Prática de Ensino: Pesquisa em Educação	4	30					15*	15	60	
	27	ES		Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil I	4				60	30*			60	14,16
	28	ES		Educação em Linguagens II	4			60	10		15*		60	22
	29	ES		Educação em Ciências Humanas II	4	40					15*	5	60	21
	30	ES		Filosofia da educação	2	30							30	
	31	ES		Educação em Matemática II	4			60	10		15*		60	23
	32	ES		<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento I</i>	2	20						10	30	
Subtotal					24									
6ª fase	33	ES		Educação Especial na perspectiva da Inclusão	4	60					15*	10	60	
	34	ES		Estágio Curricular Supervisionado: Educação Infantil II	5				75	30*			75	14, 16
	35	ES		Educação em Ciências da Natureza II	4			60	10		15*		60	20
	36	ES		Optativa II	2	30							30	
	37	ES		Sociologia da Educação	2	30							30	
	38	ES		Educação em Linguagens III	4	60			10			10	60	22
	39	ES		Currículo e Didática: Processos de Planejamento e Avaliativos	4	40			10			10	60	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo						Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão			Pesquisa
						Teórica	Prática							
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos									
Subtotal					25									
7ª fase	40	ES		Estudos sobre Infâncias e Juventudes	2	25					5	30		
	41	ES		Literatura Infantil e Juvenil	2			25	5			30		
	42	ES		Optativa III	2	30						30		
	43	CX		Língua Brasileira de Sinais (Libras)	4	40				15*	5	60		
	44	ES		Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I	6					90	35*	90	20, 21, 22, 23, 28,38, 39	
	45	CM		Direitos e Cidadania	4	60						60		
	46	ES		Diversidade, Diferença e Educação	2	20			5		10	30		
	47	ES		Jogos, Brinquedos e Brincadeiras	2	15	15					30		
	48	ES		<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento II</i>	2	20					10			
Subtotal					26									
8ª fase	49	ES		Educação: Mídias e Tecnologias Digitais	4	20	20		20			60		
	50	ES		Educação Popular e ação pedagógica na Educação de Jovens e Adultos	4			60		15*		60		
	51	CX		Políticas Educacionais	2	30						30		
	52	ES		Pesquisa em Educação I	4	20			20		20	60	11	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo						Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão			Pesquisa
						Teórica	Prática							
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos									
	53	ES		Optativa IV	2	30						30		
	54	ES		Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II	6				90	40*		90	29, 31, 35	
	55	ES		Políticas educacionais e curriculares para educação infantil e anos iniciais	4	40		10			10	60		
Subtotal					26									
9ª fase	56	ES		Pesquisa em Educação II	4	20		20			20	60	51	
	57	CM		História da Fronteira Sul	4	60						60		
	58	CM		Meio Ambiente, Economia e Sociedade	4	60						60		
	59	ES		Optativa V	2	30						30		
	60	ES		Optativa VI	2	30						30		
	61	ES		<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: avançado</i>	2	20					10	30		
Subtotal					18			410	245	405	330	250		
Subtotal					205							3.075h		
Atividades curriculares complementares					14							210h		
Total					219							3.285h		
Extensão 10%					330h							330h		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo					Atividades*						Total de Horas	Pré-req	
					Aulas presenciais		PCCr **	Aulas não presenciais	Estágio	Extensão			Pesquisa
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica					Prática		
Optativas 5%					(180h)							180h	

CM – Domínio Comum

CX – Domínio Conexo

ES – Domínio Específico

(*) Carga horária articulada entre a PCCr e ECS e a extensão.

8.13 Rol de componentes optativos:

Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo/RS					Atividades*		Total de Horas/aula	Pré-req.
Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Aulas não presenciais		
	CX	GCH821	Direitos Humanos e Educação	02	02		30	
	CX	GCH818	Educação e estudos sociológicos	02	02		30	
	CX	GCH820	Estudos culturais e educação	02	02		30	
	CX	GCH819	Fundamentos da educação popular	02	02		30	
	ES		Sistema Braille: métodos e técnicas para leitura e escrita	02	02		30	
	ES		Práticas e ludicidade na sala de aula	02	02		30	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

	ES		A Pedagogia em espaços não escolares	02	02		30	
	ES		A Pedagogia e a educação do campo	02	02		30	
	ES		O ensino colaborativo: práticas pedagógicas em sala de aula	02	02		30	
	ES		Pluralidade Linguística na escola	02	02		30	
	ES		Introdução à educação a distância	02	02		30	
	ES		Arte, educação, didáticas e metodologias ativas	02	02		30	
	ES		Divulgação científica na infância	02	02		30	
	ES		Indisciplinas, incivildades, conflitos e violências nas escolas	02	02		30	
	Química	GCH308	Educação ambiental	02	02		30	
	Letras	GLA607	Variação linguística e ensino	02	02		30	
	Letras	GLA608	O papel da gramática na escola	02	02		30	
	Letras	GLA640	O texto como unidade de ensino de língua portuguesa	02	02		30	
	Letras	GLA646	O ensino de leitura na escola	02	02		30	
	Letras	GLA651	Gêneros discursivos/textuais e ensino	02	02		30	
	Letras	GLA651	Tópicos em ensino de literatura	02	02		30	
	Letras	GLA452	Ensino de espanhol para pessoas com deficiência visual	02	02		30	
	Letras	GLA454	Relação pedagógica na perspectiva da biologia do amor	02	02		30	
	Letras	GLA455	Espanhol para crianças	02	02		30	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

	Letras	GLA480	Produção de textos acadêmicos	02	02		30	
	Letras	GLA668	Literatura e cinema	02	02		30	
	Letras	GLA576	Tópicos de estudo em literatura: gênero e sexualidade	02	02		30	
	Letras	GLA577	Tópicos de estudo em literatura: relações étnico-raciais	02	02		30	
	CB	GCH1204	Educação em Saúde	02	02		30	
	CB	GCA059	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	02	02		30	
	Química	GCS085	Responsabilidade Socioambiental	02	02		30	
Subtotal								
Total Geral								

8.14 Representação gráfica da matriz curricular do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - MATRIZ CURRICULAR								
1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE	4ª FASE	5ª FASE	6ª FASE	7ª FASE	8ª FASE	9ª FASE
		Fundamentos do Ensino e da Aprendizagem (4c)			Educação Especial na perspectiva da Inclusão (4c)	Estudos sobre Infâncias e Juventudes (4c)	Educação: mídias e tecnologias digitais (4c)	
		Educação Inclusiva (2c)	Educação em Ciências da Natureza I (4c)	Prática de Ensino: Pesquisa em educação (Química 5ª) (4)	Estágio Curricular Supervisionado: Educação Infantil II (5c)	Optativa III (2c)	Educação Popular e ação pedagógica na Educação de Jovens e Adultos (4c)	
Pedagogia e formação de professores (4c)	Temas Contemporâneos e Educação (4c)	Psicologia do Desenvolvimento Infantil (4c)	Educação em Ciências Humanas I (4c)	Estágio Curricular Supervisionado: Educação Infantil I (4)	Educação em Ciências da Natureza II (4c)	(7)Língua Brasileira de Sinais (Libras) (4c)	Políticas Educacionais (2c)	Optativa V (2c)
Informática Básica (4c)	Teorias do currículo: conhecimento e cultura (4c)	Fundamentos Pedagógicos da Educação (4c)	Educação Linguagem I (4c)	Educação em Linguagens II (4)	Optativa II (2c)	Estágio Curricular Supervisionado: Anos Iniciais I (6c)	Pesquisa em Educação I (4c)	Pesquisa em Educação II (4c)
Introdução ao Pensamento Social (Física - 1ª) (4c)	Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação (4c)	Organização pedagógica na Educação Infantil (2c)	Educação em Matemática I (4c)	Educação em Ciências Humanas II (4)	Sociologia da Educação (2c)	(5)Direitos e Cidadania (4c)	Optativa IV (2c)	(6) História da Fronteira Sul (4c)
Organização do trabalho pedagógico escolar: gestão, coordenação, orientação educacional (4c)	Produção Textual Acadêmica (4c)	Optativa I (2c)	Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Língua Portuguesa (2c)	Filosofia da educação (2c)	Educação em Linguagens III (4c)	<u>Diversidade, diferença e Educação</u> (2c)	Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II (6c)	(7)Meio Ambiente, Economia e Sociedade (4c)
História da Educação Brasileira (2c)	Iniciação à Prática Científica (4c)	Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar (6c)	Psicolinguística (2c)	Educação em Matemática II (4)	Currículo e Didática: processos de planejamento e avaliativos	Jogos, Brinquedos e Brincadeiras (2c)	Políticas educacionais e curriculares para	Optativa VI (2c)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

				(4c)		Educação Infantil e Anos Iniciais (4c)	
<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: introdutório (2c)</i>		<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: intermediário (2c)</i>		<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento I (2c)</i>		<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento II (2c)</i>	<i>Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: avançado</i>
FOCO FORMATIVO: Educação, Sociedade e Pedagogia	FOCO FORMATIVO: Escola, Currículo, Conhecimento e Cultura	FOCO FORMATIVO: Docência: infâncias e fundamentos teórico-metodológicos nos processos de ensinar e aprender	FOCO FORMATIVO: Docência e escola inclusiva	FOCO FORMATIVO: Escola e Políticas			

Domínio Específico	Domínio Comum	Domínio Conexo	Estágios Supervisionados	Optativas
--------------------	---------------	----------------	--------------------------	-----------

8.15 EMENTÁRIOS DOS COMPONENTES CURRICULARES

Nesta seção, são apresentados ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares, conforme segue.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Pedagogia e formação de professores	04	60
EMENTA			
A Pedagogia como ciência da educação: história e epistemologia. A Pedagogia como campo teórico-investigativo da educação na contemporaneidade. O processo formativo do profissional da Pedagogia. O curso de Pedagogia: políticas e diretrizes.			
OBJETIVO			
Compreender a pedagogia como ciência da educação que possibilita a docência e a proposição, análise e construção de políticas e práticas no campo da educação escolar e não escolar.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOTO, Carlota. Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados . Uberlândia: EDUFU, 2019. Disponível em: https://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273.pdf			
GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias . 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.			
LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? . 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.			
OSÓRIO, Mário. Pedagogia: a ciência do educador , Ijuí: UNIJUÍ, 2006.			
PIMENTA, Selma Garrido; LIBÂNEO, José Carlos (Coord). Pedagogia: ciência da educação? . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.			
SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia no Brasil: história e teoria . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores . 3. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2000.			
CAMBI, Franco. História da pedagogia . São Paulo: UNESP, 1999.			
COMENIUS, Johann Amos. Didática magna . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.			
DEWEY, John. Experiência e Educação . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . (on line). São Paulo: Paz e Terra, 25ª ed., 1996. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido . 25. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2019.			
GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem . São Paulo: Artmed, 1997.			
NARODOWSKI, Mariano. Comenius & a educação . 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2006.			
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da educação . São Paulo: Edipro, 2017.			
SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade . 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX 208	Informática Básica	04	60
EMENTA			
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.			
OBJETIVO			
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTÔNIO, João. Informática para Concursos: teoria e questões . Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009. CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Pearson, 2010. SEBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (Org.). Introdução à informática: uma abordagem com libreoffice . Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN: 978-85-64905-02-3. Disponível em: <cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. Introdução à ciência da computação . 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010. HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. O livro oficial do Ubuntu . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2004. MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate . São Paulo: Érica, 2010. MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. Nosso futuro e o computador . Porto Alegre: Bookman, 1999. MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. MORGADO, Flavio. Formatando teses e monografias com BrOffice . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. SCHECHTER, Renato. BrOffice Calc e Writer: trabalhe com planilhas e textos em software livre . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH 290	Introdução ao Pensamento Social	04	60
EMENTA			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.

OBJETIVO

Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
 LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber**. Petrópolis: Vozes, 2005.
 LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.
 QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. **Um toque de clássicos**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
 TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ADORNO, Theodor. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Unesp, 2008.
 CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru: EDUSC, 2010.
 GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
 GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.
 LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos aires: CLACSO, 2005.
 LEVINE, Donald N. **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
 MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
 OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	História da Educação Brasileira	02	30
EMENTA			
Pedagogia moderna, reformas religiosas e a educação no Brasil colônia. Historiografia da educação brasileira: aspectos introdutórios. Culturas e práticas educacionais no Brasil (imperial e republicano). Processos formativos da educação brasileira nos séculos XIX e XX. Perspectivas atuais da educação brasileira.			
OBJETIVO			
Compreender a articulação do processo educativo com a Economia, a Política e a Cultura na construção das legislações e do modelo de sistema de ensino no Brasil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CAMBI, Franco. História da Pedagogia . São Paulo: UNESP, 1999. LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

(orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.
SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005 (3 volumes).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.
FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez, 1988.
HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2003.
RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Autores Associados, 2010.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Organização do Trabalho Pedagógico Escolar: Gestão, coordenação e orientação educacional	04	60
EMENTA			
Gestão educacional concebida sob a égide do Estado Democrático e Social de Direitos. Processos de tomada de decisão e dinâmicas participativas na esfera de atuação das equipes e coordenação pedagógica. Pressupostos teóricos e metodológicos no campo de estudos da orientação educacional. Reflexão teórico-prática da gestão, da coordenação pedagógica e da orientação educacional na organização do trabalho pedagógico escolar. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.			
OBJETIVO			
Estudar as conceituações sobre gestão educacional, a partir do marco regulatório da Constituição Federal de 1988; identificar processos de tomada de decisões e dinâmicas participativas na atuação das equipes de coordenação pedagógica; reconhecer e analisar os pressupostos teóricos e metodológicos aplicados ao campo de estudo da orientação educacional.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALARCÃO, Isabel. Escola reflexiva e nova racionalidade . Porto Alegre: Artmed, 2001. BATISTA, Neusa Chaves; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (orgs). Formação de gestores escolares para a educação básica: avanços, retrocessos e desafios frente aos 20 anos de normatização da gestão democrática da LDBEN . Porto Alegre: Evangraf: Escola de Gestores da Educação Básica, 2016. Disponível em: https://www.ufrgs.br/einaroda/wp-content/uploads/2017/05/formacaodegestoresescolares.pdf			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

GRINSPUN, Mírian P.S. Zippin. **A prática dos orientadores educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001.

LÜCK, Heloísa. **Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional**. 22. Ed. São Paulo: Vozes, 2013.

LIBÂNEO, José C. OLIVEIRA; João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo, Cortez, 2013.

PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (orgs.). **O Coordenador Pedagógico desafios da educação**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (org). **O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade**. São Paulo, SP: Loyola, 2010.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (org). **O coordenador pedagógico e o trabalho colaborativo na escola**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2016.

DOMINGUES, Isaneide. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docentes na escola**. São Paulo, SP: Cortez, 2015.

GRINSPUN, Mírian P.S. Zippin. **Orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HOOKS, Bell; CARA, Daniel; HADDAD, Sérgio; GUAJAJARA, Sonia; CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**.

Mc LAREN, Peter. **Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação**. Tradução de Juracy C. Marques; Ângela M. B. Biaggio. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: introdutório Foco Formativo: Educação, Sociedade e Pedagogia	2	30
EMENTA			
A construção social dos direitos educativos em diferentes espaços e instâncias, após a Constituição de 1988: sistemas e instituições escolares, movimentos sociais e outras formas de organização da sociedade civil. O estatuto da Pedagogia e as políticas educacionais expressas nas reformas, nos projetos e na legislação voltada para o campo educacional e das ações afirmativas. Pesquisas, projetos e experiências que interrogam, problematizam e refletem sobre a Pedagogia, o processo educativo, a escola e a docência em suas conexões com o mundo.			
OBJETIVO			
Vivenciar temáticas e problemáticas básicas relacionadas a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura como prática social e inclusiva, considerando os elementos			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

fundamentais para o exercício da docência de pedagogos/as, de maneira crítica, criativa e investigativa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa.** O neoliberalismo em ataque ao ensino público. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MIRANDA, Shirley Aparecida. **Diversidade e ações afirmativas:** combatendo as desigualdades sociais. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.

MONTEIRO, A. Reis. **História da educação:** do antigo direito de educação ao novo direito à educação. São Paulo: Cortez, 2006.

PERES, Eliane. Cartas para o futuro: aspectos do cotidiano da educação e da infância no Brasil (1822 - 1922). Curitiba: CRV, 2022. Disponível: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37334-cartas-para-o-futurobraspectos-do-cotidiano-da-educacao-e-da-infancia-no-brasil-1822-1922?fbclid=IwAR0AGH123OjYwl5x9WVK5DzWl-w6HHewpKAV_ZROEN00-T7AAWasW7WDSPo

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional:** Lei 9394/96, apresentação Carlos Roberto Cury. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar:** introdução crítica. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro. **Conselho de classe e avaliação: perspectiva na gestão pedagógica da escola.** 3. ed. Campinas - SP: Papirus, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Aprender e ensinar com Paulo Freire:** por uma escola emancipatória. Porto Alegre: CirKula, 2015.

SOUZA, José E. ; RUCKERT, Fabiano (orgs). A escola pública no Brasil: temas e problemas. Porto Alegre: Evangraf, 2016.

VICTOR, Alessandra; SILVA, Rodrigo Manoel Dias da; SILVA, Roberto Rafael Dias da; BENINCÁ, Dirceu (Org.). **Educação, cultura e reconhecimento:** desafios às políticas contemporâneas. São Paulo, SP: Salta, 2015.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH811	Temas Contemporâneos e Educação	4	60

EMENTA

Educação, currículo e diversidade. Temas emergentes em Educação: Gênero e Sexualidade, Educação e Saúde, Direitos Humanos. Diversidade étnico-racial, cultura e história

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

afro-brasileira e indígena. Educação de Jovens e Adultos. Educação no Campo. Educação em comunidades Quilombolas. Diretrizes Curriculares Nacionais e políticas públicas relacionadas aos respectivos temas. Análise de pesquisas, de propostas e/ou práticas pedagógicas articuladas em currículos que abordam a diversidade e a inclusão.

OBJETIVO

Discutir temáticas contemporâneas no contexto educacional como elementos estruturantes da formação de professores, tendo como referência a diversidade como articuladoras das propostas de ensino.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília, 2013.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CANDAUI, Vera M. (org). **Didática crítica intercultural: aproximações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MACEDO, Elizabeth. (Org). **Currículo: debates contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Cultura, memória e currículo; 2)
- SILVA, Tomaz T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. 10 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- ALVES, Douglas S. (org). **Gênero e diversidade sexual: teoria, política e educação em perspectiva**. Tubarão, SC; COPIART, 2016.
- ANTUNES-ROCHA, I.; HAGE, S. M. (Org). **Escola de Direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Questões da nossa época; v. 22)
- HADDAH, Sérgio; GRACIANO, M. **A educação entre os direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2006.
- LOURO, Guacira L.; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MATTOS, Regiane A. de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MOREIRA, Antônio F.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- SILVA, Enio W. da. **Estado, sociedade civil e cidadania no Brasil: bases para uma cultura de direitos humanos**. Ijuí: UNIJUÍ, 2014. (Coleção Direito, política e sociedade; 36)
- MOREIRA, Antônio F. B.; CANDAUI, Vera M. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Teorias do currículo: conhecimento e cultura	4	60
EMENTA			
Etimologia e epistemologia do currículo. Estudo do pensamento educacional curricular, com ênfase na perspectiva do currículo como produção cultural. Estudos culturais e teorias (críticas e pós-críticas) do currículo. A cultura escolar e a disciplinarização do conhecimento. Cultura, políticas curriculares e educacionais na contemporaneidade. A relação mídia-informação x ensino-construção do conhecimento.			
OBJETIVO			
Compreender o desenvolvimento histórico da construção curricular na escola, discernindo o debate político, cultural e epistemológico que se manifesta em cada momento de reformulação das diretrizes curriculares (nacionais, estaduais e municipais).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
APPLE, Michel. Ideologia e currículo . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.			
FORQUIN, Jacques C. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.			
GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história . 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			
LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias do currículo : São Paulo: Cortez, 2011.			
SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo: uma reflexão sobre a prática . 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.			
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . 3. ed. 10 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPLE, Michael W. Educação e poder . Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.			
CORAZZA, Sandra Mara. O que quer um currículo? Pesquisas pós-críticas em educação . Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.			
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.			
MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículos e programas no Brasil . 13. ed. Campinas: Papirus, 2006.			
MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, Tomaz T. da. **Alienígenas na sala de aula**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH813	Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação	4	60
EMENTA			
A educação na Grécia Antiga e em Roma. A educação cristã na Idade Média. A formação das Universidades. Renascimento e educação. As reformas religiosas e a educação. Infância e Pedagogia Moderna. A educação no Brasil colônia, império e república. A formação política filosófica do estado moderno. Iluminismo e educação. Teoria crítica e educação. Função social da escola. Educação e neoliberalismo. Fundamentos Sociais e Antropológicos da Educação. Educação e racionalidade instrumental/burocracia/dominação. Teoria social e modelos pedagógicos. Teorias pós-críticas e educação. Educação e pós-modernidade, identidade e diferença.			
OBJETIVO			
Discutir os fundamentos teóricos conceituais das áreas histórico-filosóficas e sociológicas do campo educacional, a fim de estimular o desenvolvimento da compreensão crítica acerca das teorias e práticas pedagógicas contemporâneas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, Theodor. W. Educação e emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 1995. ARANHA, Maria L. A. Filosofia da educação . São Paulo: Moderna, 2009. ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. MANACORDA, Mário A. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010. QUINTANEIRO, Tânia. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber . 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CAMBI, Franco. História da Pedagogia . São Paulo: UNESP, 1999. COMENIUS. Johann A. Didática Magna . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 2011. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . São Paulo: Boitempo, 2005. KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento? In: Textos Seletos.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2011.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

ROUSSEAU, Jean J. **Emílio ou da Educação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. 10 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA104	Produção Textual Acadêmica	4	60
EMENTA			
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola, 2010.			
CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994.			
MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004.			
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008.			
MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009.			
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010.			
SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação - Resumos - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2003.			
_____. NRB 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração . Rio de Janeiro: ABNT, 2002.			
_____. NRB 10520: Informação e documentação - Citações - Apresentação . Rio de Janeiro:			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

ABNT, 2002.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. São Paulo: Ática, 2005.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COSTE, D. (Org.). **O texto: leitura e escrita**. Campinas: Pontes, 2002.

FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. **Oficina de texto**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GARCEZ, Lucília. **Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KOCH, Ingedore V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOYSÉS, Carlos A. **Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2006.

SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. **Compreensão e produção de textos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH290	Iniciação à Prática Científica	4	60
EMENTA			
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e as suas regras . 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica: origens da ciência moderna . Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia. O mito da neutralidade científica . Rio de Janeiro:			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Imago, 1975. (Série Logoteca).

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

APPOLINÁRIO. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.

D'ACAMPORA, A. J. **Investigação científica**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

GALLIANO, A. G. **O Método Científico**: teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.

GIACCOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio da responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas: Alínea, 2001.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.

OMMÈS, R. **Filosofia da ciência contemporânea**. São Paulo: Unesp, 1996.

REY, L. **Planejar e Redigir Trabalhos Científicos**. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVER, Brian L. **A escalada da ciência**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH816	Fundamentos do Ensino e da Aprendizagem	4	60
EMENTA			
Desenvolvimento humano em diferentes aspectos: cognitivo, afetivo, social e motor e as suas implicações no contexto escolar. Desenvolvimento humano e adolescência. Diferentes abordagens e perspectivas teóricas de aprendizagem: comparações, limites e possibilidades no ensino. Saberes e Conhecimentos docentes e as suas implicações para os processos de ensino e aprendizagem. Contribuições da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade para os modos de apropriação e significação do conhecimento. Aprendizagem e inclusão das pessoas com deficiências. Os sujeitos da educação: interações estabelecidas em sala de aula no processo do ensinar e do aprender.			
OBJETIVO			
Oportunizar compreensões acerca do desenvolvimento humano e do processo de ensino e da aprendizagem escolar, com atenção para as interações estabelecidas em sala de aula e para os modos de apropriação e significação do conhecimento.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MIZUKAMI, M. da G. N. et al. Escola e aprendizagem da docência : processos de investigação e formação. São Carlos: EDUFSCar, 2002.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

MOREIRA, M. A. **Teorias da Aprendizagem**. 2. ed. ampl. São Paulo: EPU, 2011.

OLIVEIRA, M. B. de; OLIVEIRA, M. K. de. (org.). **Investigações cognitivas: conceitos, linguagem e cultura**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VIGOTSKI, L.S; LURIA, A. R; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2012. 228 p.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Psicologia e pedagogia).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COLL, C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

FACCI, M. G. D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?: um estudo crítico comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. de L. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo, SP: Summus, 1992.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: desenvolvimento e aprendizado: um processo sócio histórico**. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

PIAGET, J. **Abstração reflexionante: relações lógico-artiméticas e ordem das relações espaciais**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

POZO, J. I. **Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SALVADOR, C. C. **Psicologia do ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

VYGOTSKY, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

WALLON, H. **Psicologia e Educação da Infância**. Lisboa: Estampa, 1986

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH810	Educação Inclusiva	2	30

EMENTA

Educação Especial e Educação Inclusiva. A construção da normalidade e da anormalidade. Estudos acerca das condições e possibilidades para a educação do público da educação especial (pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades). Análises a partir de pesquisas em educação sobre a questão da inclusão escolar.

OBJETIVO

Reconhecer os processos de construção da Educação Especial na perspectiva da Educação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Inclusiva em seus aspectos históricos, culturais, filosóficos, políticos e pedagógicos, para promover a construção da inclusão nas práticas escolares em geral e nas práticas didático-pedagógicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- AQUINO, J. G. **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. 9 ed. São Paulo: Summus, 1998.
- GÓES, M. C. R. de; LAPLANE, Adriana Lia F. de (orgs). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- MANTOAN, M. T. E. (org). **O desafio das diferenças nas escolas**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- RIBEIRO, M. L. S; BAUMEL, R. C. R. C. **Educação especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BAPTISTA, C. R; CAIADO, Katia R. M.; JESUS, Denise M. **Educação Especial**: diálogo e pluralidade. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- CARVALHO, R. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- JESUS, D. M; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C. **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- RAMOS, R. **Passos para a inclusão**: algumas orientações em classe regulares com crianças com necessidades especiais. São Paulo: Cortez, 2010.
- ROZEK, M.; VIEGAS, L. T. (orgs). **Educação Inclusiva**: políticas, pesquisa e formação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
- SCHMIDT, C. **Autismo, Educação e Transdisciplinaridade**. SP: Campinas. Papyrus, 2013.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Psicologia do Desenvolvimento Infantil	4	60

EMENTA

Desenvolvimento psicológico da criança no enfoque histórico-cultural. O papel proeminente da atividade e da linguagem no desenvolvimento psicológico. O papel da educação escolar no desenvolvimento psicológico. Princípios gerais do desenvolvimento psicológico. Critérios de periodização. Caracterização (não-estruturalista) dos períodos de desenvolvimento. Esboço de comparação entre as sínteses de Piaget, Wallon e Vigotski do desenvolvimento

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

psicológico.

OBJETIVO

Compreender as bases conceituais das teorias histórico-culturais do desenvolvimento psicológico (Vigotski, Luria, Wallon) e sua distinção em relação à psicogênese de Jean Piaget.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LA TAYLLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, VIGOTSKI, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LURIA, Alexander Romanovich. Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. São Paulo: Autores Associados, 2020.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch.S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WALLON Henry. Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 1995.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ELKONIN, D. B. Psicologia do jogo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GALVÃO, Izabel. Henri Wallon - Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 4. ed. Petrópolis: VOZES, 1998.

MARTINS, Lígia Márcia. O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica, Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

VIGOTSKI, L.S. A formação social da mente. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

VIGOTSKI, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L. S. Psicologia, educação e desenvolvimento: escritos de L. S. Vigotski; organização e tradução Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2021.

VIGOTSKI, L. S. Imaginação e Criatividade na infância. Trad. João Pedro Fróis. Editora WMF Martins Fontes, 2014.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

aprendizagem. 12. Ed. São Paulo: Ícone, 2012.

WALLON, Henri. Psicologia e educação da infância. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH814	Fundamentos Pedagógicos da Educação	4	60
EMENTA			
Educação, cultura e escola. Docência. Saberes da docência e formação de professores. Concepções pedagógicas na educação brasileira. Estudos sobre currículo escolar e suas perspectivas: tradicional, crítica e pós-crítica. Processos colaborativos de planejamento escolar: Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Plano de Estudos, Plano de Trabalho. A prática pedagógica e a Didática: história e concepções. Planejamento e processos didático-pedagógicos: objetivos, metodologia e avaliação. O debate pedagógico nas pesquisas contemporâneas em educação e ensino.			
OBJETIVO			
Discutir a educação considerando as diferentes concepções pedagógicas que fundamentam os currículos escolares, os processos de planejamento escolar e os processos didáticos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CANDAUI, Vera M. (org). Didática crítica intercultural: aproximações . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.			
LOPES, Alice R. C.; MACEDO, Elizabeth (org). Currículo: debates contemporâneos . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Cultura, memória e currículo; 2)			
SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação)			
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . 3. ed. 10 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.			
TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e formação profissional . 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.			
VEIGA, Ilma P. V. Repensando a didática . 29. ed. Campinas: Papirus, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANDAUI, Vera M. (org). Rumo a uma nova Didática . 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			
CANDAUI, Vera M. (org). Didática, currículo e saberes escolares . 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
GASPARIN, João L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 46. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.			
LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth. Teorias do currículo . São Paulo: Cortez, 2011.			
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro . 2. ed. rev. São Paulo:			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Cortez, 2011.

NARODOWSKI, Mariano. **Comenius e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2010. (Coleção educação contemporânea)

SILVA, Janssen F.; HOFFMAN, Jussara; ESTEBAN, Maria T. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. 8. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Organização pedagógica da educação infantil	2	30
EMENTA			
A Educação Infantil e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. A escola inclusiva de educação infantil e a docência com crianças de 0 a 5 anos. A creche e a pré-escola: práticas de cuidado e educação. A organização dos tempos e espaços da educação infantil. Organização didático-pedagógica: planejamento, acompanhamento (registros) e avaliação. A escola, a família e a educação infantil.			
OBJETIVO			
Refletir sobre a Pedagogia na educação infantil, analisando aspectos relativos à organização da escola e à atuação docente na infância com crianças de 0 a 5 anos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALCÂNTARA, Cristiano. Coordenação pedagógica na infância: a gestão dialogada com os registros . São Paulo: Editora Phorte, 2020.			
BARBOSA, Maria C. S.; HORN, Maria da G. S. Projetos pedagógicos na educação infantil . Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponível em: http://site.ebrary.com/lib/minhabibliotecaufrgs/reader.action?docID=10687384&ppg=5			
HORN, Maria da G. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil . São Paulo: Ed. Penso, 2003.			
KRAMER, Sônia. Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil . 11. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.			
OSTETTO, Luciana E. (Org.). Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores . 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.			
PROENÇA, Maria A. O registro e a educação pedagógica: entre o real e o ideal...o possível . São Paulo: Panda educação, 2022.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALMEIDA, Rosângela; JULIASZ, Paula C. S. Espaço e tempo na educação infantil . São Paulo, SP: Contexto, 2014.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

BARBOSA, Maria C. S. **Por amor e por força: rotinas da educação infantil**, Porto Alegre: Artmed, 2006.

DAHLBERG, Gunila.; MOSS, Peter.; PENCE, Alan. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectiva pós-modernas**. Porto Alegre: Penso, 2019. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581334079/pageid/1>

GONZALEZ-MENA, Janet. **O cuidado com bebês e crianças pequenas na creche: um currículo de educação e cuidados baseado em relações qualificadas**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

MELLO, Suely A.; BARBOSA, Maria C. S; FARIA, Ana L. G. de (org.). **Documentação pedagógica: teoria e prática**. 3. ed. São Carlos, SP: Pedro & João, 2020.

OSTETTO, Luciana E. (Org.). **Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

PROENÇA, Maria A. **Prática docente**. São Paulo: Panda Books, 2019.

ROSETTI-FERREIRA, Maria C. et al. **Os fazeres na educação infantil**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TONUCCI, Francesco. **Com olhos de criança**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

VIGOTSKI, Lev S. **Problemas da defectologia**. Organização e tradução de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH817	Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar	6	90
EMENTA			
Acompanhamento e reconhecimento do contexto escolar. Vivência de situações e práticas de gestão das(nas) unidades escolares: no planejamento escolar anual; na gestão pedagógica; na gestão dos processos administrativos; na gestão econômico-financeira; na gestão dos mecanismos instituintes da gestão democrática; nas relações com a legislação educacional e normas vigentes nas redes de ensino. Realização das atividades de estágio, reflexão e análise das situações vivenciadas durante o estágio, fundamentadas teoricamente. Apresentar uma proposição para a gestão da escola com a perspectiva de fortalecer as relações democráticas e a qualidade da educação.			
OBJETIVO			
Vivenciar, problematizar e reconhecer o contexto escolar como possibilidade de iniciação a docência compreendendo a complexidade da gestão escolar como processo democrático, necessário para fortalecer a qualidade da educação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALARCÃO, Izabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva . 8 ed. São Paulo:			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Cortez, 2012.

CURY, Carlos R. J. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERREIRA, Naura S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2008.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VEIGA, Ilma. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico)

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DOURADO, Luís F.; PARO, Vitor H. (org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Ed. Xamã, 2001.

FERREIRA, Naura. S. C. (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**, São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão participativa na escola**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PARO, Vitor. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, Vitor. **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PARO, Vitor. **Diretor escolar: educador ou gerente**. Cortez, 2016.

PLACCO, Vera. M. N. de S.; ALMEIDA, Laurinda R. de (org). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. 8 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Libertad, 2009. (Subsídios pedagógicos do Libertad ; 3)

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: intermediário	2	30
EMENTA			
A escolarização como fenômeno cultural e o seu impacto no desenvolvimento humano, priorizando as noções de diversidade, igualdade e diferença. Paradigmas de formação do pensamento pedagógico (clássicos e contemporâneos) e o papel da escola na ampliação, aprofundamento e atualização dos campos dos saberes e de seus modos de produção curricular para crianças e jovens, infâncias e juventudes.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

OBJETIVO
Vivenciar temáticas e problemáticas de nível intermediário em relação a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como prática social e inclusiva, considerando os elementos fundamentais para o exercício da docência de pedagogas e pedagogos, de maneira crítica, criativa e investigativa.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. GADOTTI, Moacir. História das Idéias Pedagógicas . São Paulo: Ática, 1997. OLIVEIRA, Roselusia T. de M. (org). Leituras e infâncias: experimentações sensíveis . Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. Disponível: https://editoracriacao.com.br/leituras-e-infancias-experimentacoes-sensiveis/ SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações . 2.ed São Paulo: Cortez, 1997. VEIGA, I. P. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível . 13. ed. Campinas: Papirus, 2001. FAZENDA, Ivani C. A. GODOY, Herminia P. Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e intervir . São Paulo: Cortez, 2014 (Ebook).
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
ARROYO, Miguel González. Ofício de mestre: imagens e autoimagens . 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. ARROYO, Miguel González. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres . 7. ed.. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. PRIORE, Mary Del. História das Crianças no Brasil . São Paulo: Contexto, 2013. ZITKOSKI, Jaime José. Horizontes da (re) fundamentação em educação popular . Frederico Westphalen:URI, 2000. ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família . Rio de Janeiro: Zahar, 2015. PHILIPPI, Arlindo Jr. FERNANDES, Valdir. Práticas da interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa . São Paulo: Manole, 2015 (Ebook).

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Educação em Ciências da Natureza I	4	60
EMENTA			
Fundamentos teórico-epistemológicos e históricos sobre a natureza e a construção do conhecimento científico. Linguagem Científica e Alfabetização Científica e Tecnológica. Fundamentos teóricos, curriculares e avaliativos para o Ensino de Ciências da Natureza.			
OBJETIVO			
Compreender a construção do Conhecimento Científico na perspectiva humana, histórica e cultural.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARCE, A.; SILVA, D. A. S. M. da; VAROTTO, M.; MIGUEL, C. C. Ensinando Ciências			

na Educação Infantil. 2. ed. Campinas: Alínea, 2020.

CACHAPUZ, A., Gil-Perez, G., Carvalho, A. M. P., Praia, J. & Vilches, A. (2005). **A necessária renovação do ensino das ciências**. São Paulo, SP: Cortez.

CAMPOS, M. C. C. & NIGRO, R. G. **Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação**. São Paulo: FTD, 1999.

CARVALHO, A. M. P. **Ensino de Ciências por Investigação: Condições de implementação em sala de aula**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

CHASSOT, A. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. 8 eds. Ijuí: UNIJUÍ, 2018.

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de ciências e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Currículo de ciências em debate**. Papirus Editora, 2016.

MORAES, R.; LIMA, V. M. do R.. **Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAPRA, Fritjof; STONE, Michel K.; BARLOW, Zenobia. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006.

DELIZOICOV, D., ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

FRACALANZA, Hilário; MEGID NETO, Jorge (orgs.). **O livro didático de ciências no Brasil**. Campinas: Komedi, 2006.

FRIZZO M. N.; MARIN, E. B.. **O ensino de ciências nas séries iniciais**. 3ª ed. Ijuí:UNIJUÍ, 1989.

MOLON, Susana Inês; DIAS, Cleuza Maria Sobral (org). **Alfabetização e educação ambiental: contextos e sujeitos em questão**. Rio Grande: FURG,2009.

SANTOS, W. P.; SCHNETZLER, R. P. **Educação em química: compromisso com a cidadania**. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2015.

SILVA, C. C. **Estudos de História e Filosofia das Ciências: subsídios para a aplicação no ensino**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2006.

MORAES, R. **Ciências para as séries iniciais e alfabetização**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto. 1992.

SCHNETZLER, R. P.; ARAGÃO, R. M. R. **Ensino de ciências: fundamentos e abordagens**. Piracicaba: CAPES/UNIMEP, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Educação em Ciências Humanas I	4	60
EMENTA			
Fundamentos Teórico-metodológicos das Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Antropologia) e Ensino Religioso: a formação do/a professor/a na área de conhecimento. Saberes e práticas escolares: o ensino das Ciências Humanas na cultura escolar. Estudo de conceitos centrais da Geografia e da História, especialmente de espaço, território, grupo e tempo. A construção das identidades locais, nacionais e globais considerando as questões de ordem social, étnica, cultural, econômica e política. A história, a cultura e a religiosidade afro-brasileira e indígena. Educação étnico-racial a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais e da legislação.			
OBJETIVO			
Compreender a área das Ciências Humanas na formação do/a professor/a e os fundamentos teórico-metodológicos necessários à construção do conhecimento para a docência nos Anos Iniciais e Educação Infantil.			
REFERÊNCIAS BÁSICA			
ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.			
PASSINI, Elza Yasuko. Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia . São Paulo: Ed. Cortez, 2012.			
CALLAI, Helena Copetti (Org.). Educação geográfica: reflexão e prática . Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2011.			
CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao Ensino de Geografia . Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago, 2005.			
DAVIES, Nicholas. Para além dos conteúdos no ensino de história . Rio de Janeiro: Access, 2001.			
KARNAL, Leandro. História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas . 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças dos velhos . 3ª ed. São Paulo, Companhia			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

das Letras, 1994.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo:** a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago, 2005.

CASTELAR, Sônia M. V.; CAVALCANTI, Lana de S.; CALLAI, Helena C. **Didática da geografia:** aportes teóricos e metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012.

COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da (ORGS.). **África da e pela diáspora:** pontos para a Educação das relações étnico-raciais. Curitiba, PR: NEAB-UFPR, 2013.

DIONIZIO, Mayara et al. **História das religiões.** Porto Alegre: SAGAH, 2020 (Minha Biblioteca).

OLIVEIRA, Lilian Blanck de et al. Ensino religioso: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Docência em Formação. Série Ensino Fundamental).

RODRIGUES, Edile F.; RUEDELL, Pedro. Trajetória do Ensino Religioso no Brasil e no Rio Grande do Sul – Legislação e Prática. Porto Alegre: Ed.Sulina, 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

VISENTINI, Paulo F.; RIBEIRO, Luiz D. T.; PEREIRA, Analúcia D. História da África e dos africanos. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2014.

BOTO, Carlota. **Instrução pública e projeto civilizador:** o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo, SP: Editora UNESP, c2017

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Educação em Linguagem I	4	60
EMENTA			
Letramento e alfabetização: aspectos históricos e teórico-metodológicos. Processos de aquisição da linguagem oral e escrita pela criança. Usos e funções da escrita na cultura contemporânea. Produção e apropriação da leitura e da escrita: uma metodologia de alfabetização a partir do texto. Procedimentos de ensino e fundamentos teóricos das linguagens, da alfabetização e do letramento. Práticas e processos de avaliação e inserção na alfabetização. Práticas cotidianas de leitura e a formação de leitores. A interpretação de textos e a produção de sentido. Relações entre conhecimento linguístico e conhecimento gramatical.			
OBJETIVO			
Compreender os processos de aquisição da linguagem, da alfabetização e do letramento na			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

infância.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1985.
- FERREIRO, E.; PALACIO, M. G. **Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita**. Formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2001
- SANTOS, C. F. (org.). **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Disponível em:
http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Alfabetizacao_letramento_Livro.pdf.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contextos, 2011.
- VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Aleksei Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland Rosa (orgs). **Leitura e Produção de textos na alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- CASTANHEIRA, Maria Lúcia. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. São Paulo Autêntica 2008 (Minha biblioteca).
- LOTSCH, Vanessa de Oliveira. **Alfabetização e letramento : uma visão geral**. São Paulo Cengage Learning 2015 (Minha Biblioteca).
- MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender**. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- MORTATTI, M. R. L. (Org.). **Alfabetização do Brasil: uma história de sua história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- ROJO, Roxane Helena R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.
- SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2008.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- TFOUNI, Leda Verdiani (Org.). **Letramento, escrita e leitura: questões contemporâneas**. São Paulo, SP: Mercado de Letras, 2011.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Educação em Matemática I	4	60

EMENTA

Numeracia na Educação Infantil e o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático pela ludicidade em brincadeiras e jogos sobre noções numéricas, espaciais, geométricas, de medida e estatística. Metodologias para o ensino de Matemática: jogos, brincadeiras,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

tecnologias e materiais didático-pedagógicos inclusivos. Organização de propostas pedagógicas matemáticas que explorem o entorno da criança (espaços, tempos, quantidades, relações e transformações) por meio de experiências. Análise e produção de materiais didáticos para ensino de Matemática na Educação Infantil.

OBJETIVO

Compreender as noções matemáticas construídas na infância que ocorrem a partir da experiência com o mundo e que fundamentam os processos de raciocínio lógico-matemático para o desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS BÁSICA

NACARATO, Adair M. MENGALI, Brenda L. da S.; PASSOS, Cármen L. B. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender.** 3. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019. (Minha Biblioteca).

NUNES, Terezinha; CAMPOS, Tânia Maria Mendonça; Magina, Sandra; BRYANT, Peter. **Educação Matemática: Números e Operações numéricas.** São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MUNIZ, Cristiano Alberto. **Brincar e jogar: enlces teóricos e metodológicos no campo da Educação Matemática.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola infantil: Pra que te quero? In: CRAIDY, Carmen; KAERCHER, Gládis E. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. (Minha Biblioteca).

TOMAZ, Vanessa Sena; DAVIS, Maria Manuela M. S. **Interdisciplinaridade e aprendizagem da matemática em sala de aula.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SMOLE, Kátia S et al. **Brincadeiras infantis nas aulas de Matemática.** v. 1. São Paulo: Penso, 2020. (Minha Biblioteca).

SMOLE, Kátia S. **Jogos de matemática de 1º ao 5º ano.** Porto Alegre: Artmed, 2007. (Minha Biblioteca).

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA405	Fundamentos Teórico-Metodológicos do ensino de Língua Portuguesa	2	30

EMENTA

Concepções de linguagem, de língua e de gramática. Perspectivas de ensino de língua e de literatura. Texto como unidade de ensino. A escuta, a leitura e a produção de textos orais e escritos na escola. Metalinguagem e aprendizagem da norma: uma abordagem crítica. Avaliação do texto do aluno. Abordagem de temas transversais: pluralidade cultural, direitos humanos, educação ambiental, relações étnico-raciais, orientação sexual, trabalho e consumo.

OBJETIVO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Aprofundar conhecimentos teórico-metodológicos acerca do processo ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa. Abordar os temas transversais perpassando a formação inicial do professor.

REFERÊNCIAS BÁSICA

ANTUNES, I. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BASTOS, N. B. (org.). Língua Portuguesa: História, Perspectivas, Ensino. São Paulo: Educ, 1998.

BATISTA, A. A. G. Aula de português: discurso e saberes escolares. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GERALDI, J. W. O texto na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

POSSENTI, S. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas: Mercado de Letras, 1999. (Coleção leituras no Brasil)

ROCCO, M. T. F. Literatura/ensino: uma problemática. São Paulo: Ática, 1981.

SILVA, E. Elementos da pedagogia da leitura. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AZEREDO, C. (Org.). Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

Disponívelem:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoFundamental_embaixa_site.pdf

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Parâmetros da Língua Portuguesa: Ensino Médio. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf

BRITTO, L. P. L. A Sombra do Caos: ensino de língua x tradição gramatical Campinas: Mercado das Letras, 1997.

CITELLI, A. Aprender e ensinar com textos não escolares. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013. (Aprender e ensinar com textos; 3)

FARIA, M. A. Como usar o jornal na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1992. GERALDI, J. W. Portos de passagem. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. (Texto e linguagem)

RAMOS, J. M. O espaço da oralidade na sala de aula. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

RICHTER, M. G. Ensino do português e interatividade. Santa Maria: UFSM, 2000.
 SUASSUNA, L. Ensino da Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática. Campinas: Papyrus, 2011. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico)

TRAVAGLIA, L. C. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA423	Psicolinguística	2	30
EMENTA			
Psicolinguística: o que é este campo de conhecimento. Teorias de aquisição da língua. Processos de leitura e de escrita			
OBJETIVO			
Refletir criticamente sobre a ciência psicolinguística, seus fundamentos, suas relações e suas aplicações ao processo ensino e aprendizagem da língua portuguesa			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
KLEIMAN, A. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 14. ed. Campinas: Pontes, 2011.			
LEFFA, V. J. Aspectos da leitura, uma perspectiva psicolinguística: ensaios. Porto Alegre: Sagra – D. C. Luzzatto, 1996.			
MATENCIO, M. de L. M. Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012.			
MARTELOTTA, M. E. Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2008. TOMITCH, L. M. B. (org.). Aspectos cognitivos e instrucionais da leitura. Bauru SP: EDUSC, 2008			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CABRAL, L. G.; GORSKI, E. (org.). Linguística e Ensino: Reflexões para a prática pedagógica da língua materna. Florianópolis: Editora Insular, 1998.			
KLEIMAN, A. Leitura, ensino e pesquisa. 4. ed. Campinas: Pontes, 2011. KLEIMAN, A. Oficina de Leitura: teoria e prática. 14. ed. Campinas: Pontes, 2012. KLEIMAN, A. Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012.			
RIBEIRO, V. M. (org.). Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Global, 2003.			
ROJO, R.; BATISTA, A. A. G. (Org.). Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita. São Paulo: Mercado de Letras, 2003. (Coleção as faces da linguística aplicada ; v. 4)			
RÖSING, T. M. K. A Formação do Professor e a Questão da Leitura. Passo Fundo: EDIUPF, 1996. (Série Didática).			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

SCLIAR - CABRAL, L. Letramento e as perspectivas para o próximo milênio. In: SCLIAR - CABRAL, L. Guia prático de alfabetização: baseado em Princípios do sistema alfabético do português do Brasil. São Paulo: Contexto, 2003.

SCLIAR - CABRAL, L. Princípios do sistema alfabético do português do Brasil. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, M. Alfabetização e letramento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH815	Prática de Ensino: Pesquisa em educação	4	60
EMENTA			
<p>Pesquisa em Educação: conceitos, metodologias, abordagens e estratégias de intervenção. Pesquisa, formação docente e suas racionalidades. O papel das pesquisas educacionais nos processos de ensino e na formação de professores da educação básica. Tendências das investigações sobre o processo de ensino/aprendizagem. Articulação: pesquisa docente, inovação curricular e formação de professores. A investigação-formação-ação como possibilidade de pesquisa educacional e processo de formação de professores. Educar pela Pesquisa. Proposição de problemática de pesquisa, planejamento e projeto de pesquisa.</p>			
OBJETIVO			
Fundamentar a docência na educação básica com pesquisa na área da Educação pela via da análise teórica e de modelos de pesquisa, formação de professores e inovação curricular.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ALARCÃO, Izabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>BAGNO, Mário. Pesquisa na escola: o que é e como se faz. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.</p> <p>DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.</p> <p>FAZENDA, Ivani. Pesquisa em educação. São Paulo: Papyrus, 2002.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: ATLAS, 2016.</p> <p>LÜDKE, M.; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>ALARCÃO, I. (Org.) Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>_____. Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto Alegre, Artmed, 2001.</p> <p>GERALDI, C, FIORENTINI, D., PEREIRA, E. (orgs.). Cartografias do trabalho docente: professor(a) pesquisador(a). Campinas: Mercado de letras, 2011. p.137-152.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 5. Ed. São Paulo: ATLAS, 2010.</p>			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

_____. **Metodologia do trabalho científico.** 6.ed. São Paulo: ATLAS, 2013.

MORAES, R.; LIMA, V. M. do R. **Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MORIM, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada.** Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil I	4	60
EMENTA			
A educação infantil: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. Cuidar educar de 0 a 3 anos. A interação e a brincadeira como eixos estruturantes para a experiência com o mundo: o outro, o corpo, a fala, o pensamento, a imaginação, os sons, as cores, as formas, etc. Intervenção pedagógica: planejamento, vivência e produção de relatório crítico-reflexivo. Produção de escritas reflexivas sobre a experiência de estágio. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.			
OBJETIVO			
Protagonizar prática pedagógica com crianças de 0 a 3 anos vivenciando-a como investigação teórico-prática.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (org). Ensinando aos pequenos de zero a três anos. 2. ed. Campinas: Alínea, 2012. FOCHI, Paulo. Afinal, o que fazem os bebês no berçário? Porto Alegre: Penso, 2015. GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON Sonia. Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche. 2. ed. São Paulo: Ed. Penso, 2006. HORN, Maria da Graça. Brincar e interagir nos espaços da escola infantil. São Paulo: Ed. Penso, 2017. OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Registros na educação infantil: pesquisa e prática pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 2017. MARTINS, Gabriela Dal Forno; STERNBERG, Priscila Wagner; Rosek, Marlene. Infância e inclusão: princípios inspiradores da atuação na educação infantil. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2022. MATURANA, H.; VERDEN-ZÖLLER, G. Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Athena, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006. BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009. BRASIL/MEC/SEB/COEDI. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília : MEC, 2009. FARIA, Ana Lúcia G. de. (org). O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes. São Paulo: Cortez, 2007. DEBUS, Eliana Santana Dias. Festaria de brincadeira: a leitura literária na educação infantil. São Paulo: Paulus, 2006.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

GHEDIN, Evandro. OLIVEIRA, Elisângela Silva de Oliveira. ALMEIDA, Whasgthon Aguiar. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.

KISHIMOTO, T.M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Imaginação e criatividade na infância**. Trad. João Pedro Fróis. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2018.

PIORSKI, Gandhy. **Brinquedos do chão: a natureza, o imaginário e o brincar**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2016.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na educação infantil: uma história que se repete**. 9 ed. São Paulo. Cortez, 2012.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Educação em Linguagens II	02	30
EMENTA			
Princípios e fundamentos das linguagens da arte. A arte na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: concepções teóricas e metodológicas. A expressão da criança nas linguagens da arte: artes visuais, cinema, teatro, música e dança. Aspectos metodológicos da arte em contextos educativos. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.			
OBJETIVO			
Refletir acerca do papel da arte, princípios, fundamentos e das linguagens artísticas na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBIERI, Stela (Org.). Interações: onde está a arte na infância . São Paulo: Blucher, 2012.			
BARBIERI, Stela (Org.). Inquietações e mudanças no ensino da arte . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2016.			
OSTETTO, Luciana E; LEITE, Maria Isabel Leite. Arte, infância e formação de professores . Campinas, Papirus, 2004.			
KRAMER, Sonia. Infância e produção cultural . Campinas. Papirus, 1998.			
SANS, P. T. C. Pedagogia do desenho infantil . Campinas: Átomo, 2014.			
VYGOTSKY, Lev S. Psicologia da Arte . São Paulo, Martins Fontes, 1999.			
VIGOTSKI, Lev S. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico . Trad. Zoia Prestes. – São Paulo: Ática, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALMEIDA, Célia Maria de Castro. Concepções e práticas artísticas na escola. In: FERREIRA, Sueli (org). O Ensino das Artes: construindo caminhos . São Paulo: Papirus, 2001.			
GOBBI, Maria A; PINAZZA, Mônica A. (orgs). Infância e suas linguagens . São Paulo: Cortez, 2015. (Minha Biblioteca).			
BARBOSA, Ana Mae. John Dewey e o ensino da arte no Brasil . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.			
BRITO, Teca de Alencar. Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança . São Paulo: Peirópolis, 2003.			
BUORO, Anamélia Bueno. Olhos que pintam: a leitura da imagem e o ensino da arte . São Paulo: Educ./Fapesp/Cortez, 2002.			
CAVALCANTI, Zelia (org). Arte na sala de aula . Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.			
GIRALDELLO, Gilka. A imaginação infantil e a educação dos sentidos. In: LENZI et alii.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

(orgs): **Imagem: intervenção e pesquisa.** Florianópolis/CED/UFSC, 2006.
FUSARI, Maria F. de R.; FERRAZ, Maria H. C. de T. **Arte na educação escolar.** São Paulo: Cortez, 1992.
IAVELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Educação em Ciências Humanas II	02	30
EMENTA			
As Ciências Humanas e os fundamentos teórico-metodológicos e avaliativos na aprendizagem nos Anos Iniciais. Práticas pedagógicas, materiais didáticos e tecnologias no ensino de Ciências Humanas (Geografia e História). Desenvolvimento de prática pedagógica e proposição e desenvolvimento de atividade de extensão com a comunidade escolar ou geral.			
OBJETIVO			
Protagonizar práticas pedagógicas orientadas sob fundamentos teórico-metodológicos necessários à construção do conhecimento histórico e geográfico para a docência nos Anos Iniciais e Educação Infantil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABUD, Kátia Maria et al. (Org.). Ensino de história. São Paulo: Cengage Learning, 2010. BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997. CALLAI, Helena Copetti (Org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. COPATTI, Carina. Geografia(s), professor(es) e a construção do pensamento pedagógico-geográfico coleção educação e geografia: tramas e tessituras contemporâneas. Curitiba: CRV, 2020. GUIMARÃES, Selva. Didática e prática do ensino de história. São Paulo: Papirus, 2013. KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, prática e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALMEIDA, Rosângela D. de; JULIASZ, Paula C. S. Espaço e tempo na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2014. CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas, SP: Papirus, 2011. CASTELLAR, Sonia. Educação geográfica: teorias e práticas docentes. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005. LOPES, Jader J. M. Geografia e educação infantil: espaços e tempos desacostumados. Porto Alegre: Mediação, 2018. PONTUSCHKA, Nídia N.; PAGANELLI, Tomoko I. CACETE, Núria H. Para ensinar e aprender Geografia. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. SILVA, Andréia G. A. da. O ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Maceió, Alagoas: Café com Sociologia, 2020. VASCONCELLOS, Luiz G. F; SAMPAIO, Adriano de Á. M. Geografia e anos iniciais do ensino fundamental. Curitiba: CRV, 2020.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Filosofia da educação	2	30
EMENTA			
Pólis, paideia e aretê como parceria colaborativa. Razão comunicativa, ética do discurso e educação crítico-dialógica. Responsabilidade como princípio de ética pública na educação das crianças e adolescentes. Ética da alteridade, diálogo intercultural, solidariedade sociopolítica e o princípio da unidade de educar e cuidar.			
OBJETIVO			
Refletir sobre os fundamentos ético-axiológicos das práticas educativas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
APEL, Karl-Otto. Estudos de moral moderna . Petrópolis: Vozes, 1994.			
BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e holocausto . Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
DUSSEL, Enrique D. Para uma ética da libertação latino-americana . I – Acesso ao ponto de partida da ética. São Paulo: Loyola: Ed. UNIMEP, s/d.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.			
HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo . 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.			
JONAS, Hans. O princípio responsabilidade : ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.			
LEVINAS, Emmanuel. Ética e Infinito . Lisboa: Edições 70, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HERMANN, Nádia. Ética & Educação : outra sensibilidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.			
KOHAN, Walter. Ensino de Filosofia . 2. 3d. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Minha Biblioteca).			
KOHAN, Walter; OLARIETA, Beatriz F. A escola pública aposta no pensamento . Belo Horizonte: Autêntica. (Minha Biblioteca).			
MARTINS Rogério Jolins; LEPARGNEUR, Hubert. Introdução à Lévinas : pensar a ética no século XXI. São Paulo: Paulus, 2014.			
MIOTELLO, Valdemir. Por uma escuta responsiva : a alteridade como ponto de partida. São Carlos, SP: Pedro & João, 2018.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí?
Tradução Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Educação em Matemática II	4	60
EMENTA			
<p>O pensamento matemático nos Anos iniciais do Ensino Fundamental. Fundamentos e princípios teóricos-metodológicos para o ensino de Matemática nos Anos Iniciais: desenvolvimento do pensamento numérico - leitura, escrita e ordenação de números naturais e racionais, o significado de fração e ponto racional com representação decimal finita, estruturas aditivas e multiplicativas e características do sistema de numeração decimal; desenvolvimento do pensamento algébrico – identificação de padrões e regularidades; desenvolvimento do pensamento geométrico – localização, deslocamento e formas geométricas planas e espaciais; estudo de medidas e relações entre elas - comparação e medição em contextos cotidiano e de educação financeira; desenvolvimento do pensamento estatístico e probabilístico – noção de aleatoriedade, organização, representação e interpretação de dados em contextos variados. Metodologias para o ensino de Matemática: jogos, brincadeiras, tecnologias e materiais didático-pedagógicos inclusivos. Organização de propostas pedagógicas e análise e produção de materiais didáticos para ensino de Matemática nos Anos Iniciais. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.</p>			
OBJETIVO			
<p>Compreender a natureza do pensamento matemático explorando processos teórico-metodológicos para a aprendizagem de conceitos estruturantes da Matemática nos Anos Iniciais.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. Política de educação no campo: para além da alfabetização. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Disponível em http://books.scielo.org/id/q7zxz BORBA, Marcelo. SILVA; Ricardo Scucuglia R.; GADANIDIS, George. Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática: sala de aula e internet em movimento. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.</p>			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

BRANDT, Celia Finck; MORETTI, Mericles Thadeu. **Ensinar e aprender matemática:** possibilidades para a prática educativa. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. Disponível em <http://books.scielo.org/id/dj9m9>

CALDEIRA, Ana Maria de Andrade. **Ensino de ciências e matemática, II:** temas sobre a formação de conceitos. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em <http://books.scielo.org/id/htnbt>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FILHO, Dirceu Z. **Matemática e arte.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Minha Biblioteca)

NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. S.; PASSOS, C. L. B. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental:** tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MANRIQUE, Ana Lúcia; VIANA, Elton de Andrade. **Educação Matemática e educação especial:** diálogos e contribuições. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Minha Biblioteca).

SANTOS, Cleane Aparecida dos; NACARATO, Adair Mendes. **Aprendizagem em geometria na educação básica:** a fotografia e a escrita na sala de aula. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SMOLE, Kátia S; DINIZ, Maria I; CÂNDIDO, Patrícia. Figuras e formas: 0 a 6. v. 3. 2. ed. São Paulo: Penso, 2014. (Minha Biblioteca).

VIANA, Elton de; MANRIQUE, Ana L. **Educação matemática e educação especial.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Minha Biblioteca).

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento I	2	30
EMENTA			
A organização do espaço e do tempo escolar. Os desafios da carreira docente na sociedade do conhecimento e da aprendizagem em cidades educadoras, a partir dos processos de produção, circulação e aquisição do conhecimento e de desenvolvimento humano, em especial, na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.			
OBJETIVO			
Vivenciar temáticas e problemáticas de aprofundamento sobre a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura como prática social e inclusiva, considerando os elementos fundamentais para o exercício da docência de pedagogos/as, de maneira crítica, criativa e investigativa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALARCÃO, Isabel. Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto Alegre: Artmed, 2001.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

(Minha Biblioteca).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador.** São Paulo: Cortez, 2003.

FENSTERSEIFER, Paulo E. **A tarefa educacional na especificidade da escola.** Ijuí: UNIJUÍ, 2020.(Minha Biblioteca).

LARROSA, Jorge (org). **Elogio da escola.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Minha Biblioteca).

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos: para quê?** Cortez, 2003.

PIMENTA, S.G. (Org.). **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente.** São Paulo: Cortez Editora, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALARCÃO, Isabel. **Professores Reflexivos em uma escola reflexiva.** São Paulo: Cortez, 2003.

REDIN, Euclides. **O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico.** 5. ed. Campinas - SP: Papyrus, 2004.

MOLL, Jaqueline. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos,** São Paulo: Penso, 2012. (Minha Biblioteca).

MOLL, Jaqueline (org). **Os tempos da vida nos tempos da escola: construindo possibilidades.** 2. ed. São Paulo: Penso, 2013. (Minha Biblioteca).

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Educação Especial na perspectiva da Inclusão	4	60
EMENTAS			
<p>Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar. O ensino colaborativo na escola. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal.</p>			
OBJETIVO			
<p>Abordar a diversidade e os processos de construção da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em seus aspectos históricos, culturais, filosóficos, políticos e pedagógicos, para promover a inclusão nas práticas escolares e didático-pedagógicas.</p>			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- GONZALEZ, Eugênio. **Necessidades educacionais específicas** – intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GOÉS, Maria Cecília R. De; LAPLANE, Adriane L. F. de (Org.). **Políticas e práticas da educação inclusiva**. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- JANNUZZI, Gilberta de M. **A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI**. São Paulo: Autores Associados, 2002.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PAIM, R. O. (Org.) ZIESMANN, C. I. (Org.) ; PIEROZAN, Sandra Simone Hopner (Org.) ; LEPKE, Sonize. (Org.) . **Educação Especial e Inclusiva e(m) Áreas do Conhecimento**. 1. ed. Curitiba: EDITORA CRV, 2019. v. 1. 327p .

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- AMARAL, A. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: CORDE, 1994.
- ANDRÉ, Marli (Org.). **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. Campinas-SP: Papyrus, 1999.
- BRASIL. O enfoque da educação inclusiva. In: DUK, Cyntia (Org.). **Educar na diversidade: material de formação docente**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- PUESCHEL, Siegfried (Org.). **Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. 11. ed. Tradução de Lúcia Helena Reily. Campinas, SP: Papyrus, 1993. p. 53-98. (Série Educação Especial).
- MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- WINNER, Ellen. **Crianças superdotadas: mitos e realidades**. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 11-20; 113-144; 187-220.
- ZIESMANN, C. I.; BATISTA, J. F. (Org.) ; DANTAS, N. M. R. (Org.) . **Educação inclusiva e formação docente: olhares e perspectivas que se entrelaçam**. 1. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2020. v. 1. 378p .

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil II	5	75

EMENTA

A formação integral das crianças dos 4 e 5 anos na pré-escola. A interação e a brincadeira como eixos estruturantes das experiências com: o outro, corpo, fala, pensamento, imaginação, sons, cores, formas, etc. Docência na educação infantil. Intervenção pedagógica: planejamento, vivência e produção de relatório crítico-reflexivo. Produção de escritas reflexivas sobre a experiência de estágio. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

OBJETIVO
Protagonizar a prática didático-pedagógica com crianças da educação infantil (4 a 5 anos) vivenciando-a como investigação teórico-prática sobre a infância.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>COUTINHO, Angela Scalebrin; DAY, Giseli; WIGGERS, Verena (org). Prática pedagógicas na educação infantil: diálogos possíveis a partir da formação profissional. São Leopoldo: Oikos; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>ROCHA, Eloísa A. C. e KRAMER, Sonia (orgs). Educação infantil: enfoques em diálogo. Campinas, SP: Papirus, 2011.</p> <p>SMOLKA, Ana Luísa B. Lev S. Vigostki: imaginação e criação na infância. São Paulo: Expressão Popular, 2018.</p> <p>TIRIBA, Lea. Educação infantil como direito e alegria: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>AUD, Daniela. Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola, São Paulo, SP: Contexto, 2006.</p> <p>HORN, Maria da Graça Souza. Brincar e interagir nos espaços da escola infantil. Porto Alegre: Penso, 2017.</p> <p>KRAMER, Sônia. Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. 10. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.</p> <p>LIMA, Izenildes Bernardina de. A criança e a natureza: experiências educativas nas áreas verdes como caminhos humanizadores. Curitiba, PR: Appris, 2020.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>SMOLKA, Ana Luísa B. Lev S. Vigostki: imaginação e criação na infância. São Paulo: Editora Ática, 2009.</p> <p>SCHMITZ, Lenir Luft. Entre a educação infantil e o ensino fundamental: uma análise das vivências espaço-temporais das infâncias. Curitiba, PR: CRV, 2012.</p> <p>TONUCCI, Francesco. Com Olhos de Criança. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p> <p>VIGOTSKI, Lev Semenovitch. Psicologia, Educação e Desenvolvimento: escritos de L. S. Vigotski. Organização e tradução de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.</p>

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Educação em Ciências da Natureza II	4	60
EMENTA			
Temáticas e Conceitos estruturantes do conhecimento biológico, físico e químico. Investigação, experimentação, expedições e pesquisa no Ensino de Ciências. Metodologias de Ensino de Ciências: concepções, fundamentos, práticas de ensino e pesquisa, materiais e recursos didáticos. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.			
Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia-Licenciatura, <i>campus Cerro Largo</i> - 132			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

OBJETIVO
Estudar temáticas, metodologias e propor atividades pedagógicas para o Ensino de Ciências.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>ARCE, A.; SILVA, D. A. S. M. da; VAROTTO, M.; MIGUEL, C. C.. Ensinando Ciências na Educação Infantil. 2. ed. Campinas: Alínea, 2020.</p> <p>CARVALHO, A. M. P. (Org.). Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Cengage Learning, 2015.</p> <p>CARVALHO, A. M. P. Ensino de Ciências por Investigação: Condições de implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p> <p>CARVALHO, A. M. P. de; GIL-PÉREZ, D. Formação de professores de ciências. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. de. (orgs.). Ensinar a Ensinar: Didática para o escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.</p> <p>DELIZOICOV, D., ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.</p> <p>SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p> <p>ZABALA, A. A prática educativa. Porto Alegre: ARTMED, 2007.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>FRACALANZA, H.; MEGID NETO, J. (orgs.). O livro didático de ciências no Brasil. Campinas: Komedi, 2006.</p> <p>GALIAZZI; M. do C. MORAES; R. Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de ciências. Ciência e Educação, v.8, n.2, p. 237-252, 2002.</p> <p>Revista ciência hoje das crianças. Instituto Ciência Hoje, CH Online.</p> <p>ROSA, D. C. Textos de divulgação científica nas Séries Iniciais: um caminho para alfabetização científico-tecnológica de crianças. 2002. <i>Dissertação</i> (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.</p> <p>SANTOS, W. P.; SCHNETZLER, R. P. Educação em química: compromisso com a cidadania. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2015.</p>

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Sociologia da Educação	2	30
EMENTA			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Educação e integração social; educação e relações de classe; educação e desigualdades; educação e emancipação social; educação e trabalho; educação e cultura; educação e desenvolvimento.

OBJETIVO

Compreender as relações entre educação e organização da vida em sociedade no sentido de habilitar o entendimento de contextos sociais e educacionais específicos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando. **Sociologia da educação**: análise internacional. Porto Alegre: Editora Penso: 2013.

BODART, Cristiano das Neves (Org.). **O ensino de Humanidades nas escolas**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019.

BONETI, Lindomar Wessler. **Sociologia da educação no Brasil**: do debate clássico ao contemporâneo. Curitiba: PUCPress, 2018.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Phillip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

KRUPPA, Sônia M. Portella. **Sociologia da educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

OLIVEIRA, Dijaci D.; RABELO, Danilo; FREITAS, Revalino A. de. (org.). **Ensino de Sociologia**: currículo, metodologia e formação de professores. Goiânia: UFG/FUNAPE, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ENGUITA, Mariano F. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CHARLOT, Bernard. **Educação ou barbárie?** uma escolha para a sociedade contemporânea. São Paulo: Cortez, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo (Orgs.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

HABERMAS, Jurgen. **O futuro da natureza humana**: a caminho de uma eugenia liberal? Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.

RAIZER, L.; MEIRELLES, M.; INGRASSIA, T. **Escolarizar e/ou educar?** As perspectivas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

do ensino de Sociologia na educação básica. **Revista Pensamento Plural**, v. 2, p. 30-47, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 35 ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Educação em Linguagens III	04	60

EMENTA

O corpo no desenvolvimento integral da criança: movimento, expressão e interação com o outro e com o ambiente pela linguagem corporal. O corpo como expressão corporal das emoções, dos sentimentos, sensações, necessidades e desejos. As práticas corporais como um tipo de conhecimento que possibilita perceber o mundo, o outro e a si próprio de um modo singular. Estratégias fundamentais para o trabalho com o corpo infantil (Educação Infantil) e na educação física escolar (Anos Iniciais). Planejamento e avaliação de ações pedagógicas envolvendo atividades corporais para a Educação Infantil e Anos iniciais. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.

OBJETIVO

Compreender a linguagem das práticas e das culturas corporais como processos que constituem uma educação para a vida individual e coletiva, privilegiando a autonomia e o reconhecimento da corporeidade nas experiências da vida social.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARROYO, Miguel; SILVA, Maurício R. da. **Corpo infância: exercício tensos de ser criança, por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Disponível em: <https://www.livrebooks.com.br/livros/corpo-infancia-miguel-g-arroyo-mauricio-roberto-da-silva-u9obbaaaqbaj/baixar-ebook>

CAMARGO, Daiana. **O brincar corporal na educação infantil: reflexões sobre o educador, sua ação e formação**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

GRANDO, Beleni Saléte. **Corpo, educação e cultura: práticas sociais e maneiras de ser**. Ijuí: Unijuí, 2009.

ARAUJO, Raffaelle Andressa dos Santos. **A educação física na formação inicial: prática pedagógica e currículo**. São Luís, MA: EDUFMA, 2014.

MATTOS, M. G. de; NEIRA, M. G. **Educação Física Infantil: construindo o movimento**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

na escola. São Paulo: Phorte, 2003.

PICCOLO, Vilma L. N. **Corpo em movimento na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALVES, Fátima. **Psicomotricidade: corpo, ação e emoção**. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

CALMÉLS, Daniel. **Infâncias do corpo**. 2.ed. São Paulo: Editora Phorte, 2022.

GARCIA, Regina L. (org.). **O corpo que fala dentro e fora da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. 5. ed. São Paulo, SP: Scipione, 2009.

BAGNARA, Ivan Carlos. **Educação física escolar : política, currículo e didática**. Ijuí Unijuí 2019. (Minha biblioteca).

PINTO, Fábio Machado; SAYÃO, Deborah Thomé; VAZ, Alexandre Fernandez. **Educação do corpo em ambientes educacionais: práticas de ensino e de pesquisa em educação física**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

SILVA, Juliano Vieira da. **Educação física adaptada**. Porto Alegre SAGAH 2018 (Minha biblioteca).

CANO, Márcio Rogério de Oliveira. **Educação física cultural**. São Paulo Blucher 2016 (Minha biblioteca).

GRABER, Kim C. **Educação física e atividades para o ensino fundamental**. Porto Alegre: AMGH 2014.

LORO, Alexandre Paulo; VINHA, Marina; GOLIN, Carlos Henrique (orgs.). **Educação física: enfoques contemporâneos**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2013.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Currículo e Didática: processos de planejamento e avaliativos	4	60

EMENTA

Currículo, qualidade social da educação e políticas de avaliação externa. Currículo escolar e práticas educativas. A Didática e os processos de planejamento de ensino e da avaliação da aprendizagem. Perspectivas teórico-metodológicas para os anos iniciais da escolarização. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

OBJETIVO

Estudar os aspectos históricos, sócio organizacionais e metodológicos do currículo na prática educativa. Identificar as contribuições do campo de estudos da didática ao trabalho pedagógico. Analisar o processo de planejamento escolar em suas variadas dimensões. Propor e vivenciar práticas de planejamento de ensino nos anos iniciais do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Org.). **O público e o privado na educação: interfaces entre estado e sociedade.** São Paulo: Xamã, 2005.

CANDAU, Vera M. **Didática crítica intercultural: aproximações.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ESTEBAN, Maria T. **Escola, currículo e avaliação** (org). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2. São Paulo: Cortez, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, S.G. (Org.). **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente.** São Paulo: Cortez, 2012.

SACRISTÁN, J. Gimeno.; GÓMES, A. I. Pérez. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009 (Minha Biblioteca).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CANDAU, Vera M.; CRUZ, Gisele B. da; FERNANDES, Claudia (orgs). **Didática e fazeres-saberes pedagógicos: diálogos, insurgências e políticas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas.** Porto Alegre: Cortez, 2013.

COMENIUS, Johann Amos. **Didática magna.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** 11. ed. Campinas: Papirus, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar : estudo e proposições.** 22. São Paulo: Cortez, 2013.

Mc LAREN, Peter. **Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação.** Tradução de Juracy C. Marques; Ângela M. B. Biaggio. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro, (Org.). **Didática: o ensino e suas relações.** 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

REDIN, Marita Martins *et. al.* **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil.** Porto Alegre: Mediação, 2012.

SANTOMÉ. Jurjo Torres. **Currículo escolar e justiça social.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas:** em diferentes áreas do currículo. 8. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Estudos sobre Infâncias e Juventudes	2	30
EMENTA			
A educação de infâncias e de juventudes em diferentes contextos, espaços e tempos. O sentimento de infância segundo a História das Mentalidades. Juventude e culturas juvenis na contemporaneidade. Tendências teórico-metodológicas da pesquisa social sobre infância, adolescência e juventude.			
OBJETIVO			
Caracterizar o segmento infanto-juvenil na formação histórica da educação brasileira, observando o desenvolvimento econômico e a condução das políticas de acesso e inclusão na escola básica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ARIÈS, P. História da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.</p> <p>ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (Orgs.) . Culturas Jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.</p> <p>DEL PRIORE, Mary(org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.</p> <p>DIMENSTEIN, G. O Cidadão de Papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Atlas, 2012</p> <p>SENNETT, R. A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2003.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>ALMEIDA, M. I. M.; TRACY, K. M. A. Noites Nômades - Espaço e Subjetividade nas Culturas Jovens Contemporâneas. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.</p> <p>ARENDDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10. ed., 2001.</p> <p>COHN, C. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.</p> <p>DONZELOT, J. A Polícia das famílias. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1996.</p> <p>KRAMER, S.; LEITE, M. I. (orgs). Infância: fios e desafios da pesquisa. Campinas, SP:</p>			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Papirus, 1996.

POSTMAN, Neil. O desaparecimento da infância. Tradução Suzana Menescal. Graphia Editorial, São Paulo: 1999.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA430	Literatura infantil e juvenil	2	30
EMENTA:			
Literatura infantil e juvenil: conceito e história. Gêneros da literatura infantil e juvenil: populares, clássicos e contemporâneos. Literatura infantil e juvenil na escola: ações práticas. A importância da Lei nº 10.639/2003 e 11.645/2008 na Educação Básica.			
OBJETIVO:			
Promover a reflexão de leitores a partir da leitura de obras da literatura infantil e juvenil brasileira e universal. Propor atividades para o trabalho em sala de aula. Discutir o papel das relações étnico-raciais na Educação Básica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS:			
AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.			
COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise e didática . São Paulo: Moderna, 2000.			
COLOMER, Teresa; CAMPOS, Ana. Ensinar a ler, ensinar a compreender . Porto Alegre: Artmed, 2011.			
COSSON, Rildo. Círculos de leitura e letramento literário . São Paulo: Contexto, 2014.			
HUNT, Peter. Crítica, teoria e literatura infantil . Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.			
ZILBERMAN, Regina. Como e por que ler a literatura infantil brasileira . Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

HUSTON, Nancy. **A espécie fabuladora**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

JOUVE, Vicent. **A leitura**. São Paulo: UNESP, 2002.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos universais**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

RODARI, Gianni. **Gramática da fantasia**. São Paulo: Summus, 1982 (Novas buscas em educação;11).

SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, José Castilho; RÖSSING, Tânia M. K. **Mediação de leitura: discussão e alternativas para a formação de eleitores**. São Paulo: Global, 2009.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA212	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	4	60
EMENTA			
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.			
OBJETIVO			
Conhecer a língua brasileira de sinais, a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Decreto 5.626/05. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.			
QUADROS, R. M. de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. (Biblioteca Artmed)			
QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Editora Artmed, 1997.			
FERREIRA, L. Por uma gramática de língua de sinais . Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. (Ed). Novo Deit-Libras:			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em Linguística e Neurociências cognitivas. São Paulo: EDUSP: Inep, CNPq, CAPES, 2012.

COUTINHO, D. **LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças**. João Pessoa: Arpoador, 2000.

FELIPE, T.; MONTEIRO, Myrna. **Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor**. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LOPES, M. C. **Surdez & educação**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte, MG: Autêntica, c2007. 102 p. (Temas & educação)

MOURA, M. C. de. **Língua de Sinais e Educação do Surdo**. Série neuropsicológica. São Paulo: TECART, 1993. v. 3.

MOURA, M. C. de. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2000.

PEREIRA, M. C. da C. (Org). **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011. 127 p.

ZIESMANN, C. I. **Educação de surdos em discussão: práticas pedagógicas e processo de alfabetização**. 1. ed. Curitiba: Editora e Livraria Appris, 2017. v. 1. 145p.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I	6	90
EMENTA			
Docência nos anos iniciais (do 1º ao 3º ano) do ensino fundamental. Aspectos teórico-metodológicos do ensino nos anos iniciais. Currículo e aspectos didático-pedagógicos nos anos iniciais. Intervenção pedagógica: planejamento, vivência e produção de relatório crítico-reflexivo. Produção de escritas reflexivas sobre a experiência de estágio. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.			
OBJETIVO			
Protagonizar a prática didático-pedagógica com crianças do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental vivenciando-a como investigação teórico-prática.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
SOARES, Magda. Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever . São Paulo: Contexto, 2020.			
BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Avercamp, 2006.			
GHEDIN, Evandro. OLIVEIRA, Elisangela Silva de Oliveira. ALMEIDA, Whasgthon Aguiar. Estágio com Pesquisa . São Paulo: Cortez, 2015.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Lázara C.; MIRANDA, Maria I. **Estágio Supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades**. São Paulo: Junqueira & Martin, 2008

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

KISHIMOTO, T.M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KOHAN, Walter Omar. **Infância, estrangeiridade e ignorância: Ensaio de Filosofia e Educação**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2007.

PRIORE, Mary. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Rovilson José da; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de (Orgs.). **Formação docente para os anos iniciais do ensino fundamental: estágio e pesquisa**. Curitiba: CRV, 2016.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS239	Direitos e Cidadania	4	60

EMENTA

Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.

OBJETIVO

Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo a possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**, 1843. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 10. ed., rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

TORRES, Ricardo Lobo (org.). **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2. ed. Rio de Janeiro:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Renovar, 2001

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 1995.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 44. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010. (Saraiva de legislação)
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2009.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria. **Cidadania e nacionalidade**: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2003. (Direito, política e cidadania)
- FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Manual de Direito Público e Privado**. 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.
- LOSURDO, Domenico. **Democracia e Bonapartismo**: triunfo e decadência do sufrágio universal. Editora UNESP, 2004. (Pensamento crítico; 2)
- MORAES, Alexandre. **Direito constitucional**. 33. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- MORAIS, José Luis Bolzan de. **Do direito social aos interesses transindividuais**: o Estado e o direito na ordem contemporânea. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.
- NOBRE, Marcos. **Curso livre de teoria crítica**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. Bauru, SP: Edusc, 1998.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Diversidade, diferença e Educação	2	30
EMENTA			
Diversidades. A concepção de diversidade, diferença e educação, Igualdade e diferença, Gênero, violência e poder. Sexualidade e orientação sexual. Relações étnico-raciais. Multiculturalismo e suas implicações na educação. Políticas afirmativas em Educação. O ensino colaborativo na escola. Pessoas com deficiência. Implicações ao contexto educativo.			
OBJETIVO			
Problematizar diálogos a respeito das diversidades e sua relação com a educação, de forma a contribuir com uma formação crítica, humana, teórica e cidadã pautada na equidade, no			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

enfrentamento das dicotomias entre os gêneros e na garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.
- COVOLAN, Nadia Terezinha. OLIVEIRA, Daniel Canavese de. (orgs.) Educação & diversidade: a questão de gênero e suas múltiplas expressões. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015.
- SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, STUART et tal. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2018.
- SANTOS, Reinaldo dos; GODOI, Eliamar (Orgs.). Pesquisas em Educação, Inclusão e Diversidade. São Paulo: Paco Editorial, 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- CUNHA, M. I. Sala de aula: espaço de inovações e formação docente. In: Enricone D, Grillo M. (Org.) Educação Superior: vivências e visão de futuro. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.
- DESLANDES, Keila; LOURENÇO, Erika. (orgs.) Por uma cultura dos direitos humanos na escola: Princípios, meios e fins. Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, 2012.
- MOURA, Glória. O Direito à Diferença. In: MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. SECAD/MEC, Brasília, 2005, p.69-82.
- SIERRA, Jamil Cabral; SIGNORELLI, Marcos Claudio (orgs.). Diversidade e educação: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia. Matinhos: UFPR Litoral, 2014.
- SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. Gênero, Diversidade e Desigualdades na Educação: Interpretações e reflexões para formação docente. Pernambuco: Universidade Federal do Pernambuco- Editora Universitária UFPE, 2009.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Jogos, Brinquedos e Brincadeiras	2	30
EMENTA			
História, teorias, conceitos e classificações de jogo, brinquedo e brincadeira. Significados da recreação e da ludicidade. Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras como elementos constitutivos da aquisição de conhecimentos nos vários contextos. Propostas de brincadeiras nos diversos paradigmas: psicológicos, sócio-antropológicos e pedagógicos. A utilização do brincar em propostas pedagógicas.			
OBJETIVOS			
Compreender a importância dos jogos, brinquedos e brincadeiras na aprendizagem para a			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental em seus aspectos conceituais, históricos, metodológicos, pedagógicos e sua contribuição para o desenvolvimento humano em seus espaços de educação e lazer.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANTUNES, C. O jogo e a Educação Infantil: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2008

CABRAL, F. Jogos eletrônicos: técnica ilusionista ou emancipadora? Revista USP. N 35. Nov, 1997.

CORDAZZO, S. T. D; VIEIRA, M. L. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e desenvolvimento. Estudos e Pesquisas em Psicologia. Vol. 7, n. 1. UERJ, RJ, 2007.

BENJAMIM, W. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Editora 34, 2002.

FREIRE, J. B; VENÂNCIO, S. (orgs.). O jogo dentro e fora da escola. Campinas: Autores Associados, 2005.

VYGOTSKY, L. S. O papel do brinquedo no desenvolvimento. In: VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, D. B. L. Sobre brinquedo e infância: Aspectos da experiência e da cultura do brincar. Educação e Sociedade. Vol. 27, n. 95, p. 541-551, maio/ago. 2006.

ARCE, Alessandra; DUARTE, Newton (Org). **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil**: as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xamã, 2006.

GARDNER, Howard. A criança Pré-Escolar: como pensa e como a escola pode ensiná-la. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

KISHIMOTO, T.M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 1997.

MACEDO, L.;PETTY, A.L.S.;PASSOS, N.C. Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano, do patriarcado à democracia. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2004.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento II	2	30

EMENTA

Principais abordagens do desenvolvimento humano e suas contribuições para aprendizagem

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

nas diferentes dimensões da vida escolar, cognitiva, emocional, social e física. Os desafios da carreira docente na sociedade do conhecimento e da aprendizagem em cidades educadoras, a partir dos processos de produção, circulação e aquisição do conhecimento e de desenvolvimento humano, em especial, na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.

OBJETIVO

Vivenciar temáticas e problemáticas de aprofundamento sobre a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura como prática social e inclusiva, considerando os elementos fundamentais para o exercício da docência de pedagogos/as, de maneira crítica, criativa e investigativa.

REFERÊNCIAS BÁSICA

COLE, M.; COLE, S.R. (2004). **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.
 DROUET, Ruth. **Distúrbios de aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2003.
 VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 VAZ, Alexandre Fernandez; MOMM, Caroline Machado (orgs.). **Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas**. Nova Petrópolis, RS: Nova Harmonia, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
 REDIN, Marita Martins *et. al.* **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2012.
 CANCLINI, N. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Educação: mídias e tecnologias digitais	2	30

EMENTA

Mídias, cultura e educação. Educação e infância na cultura digital. Mídias e a constituição das culturas infantis e juvenis na contemporaneidade. Tecnologias da informação e da comunicação na organização de situações de ensino e aprendizagem. Docência interativa, ambientes virtuais de aprendizagem e produção de material didático digital. Mídias na escola: elaboração, utilização e avaliação de recursos didáticos digitais. As ferramentas da Web 2.0 na Educação Infantil e Anos Iniciais.

OBJETIVO

Refletir sobre a cultura digital no mundo contemporâneo e os processos pedagógicos criados no ensino a partir das tecnologias da informação e da comunicação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA, Fernando José de, FONSECA JR, Fernando Moraes. **Aprendendo com projetos: coleção informática para a mudança na educação**. Brasília: MEC/SEED, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; MORAN, José Manuel. Integração das tecnologias na educação. Brasília: MEC/SEED, 2005.

BARBA, Carme; CAPELLA, Sebastià (Orgs). Computadores em Sala de Aula: Métodos e usos. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.

LÉVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência: O Futuro do Pensamento na Era da Informática. São Paulo: Editora 34, 2010.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 19. ed. Campinas: Papirus, 2011.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e Inclusão Social:** a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora. Formação de professores em tecnologias digitais acessíveis: Lucila Maria Costi Santarosa; Débora Conforto. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

STRASBURGER Victor C.; WILSON, Barbara J.; JORDAN, Amy B. Crianças. Adolescentes e a mídia. Tradução de Sandra Mallmann. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2011

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A Sala de Aula Digital:** estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo, on-line e híbrido. Porto Alegre: Penso, 2021.

COSTA, Alan Ricardo; BEVILAQUA, André; KIELING, Helena dos Santos; FIALHO, Vanessa Ribas. **Paulo Freire Hoje na Cibercultura.** Porto Alegre: CirKula, 2020.

HAN, Byung-Chul. **No Exame:** perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais:** linguagens, ambientes e redes. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARTINS, Beatriz Cintra. **Autoria em Rede:** os novos processos autorais através das redes eletrônicas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Educação Popular e ação pedagógica na Educação de Jovens e Adultos	4	60

EMENTA

A Educação de Jovens e Adultos: marcos legais, história e políticas e propostas curriculares. Educação popular e cultura na EJA. Currículo na EJA. Fundamentos teórico-metodológicos para propostas e práticas educativas de EJA na perspectiva da educação popular. Sujeitos da EJA e diversidade: gênero, raça e etnia, e as questões geracionais. Pesquisa e docência na

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

EJA. Proposição e desenvolvimento de ações de extensão com a comunidade escolar ou geral.

OBJETIVO

Compreender a educação de jovens e adultos como um campo político de formação e investigação comprometido com as camadas populares, que busca a superação das diferentes formas de exclusão e discriminação de sujeitos que ficaram excluídos dos processos de escolarização.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Alfabetização de jovens e adultos** : em uma perspectiva de letramento. 3. São Paulo Autêntica 2007

BRANDÃO, Carlos R. (Org). **A Questão Política da Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MARTINS FILHO, Lourival José. **Alfabetização de jovens e adultos: trajetórias de esperança**. Florianópolis, SC: Insular, 2011.

SOARES, L.J.G.; GIOVANETTI, M.^a; GOMES, N.L. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (org.). **Histórias e memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SOARES, Leôncio. **Trajetórias compartilhadas de um educador de jovens e adultos**. São Paulo, SP: Autêntica, 2019.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes (Org.). **Como se formam os sujeitos do campo?** idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília, DF: PRONERA, 2006.

FRANTZ, Walter; GERHARDT, Milton César; AMARAL, Antônio Gonçalves do (org). **Ações e experiências educativas no campo da educação popular**. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2015.

MARTINS FILHO, Lourival José. **Alfabetização de jovens e adultos: trajetórias de esperança**. Florianópolis, SC: Insular, 2011.

PEREIRA, Marina Lúcia. **A construção do letramento na educação de jovens e adultos**. 2. São Paulo Autêntica 2007. (Minha Biblioteca).

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Mariléia Maria da; QUARTIERO, Elisa Maria; EVANGELISTA, Olinda (Org.).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Jovens, trabalho e educação: a conexão subalterna de formação para o capital. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

SILVA, Natalino N. da. **Juventude negra na EJA:** o direito à diferença. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH812	Políticas Educacionais	2	30
EMENTA			
Estado e políticas educacionais no Brasil. O direito à educação na Constituição Federal. Organização do sistema de ensino brasileiro, em específico da educação básica. Políticas nacionais no campo da gestão, da formação de professores, do currículo, do financiamento e de avaliação. Bases político legais que orientam a organização curricular da escola de educação básica: LDB, PNE, DCN e BNCC da Educação Básica.			
OBJETIVO			
Reconhecer as políticas educacionais como pressupostos que garantem constitucionalmente o direito à educação, discutindo-as a partir do contexto político, econômico e social brasileiro como propulsoras da organização do sistema educacional brasileiro quanto aos aspectos curriculares, de gestão, de formação de professores, de avaliação e de financiamento da educação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AZEVEDO, J. M. L. de. A educação como política pública. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.			
FÁVERO, O. (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. Campinas: Autores Associados, 2005.			
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
SANDER, B. Políticas públicas e gestão democrática da educação. Brasília: Líber Livro, 2005.			
SAVIANI, D. Da Nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.			
SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DOURADO, Luis F. (org.). Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. 2.ed. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.			
DOURADO, Luis F. (org.). Políticas e Gestão da Educação no Brasil: novos marcos regulatórios. São Paulo: Xamã, 2009.			
FERREIRA, E. B. e OLIVEIRA, D. A. (orgs). Crise da Escola e Políticas Educativas. Belo			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GENTILI, Pablo.. Adeus a Escola Pública, a desordem Neoliberal, a Violência do Mercado e o Destino da Educação das Maiorias. In: GENTILI, Pablo.(org) Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

LINHARES, C.; SILVA, W. C. da. Políticas de formação de professores: limites e possibilidades colocados pela LDB para as séries iniciais do Ensino Fundamental. In: MARTINS, P.de S. O Financiamento da Educação Básica como Política Pública. Revista Brasileira de política e Administração da Educação. Porto Alegre, V. 26, 2010.

VIEIRA, S. L.; FARIAS. I. M. S. Política educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2011.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Pesquisa em Educação I	4	60
EMENTA			
Natureza e objetivos da pesquisa em educação. Concepções, métodos e instrumentos de pesquisa em educação. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. Tendências atuais da pesquisa em educação: diálogos com pesquisadoras (es). Elaboração e qualificação de projeto de pesquisa.			
OBJETIVO			
Apropriar-se dos aspectos teórico-metodológicos da pesquisa educacional e do campo da pesquisa em educação e desenvolver um projeto de pesquisa de TCC a ser submetido à banca de qualificação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.			
COSTA, Marisa V. (org.). Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			
FAZENDA, Ivani (org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. 7. ed. aum. São Paulo, SP: Cortez, 2011.			
FAZENDA, Ivani (org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2016.			
GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. A. (orgs.). Cartografias do trabalho docente: professor (a) - pesquisador (a). Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.			
THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRANDÃO, Carlos R. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.			
COSTA, Marisa V. (org.). Caminhos investigativos II: outros modos de fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			
COSTA, Marisa V.; BUJES, Maria I. E. (orgs.) Caminhos investigativos III: riscos e			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

possibilidades de pensar nas fronteiras. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

ALVES, A. J. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 81, maio, 1992. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/990>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BELEI, R. A. *et al.* O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 30, jan./jun. 2008. Disponível em: <HTTPS://DOI.ORG/10.15210/CADUC.V0I30.1770>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CORAZZA, Sandra M. Manual infame. Mas útil para escrever uma boa proposta de tese ou dissertação. **Em tese**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17851/1982-0739.22.1.95-105>. Acesso em: 11 nov. 2021.

FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GRESSLER, L. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2003.

MEKSENAS, P. **Pesquisa social e ação pedagógica**: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2003.

WELLER, W.; PFAFF, N. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II	6	90
EMENTA			
Docência nos anos iniciais (4º e 5º ano) do ensino fundamental. Aspectos teórico-metodológicos do ensino nos anos iniciais. Currículo e aspectos didático-pedagógicos nos anos iniciais. Intervenção pedagógica: planejamento, vivência e produção de relatório crítico-reflexivo. Produção de escritas reflexivas sobre a experiência de estágio. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.			
OBJETIVO			
Protagonizar a prática didático-pedagógica com crianças do 4º ou 5º ano do Ensino Fundamental vivenciando-a como investigação teórico-prática.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BITTENCOURT, Zoraia Aguiar (Et al). A compreensão leitora nos anos iniciais : reflexões e propostas de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.			
FERREIRA, Andréa T. B; ROSA, Ester C. de S. O fazer cotidiano na sala de aula : a organização do trabalho pedagógico no ensino da língua materna. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.			
LATERMAN, Ilana; AGOSTINHO, Kátia Adair (Org.). Perspectivas do estágio curricular na formação docente : educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Florianópolis: NUP - Núcleo de Publicações, 2017.			
SILVA, Rovilson J. da S. ; OLIVEIRA, Sandra R. F. (orgs). Formação docente para os			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

anos iniciais do ensino fundamental: estágio e pesquisa. Curitiba: CRV, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores.** São Paulo: Avercamp, 2006.
KLEIMAN, Angela (Org.). **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012
VICKERY, Anitra. **Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental.** Porto Alegre: Penso, 2016 (Minha biblioteca)

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Políticas educacionais e curriculares para educação infantil e anos iniciais	4	60

EMENTA

Fundamentos históricos, políticos e pedagógicos da Educação Infantil como direito da criança. Políticas para a Educação Infantil no Brasil em diferentes contextos (urbanos, rurais, indígenas, quilombolas): influências nacionais e internacionais. Políticas de formação de professores para a Educação Infantil. Propostas curriculares em Educação Infantil: bases teóricas e metodológicas. Legislação e orientações governamentais para a Educação Infantil. Financiamento da Educação Infantil.

OBJETIVO

Compreender as políticas de Educação Infantil como propulsoras para as propostas pedagógicas de sistemas de ensino e de escolas em todas as modalidades de educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa. **Educação infantil:** discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em:
<http://www-periodicos-capesgovbr.ez45.periodicos.capes.gov.br/>

ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre:** imagens e autoimagens. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para educação infantil.** Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2010. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf

BRASIL, **Resolução CNE/CEB Nº 5 de 17 de dezembro de 2009.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

BUJES, Maria I. Edelweiss. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito da criança de 0 a 6 anos à educação. 2006.

BRASIL. **Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe da Lei do Marco Legal para a Primeira Infância. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm

BRASIL, **Parâmetros nacionais de qualidade da Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica, Ministério da Educação, 2018. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=141451-public-mec-web-isbn-2019-003&category_slug=2020&Itemid=30192

BRASIL, **Parecer CNE/CEB Nº 18 de 15 de setembro de 2005**. Orientações para a matrícula das crianças de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental obrigatório, em atendimento à Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, que altera os Arts. 6º, 32 e 87 da Lei nº 9.394/1996 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb018_05.pdf

BRASIL, **Parecer CNE/CEB Nº11, de 7 de julho de 2010**. Diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192

ARAÚJO, Vania C. de et al. **Educação Infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas**. Ministério da Educação, Vitória: EDUFES, 2015. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32831-seb-educacao-infantil-em-jornada-de-tempo-integral-pdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192

FRANCISCHINI, R.; SILVA, C. V. M. O surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil. *Práxis Educacional*, v. 8, n. 12, p. 257-276, 2012.

KUHLMANN JR, M. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 5-18, 2000.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Pesquisa em Educação II	4	60
EMENTA			
Planejamento da pesquisa. Elaboração do relatório de pesquisa em forma de artigo científico ou texto monográfico. Defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso. Incorporação das contribuições da banca e entrega do texto final.			
OBJETIVO			
Desenvolver o projeto de pesquisa e a elaboração de relatório final sob a orientação de professora (or) e proceder a defesa pública.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ANDRÉ, Marli (org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2007.
- MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas (SP): Pontes, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- ANDRÉ, M. Pesquisa sobre formação de professores: síntese do II Simpósio de grupos de pesquisa do GT8 da ANPED. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 152-159, Ago/Dez, 2010. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/24>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.
- ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- HACKING, J. **Tudo sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.
- COELHO, E. P. **Pedagogia da correspondência: Paulo Freire e a educação por cartas e livros**. Brasília: Liber Livro, 2011.
- FAZENDA, I. C. A.; SEVERINO, A. J. **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 7. ed. aum. São Paulo: Cortez, 2010.
- FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GONÇALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 4. ed. Campinas, SP: Alínea, 2007.
- MARQUES, M. O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 4. ed. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2001.
- SOUZA, M. L. **Histórias de professores de química em rodas de formação em rede: colcha de retalhos tecida em partilhas (d)e narrativas**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2011.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH292	História da Fronteira Sul	4	60
EMENTA			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.

OBJETIVO

Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura das Ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

AMADO, Janaína. **A Revolta dos Mucker**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

AXT, Gunter. **As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v.

CEOM. **Para uma história do Oeste Catarinense**. 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.

GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). **O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicurí, 2010.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: UNICAMP, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

NOVAES, Aduino (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Pioneira, 1976.

PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.

SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas**: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.

_____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado**: a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS238	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	4	60
EMENTA			
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, Miguel. Agroecologia : a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.			
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 2004.			
BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.			
FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização . Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.			
HARVEY, David. Espaços de Esperança . São Paulo: Loyola, 2004.			
HUNT, E. K. História do pensamento econômico : uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.			
MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

ambiente. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável.** 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. **Revista Estudos Avançados,** USP, v. 21, n. 59, 2007.

SANTOS, Milton. **1992:** a redescoberta da natureza. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALIER, Jean Martinez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular.** Blumenau: Edifurb, 2008.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Sociedade e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx, materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem.** 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IANNI, O. **Estado e capitalismo.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. **Crítica Marxista,** São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx.** Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações:** Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações. Curitiba: Hermes, 2001.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
--------	-----------------------	----------	-------

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

	Seminário de estudos integradores e práticas interdisciplinares: avançado	2	30
EMENTA			
Experiências formativas (educacional e pedagógica) docente no âmbito internacional, nacional e regional, que levem em consideração os novos modelos de escolarização e de currículo, baseados na ação dialógica e interativa, a partir do reconhecimento e como cuidado de si e dos outros.			
OBJETIVO			
Vivenciar temáticas e problemáticas temáticas e problemáticas em nível avançado em relação à articulação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura como prática social e incluindo considerando os elementos fundamentais para o exercício da docência de pedagogos/as de maneira crítica, criativa e investigativa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CANDAUI, Vera Maria (Org.). Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa. Enciclopédia Nacional de Didática e Prática de Ensino. Rio de Janeiro: DP & A, 2000. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013. MARTINS, Pura Lúcia Oliver. A didática e as contradições da prática. Campinas-SP: Papirus, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANDAUI, Vera Maria. Magistério: construção cotidiana. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Mc LAREN, Peter. Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gênero na educação. Tradução de Juracy C. Marques; Ângela M. B. Biaggio. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. MOLL, Jaqueline (Org.). Educação de Jovens e Adultos. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.			

8.17.1 Componentes curriculares optativos

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Sistema Braille: métodos e técnicas para leitura e escrita	02	30
EMENTA			
O ensino para cegos e deficientes visuais. Sistema Braille: histórico e sua importância. Escrita e Leitura no Sistema Braille: alfabeto, sinais de pontuação e simbologia matemática básica. Noções de Orientação e Mobilidade e Atividades da vida diária.			
OBJETIVO			
Incentivar a difusão e conhecimento do Sistema Braille, instrumento de comunicação da pessoa com deficiência visual na perspectiva da inclusão social.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MAZZOTTA, Marcos José Silveira. - Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas. 3ª ed- São Paulo: Cortez, 2001.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Deficiência visual- reflexão sobre a prática pedagógica. São Paulo: Laramara, 1997.
 Grafia Braille para a Língua Portuguesa, 2ª edição. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.
 Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille, 2ª edição. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. 2. ed. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006b.
 LEMOS, E. R.; CERQUEIRA, J. B. O Sistema Braille no Brasil. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n. 2, p. 13-17, 1996.
 CERQUEIRA, J. B. Louis Braille: um benfeitor da humanidade. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, v. 15, p. 5-11, 2009a. Edição especial. O legado de Louis Braille. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, v. 15, p. 25-37, 2009b. Edição especial.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA454	Relação pedagógica na perspectiva da biologia do amor	02	30
EMENTA			
A Biologia do Amor na perspectiva de Humberto Maturana e o entrelaçamento de suas proposições com a Educação.			
OBJETIVO			
Conhecer as proposições de Humberto Maturana e sua contribuição para a educação, o ensino e aprendizagem de línguas; promover uma reflexão sobre as proposições de Humberto Maturana; promover uma reflexão sobre a cultura da competição predominante nas nossas relações e na escola; promover uma reflexão sobre os direitos humanos e a cultura da paz; promover espaço de interação colaborativa, não competitiva; mediação intercultural; educação a partir dos trópicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARCELOS, Valdo. Uma educação nos trópicos: contribuições da Antropofagia Cultural Brasileira. Rio de Janeiro. VOZES, 2013. MATURANA, Humberto. Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. MATURANA, Humberto. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. MATURANA, Humberto. Transformación en la convivencia. Buenos Aires: Granica, 2014. MATURANA, Humberto; REZEPKA, Sima Nisis. Formação humana e capacitação. Petrópolis: Vozes, 2008. MATURANA, Humberto; VERDEN-ZOLLER, Gerda. Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Athena, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BARCELOS, Valdo; MADERS, Sandra. Humberto Maturana e a Educação: educar no amor e na liberdade. Caxias: Santa Maria, 2016. DEMO, Pedro. Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento. São			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Paulo: Atlas, 2011.
MARIOTITI, Humberto. Pensamento complexo: suas aplicações à liderança, à aprendizagem, ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2010.
MATURANA, Humberto. A Ontologia da realidade. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.
MATURANA, Humberto. El sentido de lo humano: comunicaciones nordeste: Chile, 1997.
MATURANA, Humberto. La objetividade: um argumento para obligar. J.C Sáez Editor, Santiago (Chile), 1993.
MATURANA, Humberto; D'Avila, Ximena. Educación desde la matriz biológica de la existencia humana: biología del conocer y biología del amar. Chile 2005. Disponível em: http://portal.educ.ar/noticias/img/generales/viejas/sentidos_educacion_ponencia_humberto_maturana.pdf
PELLANDA, Nize Maria Campos. Maturana & a educação. Autêntica: Belo Horizonte, 2009.
SCHLICHTING, H.; BARCELOS, Valdo. Humberto Maturana: amar...verbo educativo. EDUNISC: São Cruz do Sul, 2012.
VARELA, F.G; THOMPSON, E. ROSCH E. A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana. Artmed: Porto Alegre, 2003.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA455	ESPAÑHOL PARA CRIANÇAS	02	30
EMENTA			
O Ensino da língua espanhola para crianças dos anos iniciais do ensino fundamental através de uma perspectiva lúdica de aquisição/aprendizagem da língua.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir as principais teorias da aprendizagem que embasam o ensino de línguas para crianças; diferenciar e organizar propostas de ensino em contextos de aprendizagem e em contextos de aquisição de Língua espanhola; bilinguismo; oralidade e ensino de línguas; o lúdico no ensino de língua estrangeira.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AMARAL, Nívia Figueiredo. O ensino de línguas estrangeiras na formação integral das crianças – Abordagem antropológica. In: Leffa, Vilson (org.). O Professor de Línguas : construindo a profissão. 2. ed. Pelotas: EDUCAT, 2006. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua estrangeira. MEC: DF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf FIGUEIRA, C. D. S. Crianças alfabetizadas aprendendo línguas estrangeiras. Brasília, DF. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 112 p. ROCHA, Cláudia Hilsdorf; TONELLI, Juliana R Assunção; SILVA, Kleber Ap da (org.) Língua estrangeira para crianças: ensino-aprendizagem e formação docente . Pontes: São Paulo, 2010. v. 7. TONELLI, Juliana Reichert Assunção; CHAGURI, Jonathas de Paula. O jogo nas aulas de língua estrangeira para crianças. Vertentes & Interfaces I: Estudos Linguísticos e Aplicados. Fólio – Revista de Letras Vitória da Conquista v. 6, n. 2 p. 167-187 jul./dez. 2014. Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/folio/article/view/4560 TONELLI, Juliana Reichert Assunção; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. O papel dos cursos de Letras na formação de professores de inglês para crianças. Calidoscópico v. 8, n. 1, p. 65-76, jan/abr 2010. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/download/159/15 .			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LINGUEVIS, A. M. Vamos ouvir a voz das crianças sobre aprender inglês na educação infantil! In: J.R.A. TONELLI; S.G.M. RAMOS (org.). O ensino de LE para crianças: reflexões e contribuições. Londrina, Moriá, 2007.

SANTOS, Maria Cristina Blanco. La enseñanza de español como lengua extranjera en educación infantil. In: Frecuencia L, Março de 2001.

SCAFFARO, A. P. O uso da atividade de contar histórias como recurso na retenção de vocabulário novo na língua inglesa com crianças na fase pré-escolar. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 117 p., 2006.

SCHEIFER, C. L. Ensino de língua estrangeira para crianças: entre “o todo” e “a parte”: uma análise da dinâmica das crenças de uma professora e de seus alunos. Pelotas, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pelotas, 132 p., 2008.

SHIMOURA, A. S. Projeto de formação de professores de inglês para crianças: o trabalho do formador. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 206 p., 2005.

SUÁREZ, José Luis Parga. Acerca de la enseñanza de Español como lengua extranjera en la clase de infantil III (6 años de edad). Actas del IX Seminario de Dificultades Específicas de la Enseñanza del Español a Lusohablantes. São Paulo, 2001.

SZUNDY, P. T. C. Os jogos no ensino-aprendizagem de LE para crianças: a construção do conhecimento através de jogos de linguagem. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 162 p, 2001.

TONELLI, J. R. A. Histórias infantis e o ensino da língua para crianças. In: J. R. A. TONELLI; S. G. M. RAMOS (org.). O Ensino da LE para crianças: reflexões e contribuições. Londrina, Moriá, p. 107-136, 2007.

J. R. A. TONELLI; S. G. M. RAMOS. O uso de histórias infantis no ensino de inglês para crianças: analisando o gênero textual história infantil sob a perspectiva do interacionismo sociodiscursivo. Acta Scientiarum – Language and Culture, 30(1):19-27, 2008.

VYGOTSKY, L. S. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH821	Direitos Humanos e Educação	02	30
EMENTA			
Conceito e evolução dos Direitos Humanos. Características dos Direitos Humanos. Multiculturalismo e Direitos Humanos. Direitos Humanos e cidadania. A relação entre Educação e direitos humanos na consolidação do estado democrático e da cidadania. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Políticas e ações educacionais afirmativas.			
OBJETIVO			
Conhecer e analisar os fundamentos e concepções de direitos humanos, oportunizando o conhecimento e o debate sobre a relação entre Direitos Humanos e Educação, bem como conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seus princípios e valores.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.			
GUERRA, S. Direitos Humanos: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2013.			
HAHN, P. Direitos fundamentais: desafios e perspectivas. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2010.			
MORAIS, F. I.; SILVA, A. M.M; TAVARES, C.(org). Políticas e fundamentos da educação			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

em direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2010.
 RIZZI, E.; GONZALES, M.; XIMENES, S. B. Direito humano à educação. 2 ed. Curitiba: Plataforma DhESCA Brasil, 2011.
 SILVA, E. W. da. Estado, sociedade civil e cidadania no Brasil: bases para uma cultura de direitos humanos. Ijuí: UNIJUI, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARBONARI, P. C. (org). Sentido filosófico dos direitos humanos: leituras do pensamento contemporâneo. Passo Fundo, RS: IFIBE, 2006-2013.
 EYNG, A. M. (org). Direitos Humanos e violência nas escolas: desafios e questões em diálogo. Curitiba, PR: CRV, 2013.
 NOGUEIRA, S. V. (org). Educação popular, democracia e direitos humanos: ensaios para uma pedagogia universitária interdisciplinar e transversal. Ijuí, RS: UNIJUI, 2015.
 RIFIOTIS, T.; RODRIGUES, T. H. Educação em direitos humanos: discursos críticos e contemporâneos. 2. ed. Florianópolis: Ed UFSC, 2010.
 SARLET, I. W. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2011.
 SCAVINO, S; CANDAU, V. (org). Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas. Petrópolis: DP et ali, 2008.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH818	EDUCAÇÃO E ESTUDOS SOCIOLÓGICOS	02	30

EMENTA

Educação como processo social. Educação e integração/manutenção da ordem social. Educação e relações de classe. Educação e Racionalidade Instrumental/burocracia/dominação. Educação e Reprodução. Educação e emancipação. Ideologia e Educação. Autopoiese e Educação. Educação e desigualdade. Educação e contingência. Educação e ação. Educação e complexidade.

OBJETIVO

Compreender as contribuições das ciências sociais à análise da educação enquanto processo social, construído em contextos específicos e a partir da interação de sujeitos concretos

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOURDIEU, Pierre. A Reprodução. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
 BOURDIEU, P.; CATANI, A. M (Org). Escritos de educação. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
 DEMO, P. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2002
 FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
 FRIGOTTO, G.; GENTILI, P. (Orgs). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.
 GIMENO SACRISTÁN, J.; ROSA, E. Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COSTA, M. C. C. Sociologia, introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2010.
 FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 2010.
 GOHN, M. da G. M.. Movimentos sociais e educação. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

MEKSENAS, P. Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Loyola, 1995.
MELLO, G. N. de. Cidadania e competitividade, desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo: Cortez, 2000.
MORIN, E. Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2002.
NOGUEIRA, M. A., CATANI, A. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2012.
ORTIZ, R. (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho D' Água, 2013.
PERRENOUD, P. A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Práticas e ludicidade na sala de aula	02	30
EMENTA			
Produzir e criação de jogos lúdicos. Importância de métodos pedagógicos utilizados no ensino. Importância da Brinquedoteca na escola. Exploração de atividades práticas para os diferentes conteúdos. Organização de atividades lúdico pedagógicas de acordo com as diversas fases do ensino. Criação e testagem das diferentes propostas de jogos e brinquedos didáticos referentes ao ensino. Avaliação das propostas didáticas.			
OBJETIVO			
Organizar atividades lúdicas pedagógicas de acordo com as diversas fases do ensino e propostas de jogos para o ensino na educação infantil e séries iniciais			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FORTUNA, T. R. Formando professores na Universidade para brincar. In: SANTOS, S. M. P. dos (Org.). A ludicidade como ciência. Petrópolis: Vozes, 2001.			
KISHIMOTO, T. M. O Jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Pioneira, 1998.			
MANTOAN, M. T. E. (org). O desafio das diferenças nas escolas . 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.			
LOPES, M. da G. Jogos na Educação: Criar Fazer Jogar. São Paulo: Cortez, 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CHASSOT, A. I. Alfabetização Científica: questões e desafios para a educação. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2001.			
FARIAS, R. F. História da Alquimia. Campinas, SP: Átomo, 2007.			
HUIZINGA, J. Homo ludens: O jogo como elemento de cultura. Trad. J. P. Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 1980.			
OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sociohistórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2001.			
TEZANI, T. C. R. O jogo e os Processos de Aprendizagem e Desenvolvimento: Aspectos Cognitivos e Afetivos. Mostra das Produções Científicas Fênix. Faculdade Fênix de Bauru, 2004. v. 1. Disponível em: < http://www.profala.com/artpsico38.htm >.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	A Pedagogia em espaços não escolares	02	30
EMENTA			
Processos educativos em instituições não escolares e movimentos sociais. O papel do/a pedagogo/a na articulação do conhecimento e das ações no âmbito da sociedade civil organizada. A práxis pedagógica da educação popular na educação não escolar.			
OBJETIVO			
Reconhecer a atuação do/a pedagogo/a em espaços não escolares como uma intervenção social que desenvolve processos educativos com sujeitos e realidades diversas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
STRECK, Danilo R. et al. Educação popular e docência . São Paulo: Cortez, 2014. GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. GOHN, Maria da Graça. Movimentos sociais e educação. 8.ed. São Paulo: Cortez,			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GOHN, Maria da Glória. A educação não-formal e a relação escola-comunidade. EccoS, São Paulo, v. 6,n. 2, p. 39-65, 2014. STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Educação popular: lugar de construção social coletiva . Petrópolis, RJ: Vozes, c2013. BAKHTIN, M. M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais . 7. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2010			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	A Pedagogia e a educação do campo	02	30
EMENTA			
A educação no campo: história e lutas. Cultura do campo e currículo da escola no campo.			
OBJETIVO			
Compreender a cultura do campo e propor currículos voltados a essa realidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por uma Educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. CALDART, Roseli Salete. Caminhos para transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo . São Paulo, SP: Expressão Popular, 2015. GHEDINI, Cecília Maria. A produção da educação do campo no Brasil: das referências históricas à institucionalização . Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017. SOUZA, Antônio J. de; SOUZA, Heron F. Educação no/do campo: entre o concebido, percebido e vivido . Curitiba: CRV, 2020.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

SOUZA, Maria Antônia de, (Org.). **Escolas públicas no/ do campo:** letramento, formação de professores e prática pedagógica. Curitiba: UTP, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FRANTZ, Walter; GERHARDT, Milton César; AMARAL, Antonio Gonçalves do (Org.). Ações e experiências educativas no campo da educação popular. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2017.

ODY, Leandro Carlos; MOHR, Matheus Fernando (Org.). Educação e agroecologia: interfaces entre o popular e o científico. Curitiba, PR: CRV, 2021.

VENDRAMINI, Célia Regina; AUED, Bernardete Wrublevski. Educação do Campo: desafios teóricos e práticos. Florianópolis: Editora Insular. 2009.

ROCHA, Maria Isabel Antunes. MARTINS, Maria de Fátima Almeida. MARTINS, Aracy Alves. (Org). **Territórios educativos na educação do campo:** escola, comunidade e movimento social. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2012.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	O ensino colaborativo: práticas pedagógicas em sala de aula	02	30

EMENTA

Conceitos de Inclusão Escolar e Colaboração; A inclusão escolar e os novos papéis na escola; Ensino colaborativo; Análise do Trabalho Colaborativo; Formação de profissionais e estudo curricular como estratégias para a construção de escolas inclusivas; produção de materiais para as práticas inclusivas.

OBJETIVO

Compreender os discursos sobre a educação especial e educação inclusiva, destacando aspectos históricos, políticos, psicológicos, socioculturais e pedagógicos e analisar as diretrizes políticas e pesquisas acerca da educação especial em uma perspectiva inclusiva e as contribuições/desafios para os professores/práticas educativas para a formação de professores a partir de um ensino colaborativo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ASSIS, C. P. Mendes, E. G., & Almeida, M. A. **Ensino colaborativo:** um relato de experiência sobre o desenvolvimento de parceria colaborativa. Educere et Educare, 6(11), 1-15, 2011.

GÓES, M. C. R. de; LAPLANE, Adriana Lia F. de (org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva.** 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MENDES, E. G. Inclusão escolar com colaboração: unindo conhecimentos, perspectivas e

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

habilidades profissionais. In: ARAUJO, R. M.; PIRES, J.; PIRES, G. N. L. (Orgs.). **Políticas e práticas educacionais inclusivas**. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

MENDES, E.G; VILARONGA, C. A. R; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: UFSCar, 2014.

STAINBACK Suzan; STAINBACK, William. **Inclusão - um guia para educadores**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1999.

ZIESMANN, Cleusa I.; BATISTA, Jeize. F. (Org.) ; LEPKE, Sonize. (Org.) . **Formação humana, práticas pedagógicas e educação inclusiva**. 1. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2019.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARVALHO, Rosita E. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C. **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

ZIESMANN, Cleusa I.; THOMAS, Isabel F . **Os desafios dos processos formativos dos professores inclusivos**: práticas pedagógicas dos docentes na Educação Básica. Rev. Triângulo, v. 13, p. 97-109, 2020.

ZIESMANN, Cleusa I.; BATISTA, Jeize. F. (Org.) ; DANTAS, Nozângela. M. R. (Org.) . **Educação inclusiva e formação docente**: olhares e perspectivas que se entrelaçam. 1. ed. Campinas- SP: Pontes Editores, 2020. v. 1. 378p .

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Pluralidade Linguística na escola	2	30
Ementa:			
Monolingüismo, bilingüismo e plurilingüismo; interculturalidade e transculturalidade; línguas de fronteira/contacto; línguas de imigração e de acolhimento; educação bilíngue; políticas linguísticas e políticas públicas; formação docente crítico-reflexiva para contextos plurilíngues.			
Objetivo:			
Refletir sobre o espaço da escola e da sala de aula como um espaço plural em termos linguísticos. Olhar para os espaços escolares e suas diversidades culturais, para a presença e a valorização das línguas (língua materna, segundas línguas, línguas adicionais, etc) em diferentes contextos/situações (fronteira, imigrações, refugiados, etc); Analisar as políticas públicas em torno das questões linguísticas da/na escola. Conceituar e refletir a luz de teóricos da área questões em torno de: língua nacional, língua adicional, línguas minoritárias,			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

línguas indígenas, línguas hegemônicas; línguas de herança, línguas estrangeiras, etc. Apagamento/invisibilidade das línguas nacionais.

Referências Básicas:

CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed. 68. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

TAKAKI, Nara; MACIEL, Ruberval. **Letramentos em Terra de Paulo Freire**. Campinas: Pontes, 2014.

UNESCO. **Políticas para a primeira infância**. Brasília: Unesco, 2005.

UYENO, Elzira; CAVALLARI, Juliana. **Bilinguismos: subjetivação e identificações nas/pelas línguas maternas e estrangeiras**. Coleção INPLA Vol. 9. Campinas: Pontes, 2011.

Referências Complementares:

ASSIS-PETERSON, A. A.; GONÇALVES, M. O. C. Qual é a melhor idade para aprender Línguas? Mitos e Fatos. *Contexturas- Ensino Crítico de Língua Inglesa*. 5: 11-27, 2000/2001.

BARCELOS, Ana Maria F. (Org.). **Linguística aplicada: reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e língua estrangeira**. Campinas: Pontes, 2011.

BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº 2 de nove de julho de 2020. Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=156861-pc-eb002-20&category_slug=setembro-2020-pdf&Itemid=30192.

LIBERALI, Fernanda. **Formação crítica de educadores: questões fundamentais**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2015.

MAGALHÃES, Maria Cecília (Org.) **A formação do professor como um profissional crítico: linguagem e reflexão**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MELLO, H. A. B. **Educação bilíngue: uma breve discussão**. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n.1, p. 118-140, 2010.

MEGALE, Antonieta Heyden. **Bilinguismo e educação bilíngue: discutindo conceitos**. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*. Mato Grosso do Sul. v. 3, n. 5, s./p. ago. 2005. Disponível em: . Acesso em: 30 maio 2018.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.

NICHOLAIS, Christine; SILVA, Kleber; TILIO, Rogerio; ROCHA, Claudia (Orgs.). Política e políticas linguísticas. Campinas: Pontes/ALAB, 2013.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A língua estrangeira para crianças: um tema no mínimo ambíguo**. In: ROCHA, Cláudia; TONELLI, Juliana; SILVA, Kleber (Org.). Língua Estrangeira para crianças: ensino-aprendizagem e formação docente. Campinas: Pontes Coleção INPLA, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Introdução à educação a distância	02	30
EMENTA			
Histórico, fundamentos e regulamentações sobre a EAD. Mediação pedagógica na modalidade EAD, ambientes virtuais de aprendizagem e seus recursos didáticos para o ensino preferencial para crianças e jovens. Comunidades educativas por acesso remoto, com enfoque nas práticas de comunicação, colaboração e interação individuais e coletivas.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de aprendizagem em ambientes virtuais de ensino para crianças e jovens, com ênfase em suas dimensões de historicidade, fundamentos, regulações e mediações pedagógico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Marcos (orgs.). Educação a distância : o estado da arte, volume 2. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.			
PRIMO, Alex. Interação mediada por computador : comunicação, cibercultura, cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.			
ROMMEL, Melgaço Barbosa. Ambientes Virtuais de Aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
COSTA, Cristina. Educação, imagem e mídias . São Paulo: Cortez Editora, 2005.			
PALLOFF, Rena M; PRATT, Keith. O aluno virtual : um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004.			
VALENTE, Germando, BUSTAMANTE, Sílvia Branco V. Educação a distância : prática e formação do professor reflexivo. São Paulo: Avercamp, 2009.			
BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista; COUTINHO, Clara Pereira (Org.). Educação on-line : conceitos, metodologias, ferramentas e aplicações. Curitiba: CRV, 2012.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

--

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Arte, educação, didáticas e metodologias ativas	02	30
EMENTA			
A construção do conhecimento e as especificidades das linguagens teatral, musical e estética nos currículos funcionais e adaptados. Os jogos teatrais e a expressão musical na educação escolarizada e nas práticas de inclusão com crianças e jovens. O conceito de artes visuais e suas modalidades inseridas: pintura, desenho, modelagem, fotografia e vídeo.			
OBJETIVO			
Aproximar Arte, Didáticas e Metodologias Ativas na formação ao magistério, valorizando trabalhos educativos e pedagógicos com comunidades escolares.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBOSA, A. M. (org.) Inquietações e mudanças no ensino da arte . São Paulo. Cortez, 2012.			
FERREIRA, Aurora. Arte, Escola e Inclusão . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			
SEBACH, Simone. Arte e Didática . Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANTUNES, Celso. Jogos para bem ensinar . Fortaleza: Imeph, 2009.			
BARBOSA, Ana Mae. Arte/Educação Contemporânea . São Paulo: Cortez, 2013.			
COLI, Jorge. O que é arte? 1 ed. São Paulo. Brasiliense, 1990.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Divulgação científica na infância.	02	60
EMENTA			
A construção do conhecimento da Ciência pelo uso de diferentes instrumentos de divulgação científica: Análise de Textos publicados em Revistas de Divulgação Científica e em Desenhos Animados.			
OBJETIVO			
Compreender a Divulgação Científica como modo de potencializar o Ensino de Ciências na Educação Infantil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, Sheila de Almeida; GIORDAN, Marcelo. Práticas de Letramento mediadas pela Revista Ciência Hoje das Crianças: Cenas de Sala de Aula. In: GIORDAN, Marcelo; CUNHA, Marcia Borin. Divulgação Científica na sala de aula: Perspectivas e Possibilidades . Ijuí: Editora Unijuí, 2015. p. 213-248.			
CAMPOS, Carlos Roberto Pires. Divulgação científica e ensino de ciências: debates preliminares. Vitória: Editora Ifes, 2015, p. 64-73.			
GIORDAN, M. Computadores e linguagens nas aulas de ciências: uma perspectiva socio-cultural para compreender os significados . Ijuí: Unijuí, 2008. 328 p.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

MASSARANI, L.; MOREIRA, I. de C.; BRITO, F. (Orgs.) **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002.

MASSARANI, L. (org) **O pequeno cientista amador** - a divulgação científica e o público infantil. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, p. 59-63. 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHASSOT, A. I. **Alfabetização Científica**: questões e desafios para a educação. Ijuí, RS: Unijuí, 2001.

GOUVEA, G. A Divulgação Científica para Crianças: o caso da Ciência Hoje das Crianças. Tese do Programa de Pós-graduação em Educação, Gestão e Difusão em Biociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

ROJO. R. **O letramento escolar e os textos da divulgação científica** – A apropriação dos gêneros de discurso na Escola. Linguagens em (Dis)curso – v. 8, n. 3, p. 581-612, set/dez. 2008.

ZAMBONI, L. M. S. **Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	Indisciplinas, incivildades, conflitos e violências nas escolas	02	30

EMENTA

Conceituações de Indisciplinas, Incivildades, Conflitos e Violências. O nascimento do ódio. A transformação da raiva. Prevenção da violência na família e na escola. Construindo diálogos restaurativos. Da cultura da violência para a cultura de paz. Reforçando características da paz. Professores/as construtores/as da Paz.

OBJETIVO

Compreender as várias formas de indisciplinas, incivildades, conflitos e violências; os fatores externos e internos às famílias e às escolas e as possibilidades de construção de caminhos pacíficos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CECCON, Claudia. **Conflitos na escola**: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como lidar. São Paulo: CECIP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

DREW, Naomi. **A paz também se aprende**. São Paulo: Gaia, 1990.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os construtores da paz**: caminhos de prevenção da violência. São Paulo: Moderna, 1997.

MILANI, Feizi Masrouf (et al). **Cultura de Paz**: estratégias, mapas e bússolas. Salvador: Inpaz, 2003.

DEL PRIORE, Mary (org). **História das Crianças no Brasil**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**. RJ: Fiocruz, 1999.

BERNDT, Chistina. **Resiliência: o segredo da força psíquica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GAUTHIER, Clermont. TARDIF, Maurice (org). **A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. Caxias do Sul: Educs, 2005.

JARES, XESÚS R. **Educação para a Paz: sua teoria e sua prática**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

9 PROCESSOS PEDAGÓGICO, DE GESTÃO DO CURSO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

9.1 Os processos de gestão pedagógica

O processo pedagógico e de gestão do curso de Pedagogia - Licenciatura orienta-se pelos princípios e normas estabelecidos pela UFFS. Sob essa orientação, deverá conceber a instituição escolar e seus sujeitos como co-formadores, envolvendo-os em todas as etapas dos processos formativos, na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação do projeto formativo.

Caberá à coordenação do curso, junto ao Colegiado, a realização de reuniões para planejamento e avaliação permanente do curso. Além do Colegiado, destaca-se na gestão do curso o Núcleo Docente Estruturante, composto por docentes que atuam no curso, com a função consultiva à coordenação de curso e responsável pelo processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do curso.

9.1.1. Do Colegiado de Curso

E, de acordo com a Resolução nº 2/CONSUNI/CGAE 2017, constituem diretrizes de gestão pedagógica em termos de Colegiado de Curso:

I - A organização colegiada, envolvendo representantes da comunidade acadêmica e da comunidade regional (quando for o caso), executada por um coordenador e seu adjunto, cuja composição e atribuições encontram-se definidas no Regulamento de Graduação;

II - A preocupação com a qualificação do planejamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, vinculados aos princípios da formação

docente e aos saberes necessários ao exercício profissional na Educação Básica pública em sua respectiva área do conhecimento;

III - A intensificação das atividades de planejamento e de avaliação nos colegiados de curso, especialmente na definição e organização da pesquisa e da extensão, da prática como componente curricular e dos estágios e na articulação destas atividades com a escola e a comunidade, com a formação continuada e com a pós-graduação;

IV - Diálogo permanente com os fóruns dos domínios curriculares e das coordenações de estágio e de TCC, com o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e com os setores e comissões específicos da universidade (SAE, Acessibilidade, PIN, etc.);

V - Ênfase nas estratégias de inserção dos novos estudantes no contexto do curso e da universidade, envolvendo os processos de socialização, de identificação de dificuldades de aprendizagem e a oferta de oportunidades de recuperação da aprendizagem;

VI - Ênfase na promoção de estratégias para o fortalecimento da relação com os egressos e que contribuam com a qualificação da formação inicial e a organização das ações voltadas para a formação continuada.

Em especial, o Colegiado do Curso será composto de acordo com o regulamento da Graduação vigente e o regimento interno do Curso e tem a função de deliberar sobre todas as decisões no que se refere ao processo político-pedagógico e ao planejamento do Curso. Cabe ao Colegiado propor ações necessárias à qualificação do processo de ensino e aprendizagem, promover a interdisciplinaridade e exercer as atribuições conferidas pelas normatizações institucionais.

9.1.2. Do Núcleo Docente Estruturante

Constituem-se diretrizes de gestão pedagógica dos cursos de licenciatura no âmbito dos Núcleos Docentes Estruturante:

I - Acompanhamento, avaliação e proposição de ações que subsidiem as decisões do colegiado e qualifiquem a proposta pedagógica e os processos formativos do respectivo curso;

II - Acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e a avaliação de suas relações com o perfil profissional, o reconhecimento do público-alvo, os problemas de evasão e retenção, entre outros, no âmbito do Projeto Pedagógico do Curso;

III - Integração com os demais NDEs dos cursos de licenciatura ofertados em um mesmo *campus*, entre os cursos de uma mesma área do conhecimento ofertados em *campi* distintos e entre o conjunto das licenciaturas da Instituição.

9.1.3 O planejamento das atividades docentes

Para o processo de planejamento docente, a UFFS disponibiliza o Plano Anual de Atividades (PAA), que é preenchido anualmente pelos docentes do curso e encaminhado para análise da Coordenação Acadêmica, sendo, posteriormente, homologado no Conselho de Campus. Nesse documento, o professor descreve detalhadamente as suas atividades referente aos seguintes itens: atividades de ensino, de pesquisa e extensão, capacitação docente, atividades de administração/gestão universitária, atividades em colegiados e comissões temporárias.

Além desse planejamento geral, há o planejamento semestral de cada componente curricular, apresentado pelo docente no Plano de Ensino desenvolvido para cada um dos componentes curriculares que ministrará durante o semestre, composto pelos seguintes elementos: objetivo do curso, ementa, justificativa do componente curricular, objetivos geral e específicos, conteúdos programáticos e respectivos procedimentos didáticos, avaliação, referências bibliográficas básicas e complementares. O Plano de Ensino é apresentado pelo professor do componente curricular ao colegiado do Curso, que tem a incumbência de aprová-lo.

O Curso de Pedagogia - Licenciatura organiza-se pedagogicamente observando focos formativos que concentram uma ou duas fases, ao longo do curso. Estes focos formativos se constituem transversalmente nos CCRs impulsionando o planejamento pedagógico e compõem os *Seminários de Estudos Integradores e Práticas Interdisciplinares*, conforme explicitado no item 8.1 deste documento.

9.2 Sistema de avaliação do ensino e aprendizagem

A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem do Curso de Pedagogia -Licenciatura observará as orientações legais vigentes em âmbito institucional e dar-se-á em dinâmica processual, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos em diálogo com os propósitos formativos do curso. A avaliação como processo é contínua, pois resulta no acompanhamento efetivo do professor durante o processo de construção de conhecimento pelo estudante.

A avaliação vincula-se, portanto, ao cotidiano do trabalho pedagógico e não apenas aos momentos especiais de aplicação finais de instrumentos avaliativos específicos. Há que se considerar a quantidade de forma qualitativa, pois: “a quantificação deve transformar-se em

qualificação, isto é, numa apreciação qualitativa dos resultados verificados” (LIBÂNEO, 1994, p. 200). Nessa direção busca-se contemplar uma avaliação: i.) que abrange as diferentes dimensões da formação; ii.) diagnóstica, no sentido de indicar novos caminhos aos docentes e estudantes; iii.) emancipatória, como processo de acompanhamento da construção de conhecimento realizado pela estudante; iv.) solidária e democrática, no sentido de promover a participação individual (do/a estudante) e coletiva (do grupo).

Para tanto, os docentes farão avaliações periódicas da aprendizagem dos/as estudantes e, sempre que necessário, estudos de recuperação para possibilitar a aprendizagem, em relação aos componentes curriculares sob sua responsabilidade, obedecendo ao disposto nos regulamentos da Universidade, utilizando os processos que considerarem mais adequados e que estejam em diálogo junto ao colegiado de Curso.

10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação da qualidade do Curso de Pedagogia - Licenciatura e do desempenho dos estudantes dar-se-á, prioritariamente, pela Avaliação Institucional. Essa avaliação, na UFFS, é desenvolvida por três processos, a saber:

a) Avaliação externa: realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das auto avaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnicos administrativos) envolvidos nas atividades semestrais;

a) Avaliação interna: também denominada de auto avaliação será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de auto avaliação institucional, propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no Curso de Pedagogia - Licenciatura e o desempenho dos estudantes;

c) Auto avaliação do Curso: coordenada pela Comissão de Auto Avaliação do Curso

(CAAC), tal instância do processo avaliativo contempla a participação dos docentes e discentes de modo a averiguar o andamento do curso em diferentes aspectos inerentes ao PPC, com objetivo de subsidiar o próprio replanejamento das atividades pedagógicas, a partir da avaliação do corpo docente, corpo discente, da estrutura física em que são realizadas as atividades acadêmicas, das atividades curriculares complementares e das relações do curso com a comunidade universitária e externa. Tal estratégia de auto avaliação será realizada anualmente, sob coordenação da Comissão de Auto Avaliação do Curso, composta por, pelo menos, dois membros do Colegiado de Curso, por discentes das diferentes fases do curso e pela Coordenação do Curso de Pedagogia - Licenciatura. O processo de auto avaliação do Curso será realizado por meio de coleta de dados e através de formulários eletrônicos e de seminários de avaliação com a participação de discentes, docentes e de convidados da comunidade universitária e externa. Após a obtenção dos resultados finais do processo de auto avaliação do Curso de Pedagogia - Licenciatura, a Comissão de Auto avaliação elabora um relatório sobre o processo de avaliação, a ser apreciado pelo Colegiado de Curso. Ressalta-se, ainda, que a participação de docentes e de discentes é facultativa.

No conjunto, esses processos avaliativos constituem um sistema que permite a visualização integrada das diversas dimensões enfocadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos à reflexão, à análise e aos planejamentos institucional e do curso, assim como o replanejamento das ações, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo Curso de Pedagogia – Licenciatura.

11 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

Observadas as orientações legais para a docência em nível superior, o professor do Curso de Pedagogia – Licenciatura deve, obrigatoriamente, ser aprovado em Concurso Público de provas e títulos, correspondendo à titulação mínima estabelecida na legislação vigente. Em termos mais específicos, o perfil docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFFS – *Campus* Cerro Largo deve estar pautado nas seguintes características: a) formação *stricto sensu* em uma das áreas de conhecimento que compõem a matriz curricular do curso; b) capacidade de articular a prática aos conhecimentos teóricos que dizem respeito à formação de professores; c) visão crítica da realidade e das necessidades da educação contemporânea; d) capacidade de mobilizar o discente para uma ação prático-reflexiva no processo de ensino e aprendizagem e no contexto social no qual está inserido; e) capacidade de interagir, dialogar,

propor questionamentos, socializar conhecimentos e examinar criticamente saberes, atentando inclusive para a articulação dos três domínios formativos do currículo; f) capacidade de propor, fomentar e realizar práticas interdisciplinares com o intuito de articular diferentes saberes e práticas; g) competência para orientar os discentes nas diversas atividades desenvolvidas na UFFS, sejam elas de ensino, de pesquisa ou de extensão, relacionando teoria e prática; h) capacidade de articular atividades de pesquisa, ensino e extensão; i) domínio de novas tecnologias pertinentes aos processos de ensino e de aprendizagem; j) busca constante de qualificação profissional e formação continuada.

O docente envolvido no projeto da UFFS, instituição pública e popular, é um mediador do processo de aprendizagem e deve observar o compromisso social em sua atividade profissional. O pressuposto básico, no contexto curricular institucional, é de que não é possível tratar satisfatoriamente a problemática educacional e a escolarização, sem fazer considerações acerca de sua historicidade e vinculação com fenômenos sociais e culturais mais amplos. Por isso, o entendimento e a sensibilidade acerca da realidade sociocultural da Mesorregião da Fronteira Sul, do Noroeste Rio Grandense e da Região das Missões, assumem papel de destaque, pois os docentes estarão vinculados a uma realidade concreta e que se expressa no conjunto dos estudantes do próprio Curso.

Neste sentido, a gestão do curso observará com cuidado a política de formação profissional para a docência universitária em âmbito institucional e por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), poderá mobilizar o coletivo docente, priorizando a sua participação ativa em processos formativos voltados à qualificação da ação educativa no Curso, e visando o aperfeiçoamento didático-pedagógico por meio de eventos e atividades de atualização que auxiliem na qualificação da prática docente, bem como no desenvolvimento das atividades correlatas de ensino, pesquisa e extensão.

12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

Nesta parte, apresenta-se a relação dos docentes, sua vinculação aos Componentes Curriculares, titulação, carga horária e Súmula do *Curriculum Vitae*.

12.1 Docentes do Campus Cerro Largo que atuam no curso

Quadro 12: Docentes do Campus Cerro Largo que atuam no Curso de Pedagogia - Licenciatura

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Componente Curricular	Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Súmula do currículo
1ª. Fase				
Educação e Formação de professores	Neusete Machado Rigo	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia/FAFI Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação/UFSM
Informática Básica	DComum			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Introdução ao Pensamento Social	DComum			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
História da Educação Brasileira	Deniz Alcione Nicolay			Graduação: Pedagogia/UFRGS Mestrado: em Educação/UFRGS Doutorado: em Educação/UFRGS Pós-doutorado/UFRGS
Organização do Trabalho Pedagógico Escolar: Gestão, Coordenação e Orientação Educacional	Sandra Vidal Nogueira	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia /PUCSP Mestrado: em Educação/PUCSP Doutorado: em Educação/PUCSP Pós-doutorado em Direito/ URI
Seminário de Estudos integradores e práticas interdisciplinares: introdutório	Neusete Machado Rigo	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia/FAFI Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação/UFSM
2ª. Fase				
Temas contemporâneos e Educação	DConexo			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Teorias do Currículo: conhecimento e cultura	Sandra Vidal Nogueira	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia /PUCSP Mestrado: em Educação/PUCSP Doutorado: em Educação/PUCSP Pós-doutorado em Direito/ URI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Fundamentos Históricos, Filosóficos e sociológicos da Educação	Deniz Alcione Nicolay	Dr	40DE	Graduação: Pedagogia/UFRGS Mestrado: em Educação/UFRGS Doutorado: em Educação/UFRGS Pós-doutorado
Produção Textual Acadêmica	DComum			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Iniciação a Prática Científica	DComum			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
3ª. Fase				
Fundamentos do Ensino e da Aprendizagem	Judite Wenzel	Dra	40DE	Graduação: Química - licenciatura/UFSM Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ
Educação Inclusiva	Cleusa Inês Ziesmann	Dra	40DE	Graduação em Pedagogia/UNIJUÍ Mestrado em Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado em Educação/PUCRS
Psicologia do Desenvolvimento Infantil	Livio Arenhart	Dr	40DE	Graduação: em Filosofia/UNIJUÍ e Pedagogia/FAFIMC Mestrado: Filosofia/PUCRS Doutorado: Filosofia/PUCRS Pós-doutorado em Educação/UNIJUÍ
Fundamentos Pedagógicos da Educação	Neusete Machado Rigo	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia/FAFI Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação/UFSM
Organização Pedagógica na educação Infantil I	Sandra Vidal Nogueira	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia /PUCSP Mestrado: em Educação/PUCSP Doutorado: em Educação/PUCSP Pós-doutorado em Direito/URI
Optativa I	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar	DConexo			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Seminário de Estudos integradores e práticas interdisciplinares: intermediário	Cleusa Inês Ziesmann	Dra	40DE	Graduação em Pedagogia/UNIJUÍ Mestrado em Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado em Educação/PUCRS
4ª Fase				
Educação em Ciências da Natureza I	Ciências da Natureza			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Educação em Ciências Humanas I	Edemar Rotta	Dr	40DE	Graduação: Filosofia/FAFI Mestrado: em Sociologia/UFRGS Doutorado: em Serviço Social/PUCRS Pós-doutorado em Serviço Social/PUCRS
Educação em Linguagens I	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Educação em Matemática I	Danusa Bonoto	Dra	40DE	Graduação: Matemática-licenciatura/UFSM Mestrado: em Matemática/UFRGS Doutorado: em Educação em Ciências e Matemática/PUCRS
Fundamentos teórico-metodológicos da Língua Portuguesa	Curso de Letras de forma conjunta			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Psicolinguística	Curso de Letras de forma conjunta			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
5ª Fase				
Prática de Ensino; Pesquisa em Educação	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil	a definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Educação em Linguagens II	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Educação em Ciências Humanas II	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Filosofia da Educação	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Educação em Matemática II	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Seminário de Estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento I	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
6ª Fase				
Educação Especial na perspectiva da Inclusão	à definir	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação nas Ciências Doutorado em Educação
Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil II	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Educação em Ciências da Natureza II	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Optativa II	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Sociologia da Educação	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Educação em Linguagens III	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Currículo e Didática: Processos de Planejamento e Avaliativos	à definir			Graduação: Pedagogia Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação/UFSM
7ª Fase				
Estudos sobre Infâncias e Juventudes	a definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Literatura Infantil e Juventude	Curso de Letras de forma conjunta			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Optativa III	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Língua Brasileira de Sinais - Libras	Cleusa Inês Ziesmann	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia/UNIJUÍ Mestrado em Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado em Educação/PUCRS
Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Direitos e Cidadania	DComum			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Diversidade, Diferença e Educação	à definir Cleusa Inês Ziesmann	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia/UNIJUÍ Mestrado em Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado em Educação/PUCRS
Jogos, Brinquedos e Brincadeiras	à definir Cleusa Inês Ziesmann	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia/UNIJUÍ Mestrado em Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado em Educação/PUCRS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Seminário de Estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento II	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
8ª Fase				
Educação: Mídias e Tecnologias Digitais	Paula Berwian Marcus Fontana			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Educação Popular e ação Pedagógica na Educação de Jovens e Adultos	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Políticas Educacionais	DComum			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Pesquisa em Educação I	à definir Cleusa Inês Ziesmann	Doutora	DE	Graduação em Pedagogia/UNIJUÍ Mestrado em Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado em Educação/PUCRS
Optativa IV	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Políticas Educacionais e Curriculares para Educação Infantil e Anos Iniciais	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
9ª Fase				
Pesquisa em Educação II	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

História da Fronteira Sul	a definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Meio Ambiente Economia e Sociedade	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Optativa V	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Optativa VI	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Seminário de Estudos integradores e práticas interdisciplinares: avançado	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX

13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

A UFFS campus Cerro Largo oferece uma infraestrutura física com equipamentos e materiais para atendimento das necessidades de seus discentes, docentes e comunidade regional. São diferentes ambientes destinados ao ensino, à pesquisa, à extensão e cultura, à gestão das atividades acadêmicas e às demandas acadêmicas gerais.

A infraestrutura do campus Cerro Largo é composta por duas unidades, sendo uma delas localizada no interior da aglomeração urbana, identificada como “Seminário” e outra localizada nas adjacências da cidade, identificada como “Campus”. A unidade “Seminário”, na qual o curso de Pedagogia – Licenciatura ocasionalmente desenvolverá atividades, apresenta salas de aula amplas contendo recursos adequados, sala equipada para bolsistas, laboratório de informática com internet, internet wireless, e auditório de 144,67 m² com capacidade para 120 lugares, equipado com equipamento de videoconferência. Apresenta, ainda, ampla área (pátio) de convivência que facilita a socialização entre os acadêmicos. Agregado a isso, o campus possui um ginásio poliesportivo com capacidade para 300 (trezentas) pessoas, com área de 1.229,28 m², disponível para práticas de diferentes modalidades esportivas, recreativas, didático-pedagógicas e eventos de integração entre acadêmicos e comunidade.

A unidade “Campus” apresenta (ano 2018) seis blocos construídos, além de uma área

experimental: o bloco A, o bloco de salas de professores, o restaurante universitário e três blocos de laboratórios. O bloco A possui 4.925,06 m², no qual se localizam as salas de aula, o espaço para cantina, as salas para setores administrativos e a biblioteca (detalhada na seção 13.1). As salas comportam de 50 a 70 estudantes e estão equipadas com lousa e datashow. Em todos os espaços é disponibilizado acesso à internet wireless e tomadas para carregamento dos smartphones e notebooks.

No bloco de salas de professores, cuja área total mede 2.522,74 m², encontram-se 51 gabinetes, com área individual de 13,87 m², que são utilizados por dois docentes. Os gabinetes são climatizados, com espaço e mobília adequados para o desenvolvimento das atividades docentes. Há, também, a disponibilização de uma sala de reuniões, auditório, sala de convivência e cozinha para uso comum.

Os laboratórios a serem utilizados pelos acadêmicos do curso de Pedagogia –Licenciatura estão detalhados na seção 13.2.

13.1 Biblioteca

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo campus, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica. A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos campi, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em

consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada campus. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

13.2 Laboratórios

Os laboratórios que atenderão ao curso de Pedagogia – Licenciatura são destinados prioritariamente às aulas práticas do curso e aos projetos de pesquisa. Além disso, também podem atender às demandas advindas da comunidade acadêmica e da comunidade externa

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

através de ações, cursos, projetos e programas de extensão. Os laboratórios potencializam significativamente o trabalho articulado entre ensino, pesquisa e extensão e cultura, uma vez que se constituem em espaços nos quais são exercitadas as relações entre teoria e prática. Dessa forma, apresenta-se, na sequência, a estrutura de laboratórios disponíveis ao curso no campus Cerro Largo.

LABORATÓRIO DE ENSINO DE MATEMÁTICA	
Professor Responsável: Izabel Gioveli	
Alunos por turma: 30	
Área: 88,77 m ²	Localização: sala 103, laboratório 1
Quantidade	Descrição
1	O laboratório de ensino de matemática é climatizado, possui mesas de trabalho na forma retangular, cadeiras escolares com apoiador, banquetas giratórias, armários, cinco microcomputadores com monitor de LED. Equipamentos: Mosaico geométrico, cubos de frações, escala cuisenaire, numerais com pinos, xadrez escolar, sequência de frações, geoplano, material dourado, tangram em madeira, sólidos geométricos, régua de frações, blocos lógicos, dominó multiplicação, sequência de unidades. Este laboratório possui ainda 16 mesas de desenho técnico e 16 cadeiras. Este laboratório é utilizado para o desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas para as licenciaturas.

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM I	
Professor Responsável: Roque Ismael da Costa Gullich	
Alunos por turma: 60	
Área: 78 m ²	Localização: sala 107, laboratório 1
Quantidade	Descrição

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

1	O laboratório de ensino-aprendizagem I é climatizado, possui mesas, cadeiras, armários, vinte e cinco computadores e projetor multimídia. Este laboratório é utilizado em conjunto com os laboratórios de ensino de ciências e ensino-aprendizagem II para o desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas para as licenciaturas.
----------	--

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM II	
Professor Responsável: Judite Scherer Wenzel	
Alunos por turma: 60	
Área: 78 m2	Localização: sala 109, laboratório 1
Quantidade	Descrição
1	O laboratório de ensino-aprendizagem II é climatizado, possui mesas, cadeiras, gaveteiro, mapoteca, globo terrestre, projetor multimídia, vinte e dois computadores, filmadora e lousa interativa. Este laboratório é utilizado em conjunto com os laboratórios de ensino de ciências e ensino-aprendizagem I para o desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas para as licenciaturas.

LABORATÓRIO DE ORIENTAÇÃO A ESTÁGIOS E PRÁTICAS DE ENSINO	
Professor Responsável: Fabiane de Andrade Leite	
Alunos por turma: 40	
Área: 78,78 m2	Localização: sala 108, laboratório 1
Quantidade	Descrição
1	Este laboratório é climatizado, possui mesas, cadeiras, armários, gaveteiros, monitor de vídeo e computador.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA BÁSICA	
Professor Responsável: Denize Ivete Reis	
Alunos por turma: 50	
Área: 98,98 m ²	Localização: sala 1-3-03, unidade Seminário
Quantidade	Descrição
1	Este laboratório possui cinquenta computadores com os seguintes softwares: Geogenia 4.4; LPSolve IDE 5.5.2.0; R – 3.0.2; Scilab 5.4.1; Sisvar; LINDO 6.1; Winplot 1.55; wxMaxima 5.31.2; Graphmatica 2.3; QGIS 2.2.0 Valmiera. A sala conta ainda com uma tela interativa, um quadro branco, um armário e projetor multimídia.

LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA APLICADA I E II	
Professor Responsável: Tatiane Chassot	
Alunos por turma: 50	
Área: 60,3 m ²	Localização: salas 407 e 408, bloco A
Quantidade	Descrição
2	Os laboratórios de informática possuem cinquenta computadores com os seguintes softwares: Geogenia 4.4; LPSolve IDE 5.5.2.0; R – 3.0.2; Scilab 5.4.1; Sisvar; LINDO 6.1; Winplot 1.55; wxMaxima 5.31.2; Graphmatica 2.3; QGIS 2.2.0 Valmiera. As salas contam ainda com uma tela interativa, um quadro branco, um armário e projetor multimídia.

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS DE ENSINO DE LÍNGUAS E LIBRAS
Professor Responsável: Geni Vanderleia Moura da Costa

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Alunos por turma: 80	
Área: 250 m ²	Localização: Laboratório de Letras 03 (Subsolo da unidade Seminário)
Quantidade	Descrição
1	Este Laboratório está destinado à realização das aulas práticas dos componentes curriculares voltados ao ensino de línguas e respectivas literaturas, às aulas práticas relacionadas ao estágio curricular supervisionado, às atividades do PIBID e Residência Pedagógica. Essa mesma estrutura será utilizada para a realização de atividades de extensão, pesquisa e ensino voltadas ao ensino de língua e literatura.

LABORATÓRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESTUDOS LINGUÍSTICOS	
Professor Responsável: Geni Vanderleia Moura da Costa	
Alunos por turma: 40	
Área: 88,77 m ²	Localização: Laboratório de Letras 02 (Bloco dos Laboratórios 01 - Sala 105)
Quantidade	Descrição
1	O laboratório de Língua Portuguesa e Estudos Linguísticos é destinado à realização de aulas práticas dos componentes curriculares e ao desenvolvimento das competências e habilidades de investigação linguística. A mesma estrutura pode ser utilizada como espaço para coleta, descrição, análise e arquivamento de corpus para pesquisa na graduação e pós-graduação.

LABORATÓRIO DE PESQUISA E APRENDIZAGENS LÚDICAS – BRINQUEDOTECA
Professor Responsável: XXXX

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Alunos por turma: XX	
Área: XXX	Localização: XXXX
Quantidade	Descrição
1	Este Laboratório está destinado à realização das aulas práticas dos componentes curriculares voltados ao ensino, com ênfase na ação transformadora e criadora dos brincantes, na valorização e na experimentação de elementos naturais, bem como no melhor desenvolvimento das capacidades corporais, cognitivas, culturais e sociais dos protagonistas dos processos lúdicos. A mesma estrutura pode ser utilizada como espaço para coleta, descrição, análise e arquivamento de corpus para pesquisa para o desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas para as licenciaturas.

13.3 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E/OU MOBILIDADE REDUZIDA

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos campi. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, a Resolução nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD/UFFS.

Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída, por meio da Resolução nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD/UFFS, a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS.

Com o intuito de fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação

especial, na instituição. Assim, apresenta-se, a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação, a saber:

1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2. Acessibilidade Comunicacional

- Acessibilidade das páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de Libras nos cursos de graduação em que há estudante(s) surdo(s) matriculado(s) e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva.

3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- Oferta de Libras como CCR obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como CCR optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no ~~Núcleo ou~~ Setores de Acessibilidade;
- Oferta de formação e capacitação para os servidores.

4. Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica para estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação;

- Disponibilização antecipada, por parte dos professores, para o intérprete de Libras, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;

- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;

- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de Libras nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) surdo(s) matriculado(s). Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades de visitas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) estudante(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de Libras para a Língua Portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em Libras do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;

- Adaptação de material impresso para áudio ou para o Sistema Braile para os estudantes com deficiência visual;

- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;

- Disponibilização de apoio acadêmico a todos os estudantes que possuem deficiência, transtorno global do desenvolvimento e superdotação.

5. Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades do estudante;

- Promoção de curso de Capacitação em Libras para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;

- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência; transtorno global do desenvolvimento e superdotação.

- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais;

- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre processos e práticas inclusivas.

Na unidade *Campus*, onde é efetuada a maioria das atividades relacionadas ao curso, a infraestrutura física apresenta caminhos podotáteis, os cruzamentos de vias são todos realizados em nível por caminho tátil sobre faixas elevadas e existem vagas de estacionamento PCD. Em relação às edificações, o bloco A tem 4 pavimentos, com acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, caminhos podotáteis, 1 BWC masculino PCD e 1 BWC feminino PCD em cada um dos 4 pavimentos, bebedouro com adaptação e mobiliário condizente com o uso por parte de PCD; o bloco dos professores tem 2 pavimentos com acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, caminhos podotáteis, 1 BWC masculino PCD e 1 BWC feminino PCD em cada um dos 2 pavimentos, além de 1 vestiário unissex adaptado PCD no térreo, bebedouro com adaptação e mobiliário condizente com o uso por parte de PCD; o restaurante universitário, por ser totalmente térreo, possui acesso em nível a todas as suas instalações, caminhos podotáteis, 1 BWC masculino PCD e 1 BWC feminino PCD na entrada do refeitório e 1 BWC masculino PCD e 1 BWC feminino PCD na saída do refeitório, bebedouro adaptado e mobiliário do refeitório condizente com o uso por parte de PNE.

14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2018.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira.; HORN, Maria da Graça Souza. A cada dia a vida na escola com as crianças pequenas nos coloca novos desafios. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (orgs). **Para pensar a docência na educação infantil**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2019.

BRASIL, **Parecer CNE/CES N° 15, de 2 de fevereiro de 2005**. Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP n°s 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf
Acesso em: 03 mai. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB N° 4/2008**. Orientações sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos.. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb004_08.pdf

BRASIL. **Parecer CNE N° 7/2010**. Diretrizes Curriculares nacionais da Educação Básica. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A prática como componente curricular na formação de professores. **Revista Educação**, Santa Maria, n. 2, v. 36, mai./ago., 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisangela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Apresentação. *In*: SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VARGAS, Gardia; GOBBATO, Carolina; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Das singularidades da docência com crianças de 0 a 3 anos às especificidades dos saberes docentes na formação inicial**. Cadernos de pesquisa em Educação. Vitória/ES, n° 47, p. 46-67, jan./jul., 2018. <https://doi.org/10.22535/cpe.v0i47.21328>

15 ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINAR

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso em Pedagogia – Licenciatura é regido por este Regulamento; pelo Regulamento de Estágios da UFFS, Resolução nº 7/2015/CONSUNI/CGRAD; pela Resolução 04/2018 – CONSUNI/CGAE, que regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul; pela Resolução nº 2/2017 – CONSUNI/CGAE, que aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica; e pela Resolução CNE nº 1/2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura.

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado regulamentado neste documento corresponde aos Estágios obrigatório e não obrigatório do Regulamento de Estágio da UFFS, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008 e a Resolução CNE/CP nº 1/2015.

Parágrafo único. O Estágio não obrigatório obedecerá ao exposto nas diretrizes curriculares nacionais de cada curso, na Lei nº 11.788/2008, bem como no ordenamento interno da UFFS.

Art. 3º Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se Estágio Curricular Supervisionado como a atividade obrigatória prevista para integralização da matriz curricular do curso.

CAPÍTULO II

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

SEÇÃO I

DO CONCEITO

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado constitui-se em espaço-tempo de formação profissional e de iniciação à docência, que articula a teoria e a prática perpassando pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, permitindo a mobilização e a transformação de um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais que possibilitam o desenvolvimento da

autonomia intelectual, profissional e da identidade docente de um/a professor/a-pesquisador/a crítico-reflexivo/a.

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia - Licenciatura será realizado a partir da 3ª fase do curso, com carga horária total de 405 horas (27 créditos), assim distribuídas:

I - Estágio Curricular Supervisionado: gestão escolar (90h)

II - Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil I (60h)

III - Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil II (75h)

IV - Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I (90h)

V - Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II (90h)

Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado compreende o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas no campo de estágio.

Art. 7º A realização do Estágio Curricular Supervisionado é obrigatória a todos os estudantes do Curso de Pedagogia - Licenciatura.

SEÇÃO III

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 8º O Estágio Curricular Supervisionado tem por objetivos:

I - integrar a teoria e a prática por meio da inserção dos/as estudantes no contexto profissional da Educação Básica, no âmbito do ensino (Educação Infantil e Séries Iniciais), da gestão escolar e da coordenação pedagógica;

II - vivenciar etapas da ação docente: conhecimento da realidade (diagnóstico), planejamento, execução e avaliação;

III - promover a aproximação do/a estudante com a realidade profissional (escolar e comunitária);

IV - planejar ações pedagógicas que desenvolvam o ensino, em articulação com a extensão, para desenvolver o compromisso ético-político com a inclusão social, a democratização do conhecimento, a qualidade do ensino, a dialogicidade e a gestão democrática;

V - promover processos investigativos sobre/na/para a realidade escolar e educacional para fortalecer a pesquisa como um princípio formativo do/a professor/a;

VI - identificar temas e problemas de pesquisa no campo da educação para aprofundamento de estudos;

VII - potencializar a reflexão frente a realidade escolar e educacional contemporânea.

SEÇÃO IV

DO CAMPO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 9º O Estágio Curricular Supervisionado será realizado prioritariamente em instituições públicas que ofertam ensino regular e estejam devidamente conveniadas com a UFFS.

Art. 10º As atividades de Estágio Curricular Supervisionado ocorrem nas Unidades Concedentes de Estágio (UCE) e devem ser realizadas preferencialmente no município de Cerro Largo ou na região de abrangência deste *Campus* da UFFS.

§1º Excepcionalmente, o estágio poderá ser realizado fora da região de abrangência do *Campus* Cerro Largo mediante indisponibilidade de vagas nos municípios mais próximos do referido *Campus*.

Art. 11 Os campos de realização dos estágios deverão apresentar as seguintes condições:

I - proporcionar experiências práticas, de ensino e de extensão, na área de formação do estudante;

II - reconhecer o estudante como aprendiz e não como profissional;

III - estabelecer um cronograma para o estágio, especificando as atividades do estudante;

IV - respeitar o estudante em sua individualidade, considerando-o sujeito em processo de formação e qualificação;

V - acolher e dialogar com o estudante acerca do planejamento das ações didático-pedagógicas e de extensão;

VI- Dispor de um/a supervisor/a habilitado na área de formação do curso que acompanhe a atuação do/a estudante;

Art. 12 O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser desenvolvido na instituição em que o/a estudante exerce suas atividades profissionais, observando-se que o campo de estágio esteja conveniado com a UFFS e que disponha de profissional apto a exercer a função de supervisor externo.

Parágrafo único. Quando se fizer necessário, servidores da UFFS poderão atuar na supervisão de estágios, conforme previsto no artigo 4º da Resolução nº 4/2018 CONSUNI/CGAE.

Art. 13 O contato com o campo de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado pelo estudante, mediado pelo professor Coordenador de estágio e por Setor responsável pelos Estágios do *Campus*, quando se fizer necessário.

Art. 14 Os convênios com o campo de Estágio Curricular Supervisionado serão formalizados pelo Setor responsável pelos Estágios no *Campus*.

SEÇÃO V

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 15. A carga horária dos CCRs de Estágio Curricular Supervisionado será assim distribuída:

I - Atividades de aulas teóricas de estágio para orientação formal dos Planos de estágio e para atividades exclusivas de organização e planejamento do estágio, a serem desenvolvidas na Universidade, na presença do professor responsável pelo CCR;

II - Atividades de elaboração do Plano de estágio e do Trabalho de Conclusão de Estágio, com orientação e acompanhamento do professor responsável pelo CCR;

III - Atividades teórico-práticas destinadas ao estágio com orientação e acompanhamento do professor responsável pelo CCR, bem como com visitas sistemáticas ao campo de estágio.

§1º As atividades teórico-práticas de estágio preveem etapas específicas da Educação Infantil e dos Anos Iniciais:

I - Estágio Educação Infantil I (creche);

II - Estágio Educação Infantil II (pré-escola);

III- Estágio Anos Iniciais I (1º, 2º, 3º ano);

IV- Estágio Anos Iniciais II (4º, 5º ano).

§2º As atividades teórico-práticas destinadas à regência de classe poderão ser realizadas em turmas multisseriadas, sendo estas uma característica das escolas do campo, observando a tipologia de estágio descrita no §1º;

§3º As atividades teórico-práticas não vinculadas à regência de classe são aquelas que ocorrem no Estágio Curricular Supervisionado: gestão escolar, conforme Quadro 13;

§4º As atividades de extensão articuladas ao estágio devem estar contempladas no planejamento do estágio e descritas no Plano de Ensino. Devem envolver os sujeitos da comunidade escolar ou geral, sendo realizadas durante o semestre, antes, durante ou posteriormente ao período de regência de classe, ocupando tempo/espaço diferenciado.

Art. 16. A carga horária dedicada para cada atividade desenvolvida no CCR responsável pelo estágio é detalhada no Quadro 13.

Quadro 13 - Distribuição da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

CCR	Carga horária (em horas)			
	CH Total	I - Aulas teórico/práticas presenciais, seminários de socialização e/ou avaliação do estágio	II - Elaboração do Plano de estágio e do Relatório (estudos e leituras)	III – Atividades de estágio (pesquisa, regência de classe e extensão) desenvolvidas pelo/a estudante
Estágio Curricular Supervisionado: gestão escolar	90h	45h	15h	30h
Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil I	60h	20h	10h	30h
Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil II	75h	30h	15h	30h
Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I	90h	30h	10h	50h
Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II	90h	30h	10h	50h
Total	405h			

Art. 17. O Estágio Curricular Supervisionado compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:

- 1) Olhar investigativo por meio da inserção em contextos escolares e de aproximação aos sujeitos que constituem a comunidade escolar – crianças, profissionais e famílias – objetivando desenvolver a prática da observação pela via da pesquisa e da reflexão na/sobre/para a ação;
- 2) Produção de Plano de estágio para a atuação docente e para as atividades de extensão nos espaços da comunidade escolar ou geral, a partir da análise, reflexão e interpretação dos elementos provenientes da inserção no contexto escolar e comunitário;
- 3) Atuação docente. Estágio sob orientação, supervisão e acompanhamento da Universidade e da Unidade Concedente de Estágio;
- 4) Desenvolvimento de atividades de extensão junto à comunidade escolar ou geral;
- 5) Produção de Relatório de estágio reflexivo que expresse as aprendizagens teórico-práticas e as experiências da atuação docente e de extensão;
- 6) Socialização do estágio visando publicizar e avaliar o percurso formativo realizado;
- 7) Arquivamento dos Relatórios de estágio em Repositório específico, sob

responsabilidade do/a docente coordenador/a de Estágios do Curso.

Art. 18. O desenvolvimento das atividades dos Estágios Curriculares Supervisionados acontecerá em turno distinto ao de funcionamento das atividades letivas do curso, a fim de assegurar o processo formativo regular do aluno.

Art. 19. Os relatórios de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser entregues em formato digital – salvos em arquivo PDF (Portable Document Format) e entregues à Coordenação de Estágios do Curso em CD (Compact Disc) – e encaminhados à Secretaria de Cursos pelo professor responsável pelo CCR ao finalizar os trabalhos.

SEÇÃO VI

DOS REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 20. Poderá matricular-se no CCR de Estágio Curricular Supervisionado o estudante que atenda aos pré-requisitos previstos na matriz curricular representada na matriz curricular do curso.

SEÇÃO VII

DA ESTRUTURA DE TRABALHO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO ÂMBITO DO CURSO

Art. 21. As atividades de observação, planejamento, atuação docente e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado serão acompanhadas pelo professor/orientador do componente curricular, com apoio da coordenação de estágio.

SUBSEÇÃO I

DO COORDENADOR DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 22. A Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado será exercida por um

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

professor indicado pelo Colegiado do Curso, em mandato com duração de dois anos, sendo permitidas reconduções.

§ 1º Para atender às demandas do curso, a Coordenação do curso pode indicar um Coordenador Adjunto de Estágios para apoiar o Coordenador de Estágios.

§ 2º A homologação será feita por Ato Deliberativo para fins de comprovação.

Art. 23. São atribuições do Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado:

I – coordenar a execução da política de estágio no âmbito do curso, organizando os estágios no Curso de Pedagogia - Licenciatura de forma articulada com os componentes curriculares da respectiva fase, com as demandas dos acadêmicos, com a vida institucional e com os campos de estágios;

II – promover a discussão sobre o papel formativo dos estágios com pesquisa e extensão no Curso de Pedagogia - Licenciatura;

III – planejar as ações relacionadas ao desenvolvimento dos estágios junto com os professores-orientadores do Componente Curricular e estudantes;

IV – convocar e coordenar reuniões com professores-orientadores do Componente Curricular e com os supervisores externos de estágio das Instituições conveniadas (UCE), sempre que necessário;

V - mapear as demandas de estágio dos semestres e buscar equacionar a definição dos campos de estágio conjuntamente com os/as estudantes, os/as professores/as orientadores/as do Componente Curricular, e o Setor de Estágios do campus;

VI - atender às demandas administrativas associadas ao desenvolvimento de atividades de estágio do curso;

VII – fornecer informações necessárias relacionadas ao estágio aos professores-orientadores e aos supervisores externos;

VIII – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, à coordenação do curso e aos diversos órgãos da administração acadêmica da UFFS;

IX – acompanhar e supervisionar todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado, observando o que dispõe este Regulamento e demais normas aplicáveis;

X – cumprir as atribuições conferidas pelo Regulamento de Estágio da UFFS – Resolução nº 7/2015/CONSUNI/CGRAD e Resolução 04/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018.

XI - definir, em conjunto com o Colegiado do Curso, encaminhamentos complementares de estágio para o curso.

Art. 24. A Coordenação de Estágio consiste em atividade de gestão e de organização das atividades de estágio para a qual será atribuída carga horária de 10 (dez) horas semanais, conforme disposto no Capítulo III, art. 37, § 1º da Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/015.

SUBSEÇÃO II

DO PROFESSOR DO COMPONENTE CURRICULAR DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 25. O professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado, definido pelo Colegiado de Curso, acumulará privilegiadamente a função de professor orientador de estágio dos estudantes matriculados na turma ofertada.

Art. 26. São atribuições do professor do componente curricular/orientador de Estágio Curricular Supervisionado, conforme disposto no Art 39 da Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/015, e ainda:

I - coordenar as atividades didáticas referentes ao componente curricular;

II - ministrar aulas teórico/práticas presenciais;

III - promover seminários de apresentação e/ou avaliação de estágio;

III - fornecer informações à coordenação do Estágio Curricular Supervisionado quanto ao andamento das atividades de estágio e ao desempenho dos acadêmicos;

IV - avaliar, em conjunto com a coordenação de estágio e o campo de estágio, as

diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado do curso;

V - participar das atividades programadas pelo Coordenador de Estágio.

Art. 27. O professor do componente curricular/orientador de Estágio Curricular Supervisionado atuará nas seguintes atividades de ensino:

I - Aulas teórico-práticas. Consistem em encontros pedagógicos do docente com a turma matriculada no CCR, nos quais são realizados estudos bibliográficos para produção reflexiva do Plano de estágio, do planejamento das atividades na escola ou das aulas de estágio, orientações coletivas referentes às atividades de estágios e socialização dos Relatórios finais dos estágios;

II - Orientações. Caracterizadas por atendimentos individualizados ou em pequenos grupos contínuos ao longo do semestre, para a escuta supervisiva, problematização das vivências, avaliação dos planejamentos e dos relatos das aulas implementadas, orientações gerais referentes aos problemas e dificuldades enfrentados pelo estagiário no dia a dia na escola, análise reflexiva, devidos ajustes a serem realizados conforme necessidade apresentada e orientações para a produção dos relatórios finais do estágio;

III - Acompanhamento de estágio. Atividades de acompanhamento dos estagiários no campo de estágio para estabelecer um trabalho cooperativo e dialógico com a direção, a coordenação pedagógica e regente da turma; oferecer assistência sobre aulas ministradas pelos estagiários, bem como para as demais questões que a complexidade dos processos de ensino e de aprendizagem exigem.

Art. 28. Cada turma de Estágio Curricular Supervisionado do curso terá um ou mais professores regentes, que poderão acumular as funções de ministração de aulas presenciais, acompanhamento ao estudante no desenvolvimento e orientação dos estágios.

§ 1º Será destinado ao professor responsável por fazer o acompanhamento de estudantes no local de estágio, conforme o Art. 3º, Inciso I da Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/CGAE, a carga horária correspondente a 02 créditos semestrais por grupo de até 05 estudantes matriculados no componente curricular.

Art. 29. A carga horária referente à ministração de aulas será atribuída ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado conforme previsto na matriz

curricular do PPC.

Parágrafo único. É possível atribuir carga horária para mais de um docente, conforme necessidade do curso.

SEÇÃO IX
DOS SUPERVISORES EXTERNOS DA UCE DO ESTÁGIO CURRICULAR
SUPERVISIONADO

Art. 30. Os Supervisores Externos do Estágio Curricular Supervisionado serão indicados pelos campos de estágio - as UCE -, dentre os seus profissionais em efetivo exercício e com formação na área do curso.

Art. 31. São atribuições dos supervisores externos da UCE:

I - apresentar o campo de estágio ao acadêmico estagiário;

II - facilitar seu acesso à documentação da instituição;

III - acompanhar a execução das atividades de estágio;

IV - informar ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado ou ao Coordenador do Estágio quanto ao andamento das atividades e o desempenho do acadêmico;

V - participar da avaliação do desempenho dos estagiários mediante preenchimento de parecer descritivo.

SEÇÃO X
DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 32. Para desenvolver as atividades de estágio, o estudante deve estar devidamente matriculado no Curso de Pedagogia - Licenciatura no respectivo componente curricular e preencher os requisitos previstos neste Regulamento.

Art. 33. Constituem atribuições do estagiário:

I - assinar o Termo de Compromisso;

II - elaborar o Plano de Estágio contemplando o planejamento das aulas e das atividades de extensão;

III - desenvolver as atividades previstas no Plano de Estágio de forma acadêmica, profissional e ética junto à UCE;

IV - zelar pela boa imagem da Instituição formadora junto à UCE e contribuir para manutenção e a ampliação das oportunidades de estágio;

V - entregar o Relatório de estágio ao final do semestre em que cursou o CCR, conforme estipulado pela legislação de estágio e/ou pelo regulamento de estágio do curso;

VI - comunicar qualquer irregularidade no andamento do seu estágio ao professor do CCR/orientador, à Coordenação de Estágios do Curso ou à Coordenação Acadêmica do Campus;

VII - entrar em contato com a UCE na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio, munido de carta de apresentação e termo de compromisso;

VIII - participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;

IX - cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o projeto pedagógico do curso e o que dispõe o Regulamento de Estágios da UFFS;

X - respeitar os horários e normas estabelecidos na UCE, bem como seus profissionais e alunos;

XI - participar das aulas teóricas previstas pelo CCR;

SEÇÃO XI

DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 34. A avaliação do estudante estagiário será realizada pelo professor do componente curricular/orientador de estágio e pelo supervisor externo de estágio da UCE (por

meio de parecer).

Art. 35. Para a aprovação nos componentes curriculares de Estágio Curricular Supervisionado, o estudante deverá cumprir as atividades previstas em cada fase, atingir a frequência e média finais determinadas pela UFFS.

§ 1º Os critérios e as formas de avaliação do estudante estagiário, nas diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado, serão propostos pelos respectivos professores dos componentes curriculares.

§ 2º Não há previsão de realização de atividades ou estudos de recuperação de nota nos componentes curriculares de estágio.

CAPÍTULO III

DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 36. O Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, vinculada ao perfil acadêmico-profissional-social do curso, acrescido à carga horária regular e obrigatória, que pode compor a integralização curricular como Atividade Complementar.

Art. 37. O Estágio não obrigatório pode ser realizado desde o primeiro semestre de graduação, desde que orientado por professor indicado pelo Coordenador de Estágios do Curso de Pedagogia - Licenciatura, salvo quando as diretrizes nacionais ou o projeto do respectivo curso estabelecerem outro parâmetro, cujas atividades devem estar adequadas à fase de formação do acadêmico no curso.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38. Os casos omissos neste Regulamento de Estágio Curricular serão resolvidos pela Coordenação de Estágio do Curso cabendo recurso ao Colegiado do Curso de Pedagogia - Licenciatura.

ANEXO II

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACCS) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo regulamentar as Atividades Curriculares Complementares (ACC) do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura.

Art. 2º As ACC seguem o princípio da flexibilidade, pelo qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a qual estabelece em seu artigo 3º a “valorização da experiência extraclasse” e, também, pelo que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, considerando a multiplicidade de saberes inerentes à prática pedagógica.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º Para fins do disposto neste Regulamento, compreende-se por ACC atividades que visam à complementação da formação, desenvolvidas ao longo do curso no espaço da universidade e/ou outros espaços formativos, exigidas para integralização curricular, com carga horária equivalente a 210 horas, sendo o seu cumprimento requisito obrigatório à obtenção da diplomação no Curso de Pedagogia- Licenciatura, podendo as mesmas, serem realizadas pelos licenciandos de acordo com o seu interesse.

Art. 4º As ACC do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura serão realizadas ao longo do curso e compreendem um conjunto de atividades extracurriculares realizadas pelo estudante nas áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura e serão contabilizadas na

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

seguinte forma:

Quadro 14 - Atividades Curriculares Complementares do Curso de Pedagogia -
 Licenciatura

Área	Atividade Complementar	Horas para cada Atividade	Carga Horária máxima
Ensino	Participação como monitor (1 semestre)	30h	60h
	Participação em atividades de ensino formalizadas na instituição (PET, PIBID, RP) (1 semestre)	30h	60h
	Disciplinas extracurriculares (1 CCR)	30h	60h
	Participação em Grupos de Estudos (1 semestre)	20h	80h
	Estágio não obrigatório (1 semestre)	30h	60h
Pesquisa	Publicação de capítulo de livro ou ebook	30h	60h
	Organização de livro publicado	30h	60h
	Publicação de artigos completos em anais	20h	80h
	Publicação de artigos completos em revistas	30h	80h
	Publicação de resumos/apresentação de trabalhos em eventos	8h	80h
	Iniciação Científica (bolsista ou voluntário) (12 meses).	60h	60h
	Organização de evento científico	10h	20h
Extensão e Cultura	Participação em Colóquios, Seminários, Congressos, Conferências, Palestras, Cursos de curta duração, Minicursos na área ou áreas afins (mínimo de 4 horas)	4h	40h
	Participação em Semana Acadêmica	20h	80h
	Participação em Cursos de longa duração vinculados à área de formação (mínimo de 20 horas)	20h	80h
	Ministrante em Seminários/Palestras/Oficinas/Cursos	15h	60h
	Representação Discente, participação na gestão de organizações estudantis, Colegiado de Curso, Conselho de Campus, Conselho Universitário, entre outros (um semestre)	8h	80h
	Teste de língua inglesa TEOFL/ITP	4h	4h
	Participação em atividades culturais (teatro, cinema, literatura, música)	4h	20h
	Participação em Conselho de Educação (escolar ou municipal), da Criança e do Adolescente (municipal) (12 meses)	10h	20h

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 5º As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Pedagogia - Licenciatura têm por objetivos:

I - Permitir o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante por meio de estudos e práticas independentes;

II - Atender ao princípio da flexibilidade, segundo o qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo;

III - Complementar a formação do estudante por meio da valorização da experiência extraclasse.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 6º O estudante deverá protocolar a solicitação de validação das ACC durante o período previsto no calendário acadêmico mediante a apresentação dos originais dos atestados, certificados ou declarações de todas as atividades realizadas e entrega de cópia reprográfica.

Art. 7º A Secretaria Geral de Graduação encaminhará à Coordenação de Curso os documentos protocolados pelo estudante para que os pedidos de validação das Atividades Curriculares Complementares sejam avaliados pelo Colegiado do Curso.

Art. 8º A organização, pontuação, controle e registro das ACCs do Curso de Pedagogia – Licenciatura serão exercidos pelo coordenador do Curso e por professores responsáveis por estas ações, designados pelo Coordenador do Curso, para compor Comissão de Validação.

Art. 9º Cabe à Coordenação de Curso definir uma Comissão de Validação composta

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

por, ao menos, duas (dois) docentes responsáveis por avaliar os pedidos, os quais emitirão parecer que embasará a validação das ACCs.

§ 1º A Comissão de Validação deverá se reunir ao menos uma vez por semestre para apreciação de pedidos e emissão de pareceres.

§ 2º A Coordenação de Curso fará os encaminhamentos de registro das ACCs nos históricos escolares dos discentes junto aos setores acadêmicos do *Campus*.

Parágrafo 1º Após a análise, o resultado das avaliações, o coordenador de Curso lançará o registro dos resultados no sistema.

Parágrafo 2º Serão reconhecidos como documentos válidos para fins de ACCs, certificados, históricos escolares, declarações, certidões e atestados. Os documentos devem apresentar: nome do evento; temática; carga horária e data de realização; data de expedição do documento; carimbos ou outras formas de identificação da instituição promotora; assinatura dos responsáveis pela emissão dos documentos ou comprovante de autenticidade virtual do documento.

Art. 10. Não serão reconhecidas como atividades técnico-científico-culturais aquelas realizadas antes do ingresso no curso.

Parágrafo único. Nos casos de transferências interna e externa, retorno de graduado e de aluno abandono, a comissão avaliadora do curso analisará a documentação, com base neste Regulamento, desde que as atividades sejam realizadas na área da Educação e/ou Ensino e áreas afins.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11 Os casos omissos neste Regulamento de Atividades Curriculares Complementares serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 12 Este Regulamento de ACC do curso de Pedagogia- Licenciatura entra em vigor após aprovação do PPC.

ANEXO III – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

Art. 1º A elaboração, o desenvolvimento e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constituem exigência para a integralização curricular, colação do grau e obtenção do diploma no curso, e tem como objetivos:

I - Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica.

II - Avaliar os conhecimentos teóricos e técnicos essenciais às condições de qualificação do estudante, para o seu acesso ao exercício profissional.

III - Estimular a formação continuada.

Art. 2º O TCC constituiu-se num trabalho do estudante, baseado na análise de um problema específico voltado para o campo da Pedagogia que atenda ao perfil do curso, e elaborado seguindo critérios e características de um estudo científico.

§1º. O tema do TCC é de livre escolha do estudante, desde que observada a proximidade temática com as linhas de pesquisa, de extensão ou com as possibilidades dos professores orientadores do Curso.

§2º. Em conformidade com o Artigo 33 da Resolução 02/2017/CONSUNI/CGAE, as atividades de estágio e a sua problematização constituem objetos privilegiados de investigação e de aprofundamento de estudos.

Art. 3º O TCC constitui-se de uma atividade desenvolvida em duas etapas, denominadas Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), a ser realizado nas fases oitava e nona do curso, subdividido em Pesquisa em Educação I e Pesquisa em Educação II, totalizando 8 créditos (120h).

§1º. O TCC I consiste na definição do problema de pesquisa e na elaboração do projeto, sendo integralizado em 4 créditos, 60 horas.

§2º. O TCC II consiste na execução do projeto e na defesa do trabalho final, sendo integralizado em 4 créditos, 60 horas.

Art. 4º O TCC deverá ser desenvolvido individualmente, sendo que qualquer outra forma, como em grupos, deverá ser aprovada pelo Colegiado do Curso.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I - DO COORDENADOR DE CURSO

Art. 5º Compete ao Coordenador de Curso:

I - Indicar o professor responsável pelo TCC, que se encarregará pelas ações do processo de construção do projeto de pesquisa e/ou da elaboração final do texto.

II - Providenciar a homologação dos Professores Orientadores do TCC I ou TCC II em reunião de Colegiado.

III - Providenciar a homologação da Banca Examinadora do TCC II em reunião de Colegiado.

IV - Homologar as decisões referentes ao TCC tomadas em reuniões de Colegiado.

Seção II – DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO TCC

Art. 6º Compete ao Professor Responsável pelo CCR TCC:

I - Apoiar a Coordenação de Curso no desenvolvimento das atividades relativas ao TCC.

II - Organizar e operacionalizar as diversas atividades de desenvolvimento e avaliação do TCC que se constituem na apresentação do projeto de pesquisa e defesa final.

V - Promover reuniões de orientação e acompanhamento com os estudantes que estão desenvolvendo o TCC.

VI - Definir, juntamente com a Coordenação de Curso, as datas das atividades de acompanhamento e de avaliação do TCC.

VII - Constituir as bancas examinadoras dos TCCs.

Seção III - DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 7º O acompanhamento dos estudantes no TCC será efetuado por um Professor Orientador, observando-se sempre a vinculação entre a área de conhecimento na qual será desenvolvido o projeto e a área de atuação do Professor Orientador.

§ 1º O Professor Orientador deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente da

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

UFFS, que tenha ministrado algum Componente Curricular no Curso de Pedagogia-Licenciatura, ao qual o estudante está vinculado.

§ 2º É facultativa a participação de professor coorientador, que terá por função auxiliar no desenvolvimento do TCC e deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente da UFFS, que tenha ministrado algum Componente Curricular no Curso de Pedagogia-Licenciatura, ao qual o estudante está vinculado.

Art. 8º Cada Professor Orientador poderá orientar, concomitantemente, até cinco estudantes.

Art. 9º Será permitida substituição de orientador ou coorientador mediante formalização de solicitação escrita com justificativa, entregue ao Professor Responsável, até 90 (noventa) dias antes da data prevista para a apresentação final do trabalho.

Parágrafo único. Caberá ao Colegiado de Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador ou coorientador.

Art. 10. Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar os estudantes na elaboração do TCC em todas as suas fases, do projeto de pesquisa (TCC I) até a defesa e a entrega da versão final do artigo científico (TCC II).

§ 1º Cabe ao professor orientador e ao estudante, de comum acordo, definirem os horários destinados para orientação e desenvolvimento das atividades previstas no plano de ensino do componente curricular.

II - Realizar reuniões periódicas de orientação com os estudantes e emitir relatório de avaliação ao Professor Responsável.

III - Participar das reuniões com o Coordenador do Curso e/ou Professor Responsável.

IV - Indicar para aprovação do Colegiado de Curso a Banca de Defesa para o TCC II.

V - Participar da Banca de Defesa.

VI - Orientar o estudante na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme metodologia da pesquisa científica.

VI - Efetuar a revisão dos documentos e componentes do TCC e autorizar o estudante a fazer as apresentações previstas e a entrega de toda a documentação solicitada.

VII - Indicar, se necessário, ao Professor Responsável a nomeação de coorientador.

VII - Encaminhar ao Professor Responsável o resultado da avaliação do estudante no TCC.

Seção IV - DO ESTUDANTE

Art. 11. São obrigações do estudante:

I - Requerer a matrícula nos componentes curriculares TCC I e TCC II nos períodos de matrícula estabelecidos no Calendário Acadêmico da UFFS.

II - Elaborar e apresentar o projeto de pesquisa e o artigo científico em conformidade com este Regulamento.

III - Apresentar toda a documentação solicitada pelo Professor Responsável e pelo Professor Orientador.

IV - Participar das reuniões periódicas de orientação com o Professor Orientador do TCC.

V - Seguir as recomendações do Professor Orientador concernentes ao TCC.

VI - Participar das reuniões periódicas com o Professor Responsável pelo TCC e seguir suas recomendações.

Art. 12. Em caso de plágio, desde que comprovado, o estudante estará sujeito ao regime disciplinar previsto em regulamentação específica da UFFS.

Parágrafo único. Constitui plágio o ato de assinar, reproduzir ou apresentar, como de autoria própria, partes ou a totalidade de obra intelectual de qualquer natureza (texto, música, pictórica, fotografia, audiovisual ou outra) de outrem, sem referir os créditos para o autor.

CAPÍTULO III

DA MATRÍCULA E ACOMPANHAMENTO

Seção I – DA MATRÍCULA

Art. 13. Para efetuar a matrícula no componente curricular TCC I o estudante deverá ter cursado no mínimo 75 % da carga horária total do Curso.

Art. 14. Para efetuar a matrícula no Componente Curricular TCC II, o estudante deverá ter sido aprovado no TCC I.

Art. 15. É vedada a convalidação de TCC realizado em outro Curso de Graduação.

Seção II - DO ACOMPANHAMENTO

Art. 16. O acompanhamento dos trabalhos será realizado por meio de reuniões, presenciais ou on-line, previamente agendadas entre o Professor Orientador e o estudante.

Parágrafo único. Após cada reunião de orientação deverá ser feito um relatório simplificado dos assuntos tratados na reunião.

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO DOS TCC I E TCC II

Seção I - do TCC I

Art. 17. O TCC I constitui-se atividade e condição obrigatória para a matrícula em TCC II, sendo desenvolvido e defendido no prazo máximo de um período (semestre) letivo.

Parágrafo único. Caso o estudante não tenha concluído com êxito o TCC I ou II durante o período letivo, o mesmo deverá matricular-se novamente para sua integralização.

Art. 18. O tema para o TCC deverá estar inserido em um dos campos de atuação do curso do estudante e atender ao disposto no Art. 2º.

Art. 19. São condições necessárias para aprovação em TCC I:

I - Frequência igual ou superior a 75% nas atividades programadas pelo Professor Responsável e Professor Orientador.

II - Apresentação por escrito do Projeto de Pesquisa.

III - O rendimento acadêmico ocorrerá por meio da avaliação do Projeto de Pesquisa, além de outras atividades previstas no Plano de Ensino.

IV - A avaliação do Projeto de Pesquisa fica a cargo do Professor Responsável pelo Componente Curricular em conjunto com o Professor Orientador, ou de outra forma de avaliação definida pelo Colegiado do Curso.

V - O estudante deverá atingir média (Nota Final) igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) pontos.

VI - Devido às características próprias do Componente Curricular TCC I, a recuperação de nota e conteúdo não faz parte do processo de avaliação.

Seção II - do TCC II

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 20. O TCC II caracteriza-se pela execução do Projeto de Pesquisa aprovado na atividade TCC I, defesa final e entrega de artigo científico.

Art. 21. Após a aprovação da banca em colegiado, o professor orientador deverá enviar o artigo científico aos membros da Banca Examinadora, com no mínimo 10 (dez) dias antes da Banca de Defesa.

Art. 22. A defesa final constitui-se requisito obrigatório para aprovação e será realizada em forma de Banca de Defesa.

§ 1º O tempo de apresentação será de até trinta minutos.

§ 2º Cada membro da Banca Examinadora terá o tempo de até vinte minutos para a arguição do trabalho apresentado.

Art. 23. São condições necessárias para aprovação em TCC II:

I – Frequência igual ou superior a 75% nas atividades programadas pelo Professor Responsável e Professor Orientador.

II – Defesa pública e aprovação do TCC II.

III - A verificação do rendimento do estudante no TCC II será realizada por uma banca examinadora constituída pelo Professor Orientador, como seu presidente, e por mais dois professores por ele sugeridos e designados pela coordenação do curso, devendo o estudante atingir Nota Final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) pontos.

§ 1º A indicação e a designação dos integrantes das bancas examinadoras levarão em conta, preferencialmente, a vinculação dos examinadores à temática do Trabalho de Conclusão de Curso a ser avaliado.

§ 2º É facultada a participação de avaliadores de outras instituições, desde que não implique encargos financeiros.

§ 3º Devido às características próprias do componente curricular TCC II, a recuperação de nota e conteúdo não faz parte do processo de avaliação.

Art. 24. A etapa de desenvolvimento do TCC II e a defesa final deverão acontecer no prazo de um período (semestre) letivo.

Parágrafo único. Caso o estudante não tenha concluído com êxito o TCC II durante o período letivo, o mesmo deverá matricular-se novamente para sua integralização.

CAPÍTULO V

DA DISPONIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 25. O artigo científico deverá, obrigatoriamente, ser entregue ao Professor Responsável como documentação final do TCC, cópia digital do trabalho corrigido conforme as recomendações da banca examinadora.

Art. 26. O Trabalho de Conclusão de Curso deve, obrigatoriamente, integrar o Repositório Digital da UFFS, cabendo ao próprio estudante apresentar a documentação exigida junto ao setor responsável da Biblioteca do *Campus*.

Parágrafo único. Cabe à Biblioteca do *Campus* emitir documento comprobatório da entrega, para que o mesmo seja utilizado no processo de requerimento de diplomação (Conforme a Resolução nº 13/2016 – CONSUNI/CPPGEC).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. Os direitos e deveres dos estudantes matriculados nos Componentes Curriculares de TCC I e TCC II são os mesmos estabelecidos para os demais componentes curriculares, ressalvadas as disposições do presente regulamento.

Art. 28. Os casos omissos neste regimento serão definidos pelo colegiado do Curso de Pedagogia - Licenciatura, cabendo recurso aos colegiados superiores.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA**
